# Relatório de Término de Projeto

# PCR

**Nome do Projeto:** **Fortalecimento da Capacidade Institucional para Gestão em Regulação**

**País:** **Brasil**

**Setor/Subsetor:** **Reforma/Modernização do Estado - Transparência e Anticorrupção**

**Equipe de Projeto Original**: Pedro Farias (Chefe), Juan Carlos Cortázar (RE1/SC1), Natalia Laguyás (MIF), Fátima Cartaxo (COF/CBR), Gastón Astesiano (RE1/FI1), Valnora Leister (LEG/OPR1), Daniela Felcman (RE1/SC1), Claudia Silva (Consultora) e Irene Cartin (RE1/SC1)

**Número do Empréstimo:** **1811/OC-BR**

**Data do QRR:** **8 de outubro 2013**

**Data de Aprovação Final:** **5 de dezembro 2013**

**Equipe PCR: Autor(a) Principal e Membros:**
Claudete Camarano, Especialista Setorial (ICS/CBR), Chefe do Projeto, Mónica Merlo, Especialista Financeira (PDP/CBR), Santiago Schneider, Especialista Financeiro (PDP/CBR), Marília Santos, Analista em Aquisições (PDP/CBR), Kátia Sousa, Analista de Operações (CSC/CBR), Ricardo Pinheiro, Consultor (BID/CBR) e Melissa Gonzalez (IFD/ICS) quem apoiou a preparação do documento.

DEV
DEVELOPMENT EFFECTIVENESS AND STRATEGIC PLANNING DEPARTMENT

## Acrônimos e Abreviações

| | |
|---|---|
| ABAR | Associação Brasileira de Agências de Regulação |
| AE | Agência Executora do Pro-Reg |
| AMCHAM | *American Chamber of Commerce* |
| AIR | Análise de Impacto Regulatório |
| ANA | Agência Nacional de Águas |
| ANEEL | Agência Nacional de Energia Elétrica |
| ANATEL | Agência Nacional de Telecomunicações |
| ANCINE | Agência Nacional do Cinema |
| ANP | Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis |
| ANTAQ | Agência Nacional de Transportes Aquaviários |
| ANTT | Agência Nacional de Transportes Terrestres |
| ANVISA | Agência Nacional de Vigilância Sanitária |
| AR | Agência Reguladora |
| ARCE | Agência Reguladora do Ceará |
| BL | *Base Line* ou Linha de Base |
| BID | Banco Interamericano de Desenvolvimento |
| BRE | *Better Regulation Executive* |
| CADE | Conselho Administrativo de Defesa Econômica |
| COFEMER | *Comisión Federal de Mejora Regulatória,* do México |
| COFIEX | Comissão de Financiamentos Externos |
| CESI | Comitê de Meio Ambiente e Impacto Social, do BID |
| CNI | Confederação Nacional da Indústria |
| DPDC | Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor |
| ENAP | Escola Nacional de Adminstração Pública |
| EOP | *End of the Project Target* ou Meta Final do Projeto |
| FNECDC | Fórum Nacional de Entidades Civis de Defesa do Consumidor |
| ICG | Índice de Competitividade Global |
| IPTU | Imposto Predial e Territorial Urbano |
| IQRA | Indicador de Qualidade Regulatória Ampliado |
| ISS | Imposto sobre Serviços |
| LB | Linha de Base |
| LATIN-REG | Rede Latino-Americana de Melhoria Regulatória e Competitividade |
| MARE | Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado |
| OCDE | *Organization for Economic Co-operation and Development* |
| OIRA | *Office of Information and Regulatory Affairs* |
| PCR | *Project Completion Report* ou Relatório de Término de Projeto |
| PL | Projeto de Lei |
| PMR | *Progress Monitoring Report* |
| PROCON | Serviço de Proteção ao Consumidor |
| SDE/MJ | Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Ministério da Justiça |
| SEAE | Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda |
| SEAIN | Secretaria de Assuntos Internacionais |
| SINDEC | Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor |
| SNDC | Sistema Nacional de Defesa do Consumidor |
| STN | Secretaria do Tesouro Nacional |
| TCU | Tribunal de Contas da União |
| TIRE | Taxa Interna de Retorno Econômico |
| UGP | Unidade Gestora do Programa |
| VPL | Valor Presente Líquido |

# ÍNDICE


**I. Informação Básica** ..... 1

**II. O Projeto** ..... 2

a) Contexto do Projeto ..... 2
b) Descrição do Projeto ..... 3
c) Revisão da Qualidade do Projeto (se aplicável) ..... 4

**III. Monitoramento de Progresso dos Impactos e Resultados** ..... 4

a) Efeitos Diretos ..... 4
b) Externalidades ..... 5
c) Produtos ..... 6
d) Custos do Projeto ..... 8

**IV. Implementação do Projeto** ..... 10

a) Aspectos Positivos ..... 12
b) Aspectos Negativos ..... 13
c) O Quê Falta Fazer ..... 13
d) Desempenho do Mutuário/Agência Executora ..... 13
e) Desempenho do Banco ..... 14

**V. Sustentabilidade** ..... 14

a) Análise de Fatores Críticos ..... 14
b) Riscos Potenciais ..... 14
c) Capacidade Institucional ..... 15

**VI. Monitoramento e Avaliação** ..... 15

a) Informações sobre Resultados ..... 15
b) Monitoramento Futuro e Avaliação *Ex-Post* ..... 15

**VII. Lições Aprendidas** ..... 15


**Anexos**


**Anexo 1** Lista de Estudos e Consultorias
**Anexo 2** Ata do Seminário de Encerramento
Anexo I – Programação do Seminário
Anexo II – Questionário aos Participantes
Anexo III – Síntese dos Resultados do Questionário
Anexo IV – Matriz de Resultados
Anexo V – Lista de Presença
**Anexo 3** Avaliação do Mutuário
**Anexo 4** Alteração do Contrato de Empréstimo – Remanejamento de Categorias e Prorrogação do Prazo do Último Desembolso
**Anexo 5** Arranjo Institucional, Estrutura e Quantitativos do Programa (PMR 2012 em anexo)

## I. Informação Básica

**DADOS BÁSICOS (MONTANTES EM US$)**

**PROJETO**: BR-L1047

**TÍTULO**: Programa de Fortalecimento da Capacidade Institucional em Gestão de Regulação (PRO-REG)

**Mutuário**: República Federativa do Brasil

**Organismo Executor do Programa**: Casa Civil da Presidência da República Federativa do Brasil

**Fiador**: República Federativa do Brasil

**Empréstimo:** 1.811/OC-BR

**Setor:** Reforma/Modernização do Estado – Transparência e Anti-corrupção

**Instrumento de Empréstimo**: Investimento

**Investimento Combate a Probreza (PTI)**: Não
Programa aprovado no Comitê de Meio Ambiente e Impacto Social (CESI, na seção de 7 de abril de 2006)

**Data da Aprovação pelo Diretório**: novembro.2006
**Data da Vigência do Contrato de Empréstimo**: novembro.2007
**Data da Elegibilidade do Primeiro Desembolso**: agosto.2008

**Meses em Execução:**
***Desde a aprovação** 78
* **Desde a vigência do Contrato** 66

**Períodos de Desembolso:**
**Data Original do Último Desembolso** novembro.2011
**Data Atual do Último Desembolso** maio.2013
**Extensão Acumulada Total (em meses)** 18

**Montante do Empréstimo:**
* **Montante Original** US$3,850,000.00
* **Pari Passu Original** 57,46% BID e 42,54% Contraparte

* **Montante Atual** US$3,850,000.00
* **Pari Passu Atual** 57,46% BID e 42,54%Contraparte

**Houve Redirecionamento de recursos?**
[ ] Sim, com acréscimo na fonte Contraparte

**Desembolsos:**
*** Montante atual** US$2,597,377,43 (67,46%)

**Custo total do projeto (estimativa original)** US$6,700,000.00
**Custo total do projeto (estimativa atual)** US$4,673.403.41

**Em estado de "Alerta"**
**O projeto está "em alerta no PAÍS?)** não
As metas, indicadas no Marco Lógico original do Programa, se encontram cumpridas. Como o que se está encerrando é o Contrato de Financiamento do BID, a continuidade do Pro-Reg propiciará, com recursos próprios, o pleno cumprimento das metas acordadas com o Banco.

**Resumo da Classificação do Desempenho**

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| OD | [**X**] Muito Provável (MP) | [ ] Provável (P) | [ ] Pouco Provável (PP) | [ ] Improvável (I) |
| PI | [ ] Muito Satisfatório(MS) | [**X**] Satisfatório (S) | [ ] Insatisfatório(I) | [ ] Muito Insatisfatório (MI) |
| SU | [ ] Muito Provável (MP) | [**X**] Provável (P) | [ ] Pouco Provável (PP) | [ ] Improvável (I) |

## II. O Projeto

### a) Contexto do Projeto

1. O Brasil começou a delinear o sistema regulatório em 1990, com a promulgação da Lei Federal nº 8.031/90 que instituiu o Programa Nacional de Desestatização, processo esse que foi retomado na década seguinte, após a edição em 1995, do Plano Diretor de Reforma do Estado, elaborado pelo Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE). Em síntese, a reforma do Estado no Brasil se deu em duas frentes distintas, as reformas administrativas e as reformas econômicas. As transformações mais notáveis desse período foram: (i) as Emendas Constitucionais 6 e 7 de eliminação de determinadas restrições ao capital estrangeiro; (ii) as Emendas Constitucionais 5, 8 e 9 da flexibilidade dos monopólios estatais; e (iii) a Lei Federal nº 9.491/97, em substituição a Lei Federal nº 8.031/90, que estabeleceu o Programa Nacional de Privatizações. Tais marcos deram início ao processo de transformação do Estado empresário em Estado regulador.

2. No modelo institucional brasileiro, o Poder Legislativo estabelece os marcos normativos e o Poder Executivo formula as políticas, via Ministérios setoriais. No âmbito do Poder Executivo, o Plano Diretor de Reforma do Estado identificou os gargalos de custos crescentes da burocracia e de controles, perdas de autonomia na prestação dos serviços e redução da capacidade dos Ministérios de formular políticas e controlar os órgãos centrais e entidades da administração pública e propôs uma reorganização das atividades do Estado: separação entre formulação de políticas, regulamentação e controle e provimento dos serviços.. No entanto, foi somente a partir de 1994, com o Plano Real, que as citadas transformações ganharam ímpeto. O processo de privatização dos principais setores de infraestrutura foi caracterizado pela concessão de serviço público, ao invés da transferência permanente de propriedade. A administração das concessões foi repassada às Agências Reguladoras Especiais (ou Ministérios relacionados em alguns casos) modificando o cenário institucional e a cultura de gestão do setor público no país.

3. Entre dezembro de 1996 e setembro de 2005, foram criadas 10 (dez) Agências Reguladoras (ARs) federais. Como critério geral, as ARs foram criadas em mercados com monopólio natural, de elevadas assimetrias de informações, envolvendo bens públicos e externalidades, para os quais se fazia necessário pautar o comportamento dos agentes econômicos. Iniciou com a criação das ARs nos setores de infraestrutura, tais como energia, telecomunicações, , água e prosseguiu com os setores de saúde, transporte e cinema.

4. Embora coberto pela Constituição Federal e pelos marcos regulatórios setoriais, segue pendente, no direito administrativo brasileiro, um marco institucional geral, que regule as funções e papéis dos diferentes atores no processo regulatório. Embora as ARs apresentem grande heterogeneidade quanto a tamanho, estrutura, orçamento, modelo de gestão e prestação de contas, elas se caracterizam como autarquias especiais com autonomia administrativa e financeira, gestão patrimonial, recursos humanos e de capacidade decisória, dado não haver subordinação hierárquica ao Ministério correspondente.. No caso das ARs federais, tal marco foi complementado em parte pela Lei Federal nº 9.986/00 de gestão de seus recursos humanos e a Lei Federal nº 10.871/2004, que dispõe sobre a criação de carreiras e organização de seus cargos. Em parte, ainda existe a necessidade de se discutir o alcance da supervisão e do controle dos Ministérios sobre as autarquias especiais, tal como previsto para as autarquias no Decreto-Lei n.º 200.

5. O Banco financiou, em 2005, uma Cooperação Técnica Intrarregional (CTIntra) que permitiu a uma delegação de governo brasileiro conhecer in situ experiências de agências reguladoras, nos Estados Unidos, México e Bolívia. Este conhecimento fortaleceu o interesse do Governo Federal em contar com o apoio do BID e, a efeito, a Casa Civil da Presidência da República solicitou, a final de 2005, a preparação de um programa de fortalecimento institucional da atividade regulatória. O volume de recursos deveria ser reduzido, devido ao momento de restrições orçamentárias.

6. A estratégia adotada pelo Programa foi a de apoiar o Governo do Brasil na melhoria da qualidade da regulação, por meio de ações que fortalecessem a autonomia decisória e promovessem uma melhor formulação, coordenação e gestão institucional das atividades que impactavam o processo regulatório, além do fortalecimento do controle social. Assim, nasceu o presente Programa, aprovado pelo Banco em janeiro em 2007 e assinado em novembro do mesmo ano, num montante de US$6,700,000.00, com US$3,850,000,00 de financiamento do BID a ser desembolsado até novembro de 2011 e US$2,850,000.00 da contraparte local.

7. Tal como se descreve no parágrafo **§II.c Custos do Projeto**, em 10 de novembro de 2010, a COFIEX, por intermédio da Recomendação nº 608, solicitou al Banco prorrogar o prazo de desembolso do Programa até 23 de maio de 2013 e, ao mesmo tempo, remanejar recursos entre categorias de gastos, com base nos Pareceres PGFN/COF/nº 2661/2010 e 1893/2010/GEOPE/CODIP/STN, como informado pelo Banco por intermédio da CSC/CBR – 4773/2010, de 16 de dezembro de 2010. O remanejamento de recursos deveu-se a uma demanda maior que a prevista para o Componente II.

8. Os desembolsos acumulados até 31 de maio de 2013, tal como se indica no parágrafo **§II.C Custos do Projeto,** apresentam os seguintes dados: desembolso do BID de US$2,597,377.43 e desembolso da contraparte local de US$2,076,025.98. Nestas condições, vencido o prazo contratual do empréstimo BID de 23 de maio de 2013, os valores não comprometidos de US$1,2 milhões, foram automaticamente cancelados, nos termos do Art. 3.16 do Contrato de Empréstimo. Tal fato ocorreu no sentido de que os objetivos do projeto pactuados com o Banco já enviam sido obtidos, com grande economia de recursos, especialmente pela utilização das Escolas de Governo para os programas de capacitação. Ademais, a Casa Civil da Presidência da República dispunha de recursos próprios para a continuidade do Pro-Reg.

9. O desempenho do projeto justifica a classificação de desempenho "Muito Provável" para "OD" (Objetivo de Desenvolvimento), "Satisfatório" para "PI" (Progresso de Implementação) e "Provável" para "SU" (Sustentabilidade). Esta classificação está também fundamentada pelas respostas dos beneficiários sobre o desempenho do Programa (ver Anexo 2).

## b) Descrição do Projeto

## Objetivo(s) de Desenvolvimento

*O objetivo do Programa é melhorar a qualidade da regulação de mercados exercida no âmbito do Governo Federal. Para isso, espera-se fortalecer o sistema regulatório de modo a facilitar o pleno exercício de funções por parte de todos os atores e melhorar a coordenação entre as instituições, os mecanismos de prestação de contas e de participação e monitoramento por parte da sociedade civil.*

Não houve alteração dos Objetivos do Programa estabelecidos na Proposta de Empréstimo e no Anexo Único do Contrato de Empréstimo 1.811/OC-BR.

## Componentes

De modo a atender os objetivos mencionados anteriormente, foram previstos 4 (quatro) componentes para o Programa, um para cada objetivo específico.

### Componente 1: Fortalecimento da Capacidade de Formulação e Análise das Políticas

Neste componente, o Programa financia os seguintes produtos: (i) diagnóstico da formulação e análise de políticas públicas em mercados regulados; (ii) elaboração de uma metodologia e de indicadores de acompanhamento e avaliação das políticas públicas em mercados sujeitos à regulação; e (iii) capacitação dirigida aos profissionais dos Ministérios em questões de formulação, monitoramento e avaliação de políticas setoriais em mercados regulados. A capacitação citada cobre também servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário, além de pessoal dos governos estaduais, dado os efeitos potenciais que as suas decisões têm sobre os mercados regulados.

### Componente 2: Melhoria da Coordenação e Alinhamento Estratégico entre Políticas Setoriais e Processo Regulatório

Neste componente, o Programa financia os seguintes produtos e atividades: (i) estudo para a definição de uma unidade de coordenação, acompanhamento e avaliação de assuntos regulatórios, que apoie o Governo Federal nos temas de melhoria da qualidade regulatória; (ii) estudo para a criação de uma instância colegiada independente de consulta e assessoramento ao Governo Federal, nos temas de qualidade e boas práticas de regulação; (iii) equipamento e sistemas de informação para apoio de (i) e (ii); (iv) bolsas de estudo para integrantes da unidade de coordenação, acompanhamento e avaliação de assuntos regulatórios que permitam conhecer de forma direta as experiências internacionais em regulação e funcionamento de unidades de coordenação; (v) concepção e implantação de uma rede governamental de melhoria regulatória, com banco de dados envolvendo os Ministérios, as agências e os acadêmicos; (vi) concepção de uma estratégia de implantação e institucionalização da Análise de

Impacto Regulatório (AIR); (vii) desenvolvimento de instrumentos de gestão; e (viii) assistência técnica aos Ministérios e às agências interessadas, na implantação dos instrumentos citados e capacitação do seu pessoal

**Componente 3: Fortalecimento da Autonomia, Transparência e Desempenho das Agências Reguladoras**

Neste componente, o Programa financia os seguintes produtos: (i) concepção, desenvolvimento e implementação de um programa de capacitação em AIR; (ii) desenvolvimento e apoio à implementação de um sistema de recrutamento e seleção de diretores e pessoal gerencial superior das agências, com a aplicação de mecanismos competitivos e requisitos mínimos de formação e experiência profissional; (iii) definição de metodologias para a elaboração de mapas de risco dos processos regulatórios; e (iv) concepção e desenvolvimento de um programa de capacitação em processos administrativos e gestão por resultados, dirigido aos funcionários das agências.

**Componente 4: Apoio aos Mecanismos para o Exercício do Controle Social**

Neste componente, o Programa financia os seguintes produtos: (i) concepção e implementação de um programa de capacitação em questões de funcionamento dos mercados, especialmente dedicado às entidades do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor (SNDC); (ii) concepção e implementação de uma campanha de comunicação institucional de educação em regulação; (iii) diagnóstico das capacidades institucionais dos Serviços de Proteção ao Consumidor (PROCON) estaduais; (iv) assistência técnica na gestão da informação do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor (DPDC); (v) capacitação para o fortalecimento das "Ouvidorias" das agências reguladoras; e (vi) elaboração de estudos e assistência técnica para as agências reguladoras na implementação de medidas de facilitação do controle social.

**Observações:**

As metas físicas indicadas são as metas previstas no Contrato de Empréstimo, compatíveis com os recursos de US$3,850,000.00 do BID e de US$2,850,000.00 de contrapartida, perfazendo um total de US$6,700,000.00, conforme Anexo Único do Contrato de Empréstimo.

## c) Revisão da Qualidade do Projeto (se aplicável)

| Revisão da Qualidade do Desenho ("Quality -At- Entry") |
|---|
| Satisfatória. |

# III. Monitoramento de Progresso dos Impactos e Resultados

## a) Efeitos Diretos

| ALCANCE DO (S) OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO (OD) | | | |
|---|---|---|---|
| **OBJETIVO DO PROJETO: Melhorar as Condições Gerais para a Competição e o Desenvolvimento Privado no Brasil.** | | | |
| **A. Finalidade:** Fortalecer as Condições Gerais para a Concorrência e Investimentos Privados no Brasil | | | |
| Efeitos Diretos Planejados<br>BL = *Base Line* ou Linha de Base EOP = End of Project Target | | Efeitos Diretos | |
| Indicador | LB 2006 | EOP 2013 | Obtido dez 2012 |
| Pilar Institucional do ICG (1) | 3,38 | 3,72 | 3,80 (2) |
| Pilar Infraestrutura do ICG (1) | 3,20 | 3,46 | 4,0 (2) |
| Comentários<br>(1) O ICG é o Índice de Competitividade Global, publicado pelo Fórum Econômico Mundial, formado por doze pilares. O Pro-Reg e o Banco escolheram dois deles como indicadores para medir o avanço do fortalecimento das condições gerais para a concorrência e investimentos privados no Brasil.<br>(2) Metas cumpridas. | | | |
| **Propósito :** Melhoria da Qualidade da Regulação Realizada pelas Agências Reguladoras do Governo Federal | | | |
| Efeitos Diretos Planejados<br>BL = *Base Line* ou Linha de Base EOP = End of Project Target | | Efeitos Diretos | |
| Indicador | LB 2006 | EOP 2013 | Obtido dez 2012 |

| | | | |
|---|---|---|---|
| Indicador de Qualidade Regulatória Ampliado (IQRA) (1) | 0,35 | 0,65 | 0,68 (2) |

Comentários:

(1) O IQRA engloba a Coordenação Institucional e Monitoramento, Autonomia e Transparência e Mecanismos de Consulta e Prestação de Contas das Agências. Trata-se de indicador desenvolvido para captar, especificamente, o desenvolvimento da qualidade regulatória nas Agências Reguladoras Federais brasileiras. Quatro agências possuem IQR superior a 0,68, são elas: ANA (0,75), ANATEL (0,75), ANCINE (0,75) e ANVISA (0,86).

(2) Meta cumprida.

**Reformulação:** Não houve reformulação do Projeto; apenas a adaptação do Marco Lógico quando da implantação do PMR.

[ X ] N/A

**PPMR Retrofitting. Indicar se/como/quando o(s) objetivo(s) foram reformulados, e, descrever brevemente suas conseqüências, incluindo quaisquer mudanças nos indicadores/metas. Incluir como anexo a documentação aprovada pelo Diretório e/ou Representante, se for o caso.**

**[X] N/A**

| **Resumo do(s) Objetivo(s) de Desenvolvimento Classificação(OD):** | | | |
|---|---|---|---|
| [ **X**] Muito Provável (MP) | [ ] Provável (P) | [ ] Pouco Provável (LP) | [ ] Improvável (I) |

**Justifique brevemente a classificação de OD com base no grau de cumprimento das metas planejadas e explique as diferenças entre os efeitos diretos planejados e os alcançados, bem como outros fatores relevantes. Incluir referências às evidências que respaldem os referidos resultados.**

As metas de finalidade e propósito, previstas pelo Programa, foram cumpridas substancialmente.

**Estratégia de País**: A partir dos resultados acima discutidos, descrever brevemente como o projeto contribuiu à estratégia de país.

O Programa contribui com as estratégias de Modernização do Estado e Competitividade, previstas na Estratégia do Banco para o Brasil, no período 2004-2007, aprofundando os esforços de modernização e melhoria da gestão pública, com o objetivo de fortalecer os mecanismos institucionais para a gestão em regulação com os seus consequentes efeitos de médio e longo prazo sobre a infraestrutura, produtividade e atração de investimentos privados. Na Estratégia de País 2007-2014, o Programa esteve consistente com o objetivo descrito no numeral (iii) da mesma: (i) desenvolvimento de sistemas de gestão de recursos humanos, carreiras, talentos e sistemas de desempenho; (ii) iniciativas de planejamento estratégico, gestão e orçamento por resultados, monitoramento e avaliação de políticas públicas, desenvolvimento de sistemas de auditoria interna e externa, gestão de projetos de investimento e ampliação do controle social; e (iii) implantação de modelos e ferramentas de gestão que gerem incentivos para melhoria na prestação de serviços públicos e promovam maior transparência das ações governamentais, com instrumentos tais como a implantação de centrais de atendimento únicas, adoção de sistemas integrados de informação com amplo acesso ao público, aplicações de governo eletrônico, assim como integração de serviços em nível federal, estadual e intra e intergovernamental. Apoiou também os objetivos de melhoria da competitividade, constantes da mesma forma, da Estratégia País.

## b) Externalidades

### Externalidades positivas

1. A revisão dos mecanismos de gestão na área da regulação de serviços públicos e infraestrutura, com a execução do Pro-Reg, em paralelo com a revisão dos mecanismos de gestão na área da regulação social do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor (SNDC), contribuindo para aperfeiçoar o modelo de regulação do Governo Federal como um todo.

2. A manutenção do Comitê Gestor pós Programa, composto por representantes do Ministério da Fazenda, do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão e da Casa Civil, e do Comitê Consultivo, composto por representantes de todas as ARs federais e os respectivos Ministérios, além de um representante do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), autarquia vinculada ao Ministério da Justiça, criados para a gestão estratégica e técnico consultiva do Programa, envolvendo os Ministérios e as Agências Reguladoras, como fóruns de discussão da regulação federal.

3. A institucionalização do Pro-Reg, construída durante o longo período de execução do Programa, junto aos órgãos de Governo e sociedade civil.

4. Possibilidade de replicar esta experiência para os países da América Latina e Caribe por ter sido o Programa uma referência internacional em regulação.

5. O *network* virtuoso de relacionamento no tema de regulação, resultante das Cooperações e Parcerias do Pro-Reg indicadas no Parágrafo §**IV.a.7**, dentre outros**,** com os seguintes organismos ou Países: (i) *Office of Information and Regulatory Affairs (OIRA/USA)*; (ii) Associação Brasileira de Agências de Regulação (ABAR); (iii) União Européia; (iv) Embaixada do Reino Unido; (v) *American Chamber of Commerce* (AMCHAM); e (vi) Países da América Latina, sobretudo México, Colômbia, Equador, Costa Rica e Peru.

### Externalidades negativas

Não foram identificas externalidades negativas.

## c) Produtos

**PROGRESSO NA IMPLEMENTACAO (PI)**

**CUSTOS DIRETOS – COMPONENTE C.1: FORTALECIMENTO DA CAPACIDADE DE FORMULAÇÃO E ANÁLISE DE POLÍTICAS**

| **COMPONENTE C.1 –** QUADRO DE CUSTOS VIGENTE (US$) | | | | REALIZADO ATÉ MAIO/2013 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| CATEGORIA E COMPONENTE | **BID** | **LOCAL** | **TOTAL** | **BID** | **LOCAL** | **TOTAL** |
| COMPONENTE C.1 | 111.000 | 36.000 | 147.000 | 22,394 | 31,982 | 54,376 |

**BL =** BASE LINE OU LINHA DE BASE, **EOP =** END OF PROJECT TARGET

| **Produtos Planejados/ Indicadores** | **BL 2006** | **EOP 2013** | **Obtido dez 2012** |
|---|---|---|---|
| **P1** Funcionários dos Ministérios capacitados em formulação e análise de política (1) | zero | 1.000 | 3.538 (2) |
| **P2** Diagnóstico de processos de formulação e análise de políticas públicas em mercados regulados, formulado | zero | 1 | 1 |
| **P3** Sistema de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas em mercados regulados, desenvolvido | zero | 1 | 0(3) |

**Explique brevemente diferenças entre os produtos planejados e os atuais (se aplicável).**

(1) Esse indicador considera não somente os funcionários dos Ministérios capacitados, mas todos os servidores capacitados pelo Programa.
(2) Produtos obtidos e não contemplados no PMR de 2012, do BID.
(3) Produto P3 não obtido, dado o pouco interesse dos Ministérios neste produto.
**(4)** Os produtos P1, P2 e P3 são desdobramentos dos produtos do Eixo 1 do Marco Lógico, que previa a capacitação de 80% de um universo de 550 servidores, meta em muito ultrapassada.

**Reestruturação**. Indicar se este Componente foi reestruturado, data da aprovação (Gerente). Descrever brevemente as consequências dessas mudanças. [ x ] N/A, não houve reestruturação do Componente.

**Progresso de Implementação – Classificação**

| | | | |
|---|---|---|---|
| [ ] Muito Satisfatório (MS) | [ **X** ] Satisfatório | [ ] Insatisfatório | [ ] Muito Insatisfatório |

**CUSTOS DIRETOS – COMPONENTE C.2: MELHORA DA COORDENAÇÃO E ALINHAMENTO ESTRATÉGICO ENTRE POLÍTICAS SETORIAIS E PROCESSO REGULATÓRIO**

| **COMPONENTE C.2 –** QUADRO DE CUSTOS VIGENTE (US$) | | | | REALIZADO ATÉ MAIO/2013 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| CATEGORIA E COMPONENTE | **BID** | **LOCAL** | **TOTAL** | **BID** | **LOCAL** | **TOTAL** |
| COMPONENTE C.2 | 2.248.000 | 1.520.000 | 3.768.000 | 1.948.289 | 1.099.743 | 3.048.033 |

**BL =** BASE LINE OU LINHA DE BASE, **EOP =** END OF PROJECT TARGET

| **Produtos Planejados/ Indicadores** | **BL 2006** | **EOP 2012** | **Obtido dez 2012** |
|---|---|---|---|
| **P4** Proposta de Unidade de Coordenação de assuntos regulatórios, elaborada | zero | 1 | 1 |

| | | | |
|---|---|---|---|
| **P5** Proposta de instância colegiada independente de assessoramento ao Poder Executivo em temas regulatórios, elaborada | zero | 1 | 0(1) |
| **P6** Rede governamental de melhoria regulatória, concebida | zero | 1 | 1 |
| **P7** Proposta de implantação da análise de AIR, elaborada | zero | 1 | 1 |
| **P8** Eventos de capacitação de funcionários das Agências e Ministérios sobre instrumentos de gestão, realizada | zero | 1 | 19 |
| **P9** Instrumentos de gestão que apoiem acordos sobre objetivos das políticas setoriais, o desempenho das agências e a garantia de recursos, concebida | zero | 5 | 9 |

**Explique brevemente diferenças entre os produtos planejados e os atuais (se aplicável).**

(1) Embora não tenha avançada sua implementação, foram elaborados estudos e proposta de Decreto.

(2) Os Produtos P4 a P8 são desdobramentos do indicador associado ao Eixo II, previsto no Marco Lógico original, que previa a implantação de novos instrumentos em pelo menos 6 agências reguladoras federais.

**Reestruturação**. Indicar se este Componente foi reestruturado, data da aprovação (Gerente). Descrever brevemente as consequências dessas mudanças. [ x ] N/A, não houve reestruturação do Componente.

**Progresso de Implementação – Classificação**

| | | | |
|---|---|---|---|
| [ **X** ] Muito Satisfatório (MS) | [ ] Satisfatório | [ ] Insatisfatório | [ ] Muito Insatisfatório |

**CUSTOS DIRETOS – COMPONENTE C.3: FORTALECIMENTO DA AUTONOMIA, TRANSPARÊNCIA E DESEMPENHO DAS AGENCIAS REGULADORAS**

| **COMPONENTE C.3 –** QUADRO DE CUSTOS VIGENTE (US$) | | | | REALIZADO ATÉ MAIO/2013 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| CATEGORIA E COMPONENTE | **BID** | **LOCAL** | **TOTAL** | **BID** | **LOCAL** | **TOTAL** |
| COMPONENTE C.3 | 1.208.000 | 957.000 | 2,165,000 | 510.621 | 790.999 | 1.301.620 |

**BL =** BASE LINE OU LINHA DE BASE, **EOP =** END OF PROJECT TARGET

| **Produtos Planejados / Indicadores** | **BL 2006** | **EOP 2012** | **Obtido dez 2012** |
|---|---|---|---|
| **P10** Programas de capacitação de funcionários em AIR, realizados | zero | 1 | 11 |
| **P11** Sistema de seleção da alta gerência das Agências Reguladoras baseado em requisitos, implementado | zero | 1 | 1 |
| **P12** Mapa de risco para prevenção de irregularidades e tratamento de conflito de interesse, concebido | zero | 1 | 0(1) |
| **P13** Programas de capacitação em processos administrativos e gestão por resultados realizados | zero | 4 | 2(2) |
| **P14** Cursos sobre Gestão Pública e Regulação realizados | zero | 6 | 46(3) |
| **PXX** Contratação de consultoria para diagnóstico da alocação dos quadros efetivos, terceirizados e comissionados, das ARs federais, realizada | zero | zero | 1(4) |
| **PYY** Contratação de consultoria para estudo sobre os contratos de gestão das ARs federais, realizada | zero | zero | 1(4) |

**Explique brevemente diferenças entre produtos planejados e atuais (se aplicável).**

(1) Não houve indicação de prioridade quanto a este produto, por parte das agências reguladoras.

(2) As propostas apresentadas indicaram custos muito elevados em relação aos estimados.

(3) Produtos obtidos e não contemplados no PMR 2012, do BID.

(4) Produtos alcançados, porém não previstos no componente.

(5) Os Produtos P11 a P14 são desdobramentos do indicador associado ao Eixo III, previsto no Marco Lógico original, que previa a ampliação da autonomia e transparência de 0,10 para 0,35.

**Reestruturação**. Indicar se este Componente foi reestruturado, data da aprovação (Gerente). Descrever brevemente as consequências dessas mudanças. [ x ] N/A, não houve reestruturação do Componente.

**Progresso de Implementação – Classificação**

| | | | |
|---|---|---|---|
| [ **X** ] Muito Satisfatório (MS) | [ ] Satisfatório | [ ] Insatisfatório | [ ] Muito Insatisfatório |

**CUSTOS DIRETOS – COMPONENTE C.4: APOIO AOS MECANISMOS PARA O EXERCÍCIO DO CONTROLE SOCIAL**

| **COMPONENTE C.4 –** ANEXO A VIGENTE (US$) | | | | REALIZADO ATÉ MAIO/2013 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| CATEGORIA E COMPONENTE | **BID** | **LOCAL** | **TOTAL** | **BID** | **LOCAL** | **TOTAL** |
| COMPONENTE C.4 | 244.000 | 181.000 | 425.000 | 116,072 | 56.612 | 172.684 |

**BL =** BASE LINE OU LINHA DE BASE, **EOP =** END OF PROJECT TARGET

| **Produtos Planejados / Indicadores** | **BL(2006)** | **EOP(2013)** | **Produtos Obtidos** |
|---|---|---|---|
| **P15** Campanha de comunicação institucional de educação em regulação, realizada | zero | 1 | 0(1) |
| **P16** Diagnóstico das capacidades institucionais dos PROCONS estaduais, elaborado | zero | 1 | 0(2) |
| **P17** Estudo sobre indicadores do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, elaborado | zero | 2 | 2 |
| **P18** Eventos de capacitação das ouvidorias realizado | zero | 3 | 0(3) |
| **P19** Eventos de capacitação de funcionários de entidades públicas de defesa do consumidor realizados | zero | 3 | 6(4) |
| **P20** Eventos de capacitação de funcionários das Agências em temas de transparência, prestação de contas e participação social | zero | 2 | 0(5) |

**Explique brevemente diferenças entre produtos planejados e atuais (se aplicável).**

(1) Sem consenso sobre seus termos com o órgão de comunicação da Presidência da República. No entanto, foram desenvolvidas ações por meio do, boletins, livros, debates, seminários e oficinas do Programa.
(2) Foi priorizada a ação de ajustes das planilhas de custos do SINDEC.
(3) Não houve interesse por parte das ouvidorias das agências reguladoras.
(4) Produtos obtidos, porém não contemplados no PMR 2012, do BID.
(5) Tratado em várias atividades do Programa, como seminários, oficinas, *workshops* e encontros.
(6) Os Produtos P15 a P20 são desdobramentos do indicador associado ao Eixo IV, previsto no Marco Lógico original que previa a ampliação em 50% do número de participantes por ano, nos processos de audiências públicas nas agências reguladoras. De 2009 a 2012 tais participações foram de 3.817, 1.723, 60.406 e 13.915. Por agência, apenas as agências ANAC, ANCINE, ANEEL e ANTT atingiram a meta original, com destaque para a ANEEL e ANCINE.

**Reestruturação**. Indicar se este Componente foi reestruturado, data da aprovação (Gerente). Descrever brevemente as consequências dessas mudanças. [ x ] N/A, não houve reestruturação do Componente.

**Progresso de Implementação – Classificação:**

| | | | |
|---|---|---|---|
| [ ] Muito Satisfatório (MS) | [ **X** ] Satisfatório | [ ] Insatisfatório | [ ] Muito Insatisfatório |

**COMPONENTE ADMINISTRAÇÃO, CUSTOS CONCORRENTES, CUSTOS FINANCEIROS E IMPREVISTOS**

| **COMPONENTE –** QUADRO DE CUSTOS VIGENTE (US$) | | | | REALIZADO ATÉ MAIO/2013 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| CATEGORIA E COMPONENTE | **BID** | **LOCAL** | **TOTAL** | **BID** | **LOCAL** | **TOTAL** |
| CATEGORIAS 2,3,4 E 5 | 39.000 | | 39.000 | - | 96.687 | 96.687 |

**BL =** BASE LINE OU LINHA DE BASE, **EOP =** END OF PROJECT TARGET

| **Produtos Planejados / Indicadores** | **BL 2006** | **EOP 2013** | **Obtido dez 2012** |
|---|---|---|---|
| **P21** Relatório de Monitoramento e Avaliação | zero | 2 | 1 |

**Reestruturação**. Indicar se este Componente foi reestruturado, data da aprovação (Gerente). Descrever brevemente as consequências dessas mudanças. [ x ] N/A, não houve reestruturação do Componente.

**Progresso de Implementação – Classificação:**

| | | | |
|---|---|---|---|
| [ ] Muito Satisfatório (MS) | [ **X**] Satisfatório | [ ] Insatisfatório | [ ] Muito Insatisfatório |

## d) Custos do Projeto

### d.1) Custos Planejados e Remanejados

| Itens | Categoria de Gastos | Orçamento Original | Orçamento Atual |
|---|---|---|---|

| | | BID (US$) | Local (US$) | Total (US$) | BID (US$) | Local (US$) | Total (US$) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **1.** | **Custos Diretos** | **3.811.00** | **1.945.000** | **5.756.000** | **3.811.000** | **2.694.000** | **6.505.000** |
| C.1 | Fortalecimento da capacidade de formulação e análise de políticas | 259.000 | 506.000 | 765.000 | 111.000 | 36.000 | 147.000 |
| C.2 | Melhora da coordenação e alinhamento estratégico entre políticas setoriais e processo regulatório | 1.165.000 | 99.000 | 1.264.000 | 2.248.000 | 1.520.000 | 3.768.000 |
| C.3 | Fortalecimento da autonomia, transparência e desempenho das agencias reguladoras | 1.890.000 | 93.000 | 1.983.000 | 1.208.000 | 957.000 | 2.165.000 |
| C.4 | Apoio aos mecanismos para o exercício do controle social | 497.000 | 1.247.000 | 1.744.000 | 244.000 | 181.000 | 425.000 |
| **2.** | **Gerenciamento e Administração** | - | **305.000** | **305.000** | - | **7.000** | **7.000** |
| **3.** | **Custos Concorrentes** | **39.000** | - | **39.000** | **39.000** | - | **39.000** |
| | Avaliação | 39.000 | - | 39.000 | 39.000 | - | 39.000 |
| **4.** | **Custo Financeiro** | - | **350.000** | **350.000** | - | **140.000** | **140.000** |
| **5.** | **Imprevistos** | - | **250.000** | **250.000** | - | **9.000** | **9.000** |
| | | | | | | | |
| **Totais** | | **3.850.000** | **2.850.000** | **6.700.000** | **3.850.000** | **2.850.000** | **6.700.000** |

**Explique brevemente as diferenças.**

O Orçamento Original é o do Contrato de Empréstimo, enquanto que o Orçamento Atual é o orçamento resultante da Recomendação nº 608, de 10 de novembro de 2010, que prorrogou o prazo de desembolso do Programa até 23 de maio de 2013 e remanejou recursos entre categorias de gastos, sem alteração do valor total do empréstimo, tal como indicado no Anexo 4.

O remanejamento deveu-se à maior demanda pelos produtos do Componente 2 e, a efeito, se procedeu a uma alteração contratual para efetivar tal remanejamento.

Os desembolsos acumulados até 31 de maio de 2013 , ou seja, até o desembolso #15, apresentam os seguintes dados: desembolso do BID de US$2,597,377.43 e desembolso da contraparte local de US$2,076,025.98, tal como indicado na demonstração financeira de execução do Anexo 1. Nestas condições, vencido o prazo contratual de 23 de maio de 2013, os valores não comprometidos do empréstimo BID, estimados para maio de US$1,252,623.00, foram automaticamente cancelados, nos termos do Art. 3.16 do Contrato de Empréstimo.

## d.2) Cuadro de Custos Executados ao Final do Programa

| Itens | Categoria de Gastos | Orçamento Atual | | | Executado (até maio/2013) | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | BID (US$) | Local (US$) | Total (US$) | BID (US$) | Local (US$) | Total (US$) |
| **1.** | **Custos Diretos** | **3.811.000** | **2.694.000** | **6.505.000** | **2,597,377,43** | **1,979,338.01** | **4,576,715.44** |
| C.1 | Fortalecimento da capacidade de formulação e análise de políticas | 111.000 | 36.000 | 147.000 | 22,394.41 | 31,982.16 | 54,376.57 |
| C.2 | Melhora da coordenação e alinhamento estratégico entre políticas setoriais e processo regulatório | 2.248.000 | 1.520.000 | 3.768.000 | 1,948,289.22 | 1,099,743.93 | 3,048.033.15 |
| C.3 | Fortalecimento da autonomia, transparência e desempenho das agencias reguladoras | 1.208.000 | 957.000 | 2.165.000 | 510,621.46 | 790,999.14 | 1,301,620.60 |
| C.4 | Apoio aos mecanismos para o exercício do controle social | 244.000 | 181.000 | 425.000 | 116,072.34 | 56,612.78 | 172.685.12 |
| **2.** | **Gerenciamento e Administração** | - | **7.000** | **7.000** | **0** | **0** | **0** |
| **3.** | **Custos Concorrentes** | **39.000** | - | **39.000** | **0** | **0** | **0** |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Avaliação | 39.000 | - | 39.000 | 0 | 0 | 0 |
| **4.** | **Custo Financeiro** | - | **140.000** | **140.000** | **0** | **96.687.97** | **96.687.97** |
| **5.** | **Imprevistos** | - | **9.000** | **9.000** | **0** | **0** | **0** |
| | | | | | | | |
| **Totais** | | **3.850.000** | **2.850.000** | **6.700.000** | **2,597,377.43** | **2,076,025.98** | **4,673,403.41** |
| % *pari-passu* | | 57,46 | 42,54 | 100,0 | 55,57 | 44,43 | 100,0 |
| % de executado/orçado | | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 67,46 | 72,84 | 69,75 |

### d.3) Financiamento do Projeto: Calendário de Investimentos

| Anos | Previsto | | | Realizado | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | BID (US$) | Local (US$) | Total (US$) | BID (US$) | Local (US$) | Total (US$) |
| 2008 | 1.360.000 | 880.000 | 2.240.000 | - | - | - |
| 2009 | 1.287.000 | 1.001.000 | 2.288.000 | 346.117.23 | 390.879.03 | 736.996.25 |
| 2010 | 1.203.000 | 969.000 | 2.172.000 | 1.042.087.01 | 441.966.95 | 1.484.053.96 |
| 2011 | | | | 684.117.74 | 391.865.28 | 1.075.983.02 |
| 2012 | | | | 436.877.73 | 667.055.78 | 1.103.933.51 |
| 2013 até maio | | | | 88.177.72 | 184.258.94 | 272.436.66 |
| Total | **3.850.000** | **2.850.000** | **6.700.000** | **2.597.377.43** | **2,076,025.98** | **4.673.403.41** |

## IV. Implementação do Projeto

Uma importante constatação do elevado desempenho do projeto com economia de custos reside no PI (Performance Index) de 2,5 obtido a fins de 2012.

**(i) Pressupostos**

**Associado com a finalidade do Programa**

**1. O Governo do Brasil mantém o interesse na implementação de medidas de aperfeiçoamento dos marcos regulatórios setoriais e moderniza seus instrumentos de defesa da concorrência.**

Não houve alteração quanto a esse pressuposto, dado que o Governo que assumiu em 2011 deu continuidade na execução do Pro-Reg e manteve os compromissos de aperfeiçoamento dos marcos regulatórios setoriais e modernização dos instrumentos de defesa da concorrência. Merece destaque a Lei nº 12.259, de 30 de novembro de 2011, que estruturou o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência formado pelo Conselho Administrativo de Defesa da Concorrência (CADE) e pela Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda.

**Associado com o propósito do Programa**

**1. O Governo do Brasil mantém o apoio às políticas de implantação de mecanismos que contribuem para a melhoria da regulação e o controle social no processo regulatório, previsto na operação.**

Na mesma linha do pressuposto anterior, não houve alteração quanto a esse propósito, dado que o Governo manteve os compromissos de apoio às políticas de implantação de mecanismos que contribuem para a melhoria da regulação e o controle social no processo regulatório.

**Associado com os componentes do Programa**

**1. O pessoal capacitado e os dirigentes dos Ministérios se mantêm interessados em novas metodologias e desejam implementar os conhecimentos adquiridos.**

Os resultados do Pro-Reg confirmam o pressuposto, tendo em vista o interesse dos servidores e dirigentes dos Ministérios nas novas metodologias apresentadas, inclusive na institucionalização das mesmas, como no caso emblemático que foi a implantação da ferramenta AIR.

**2. O Comitê Gestor demonstra capacidade de coordenar os eixos do Programa e as sinergias dos mesmos.**

Os aspectos positivos do Programa, listados no parágrafo **§ IV.(a)**, logo a seguir, confirmam a capacidade do Comitê Gestor de coordenar os eixos do Programa e as sinergias dos mesmos, dada à multiplicidade de iniciativas exitosas do Pro-Reg.

**3. Os servidores e dirigentes dos Ministérios e ARs respondem positivamente à introdução de novos processos administrativos e instrumentos de gestão e análises.**

Como mencionado anteriormente, o exemplo marcante de resposta positiva dos servidores e dirigentes foi a introdução da ferramenta de Análise de Impacto Regulatório (AIR), indo mais além do que simplesmente participar da sua implantação e da absorção das experiências dos projetos piloto, mas trabalhando internamente na agência para transformar a análise AIR em obrigação institucional, como no caso das agências ANS e ANCINE.

Por outro lado, a aceitação por parte dos servidores e dirigentes pode ser medida também pelo elevado número de 3.538 servidores e dirigentes capacitados pelo Programa, até dezembro de 2012 (67% de pessoal oriundos de ARs federais, 15% de pessoal dos Ministérios, 6% de pessoal de agências estaduais e municipais, 8% de pessoal de entidades de defesa do consumidor e 4% de pessoal de outras áreas do governo federal). Com a introdução da sistemática de avaliação dos treinamentos, em meados de 2009, efetuada pelos próprios servidores, 96% dos 2.362 consultados consideram bom ou ótimo os cursos frequentados.

**4. Os órgãos centrais e as ARs apoiam o fortalecimento dos mecanismos de controle social como parte da melhoria do processo da qualidade regulatória e as entidades da sociedade civil, os usuários e os consumidores se mostram interessados em participar dos mecanismos de controle social sobre as atividades regulatórias.**

O pressuposto se confirma com os treinamento do Pro-Reg voltados para o controle social, com a afluência de representantes da comunidade, entidades de defesa do consumidor, Procons, defensorias públicas, agências reguladoras e do Departamento do Consumidor do Ministério da Justiça, notadamente aqueles resultantes da parceria do Pro-Reg com o Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor (DPDC) do Ministério da Justiça, Fórum Nacional de Entidades Civis de Defesa do Consumidor (FNECDC) e Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), para auxiliar a capacitação de entidades de defesa do consumidor em regulação.

**(ii) Outros riscos**

Quando da preparação da operação de financiamento havia um risco potencial de que os benefícios do Programa poderiam ser afetados por: (i) descontinuidade e prioridade política; (ii) resistência à mudanças; (iii) dificuldade de coordenação institucional entre as entidades envolvidas; e (iv) não aprovação da lei nº 3.337/04 de criação do marco de atuação das ARs.

1. O primeiro risco, de possível transição devido às eleições gerais programadas para 2010, seria mitigado pelo fato de que as ARs possuem mandatos que transcendem ao período de apenas um governo e envolvia entidades da sociedade civil. Tal normativo continua em vigor e, além disso, o governo que sucedeu representa uma continuidade do anterior.

2. O segundo risco seria mitigado pela existência de vontade política de implementar o Programa. Além disso, o Programa discutiu a implementação dos novos instrumentos de gestão com as entidades beneficiadas e constituiu um Comitê Consultivo para a participação, envolvimento e negociação das ações a serem executadas. A execução do Programa confirmou essa vontade política e utilizou os comitês.

3. Com a finalidade de mitigar o terceiro risco, de dificuldade de coordenação, dada a quantidade de entidades envolvidas, foi previsto que o Comitê Consultivo seria formado por todas as ARs e os respectivos Ministérios aos quais estão vinculadas. Além disso, estabeleceu-se que seriam realizadas reuniões periódicas de acompanhamento, como mecanismo permanente de comunicação. A execução do Programa foi além: viabilizou um esboço de governança regulatória, ao envolver, nas discussões sobre o rumo e as prioridades do Pro-Reg, órgãos e entidades de governo, representação dos consumidores (FNCDC, IDEC, Procons, etc), das ARs Federais,

Estaduais, do Distrito Federal e Municipais (por intermédio da ABAR, dos empresários (AMCHAM, Confederação Nacional da Indústria (CNI), *USChamber of Commerce)*, da academia e estudiosos que lidam com o tema da regulação.

4. Com relação ao quarto risco, se bem que os objetivos e atividades do Programa apoiam determinados aspectos considerados no Projeto de Lei (PL) nº 3.337/04, que dispõe sobre a gestão, a organização e o controle social das ARs e altera dispositivos de outras leis, o Pro-Reg é completamente autônomo e o seu desempenho não estaria condicionado ao destino do PL. Durante a execução do Pro-Reg o que ocorreu foi que o Poder Executivo apresentou Mensagem de Retirada do mesmo. Ao anunciar a retirada do projeto, em 14 de março de 2013, o Chefe do Poder Executivo argumentou que a legislação atual seria suficiente e defendeu o fortalecimento das ARs, sem deixar claro se enviará ou não outra proposta ao Congresso, como sustenta o deputado relator da comissão especial de análise do PL. Dessa maneira, fica adiada a existência de uma lei geral no Brasil, que uniformize as regras para o funcionamento da ARs e seu relacionamento com os Ministérios.

## a) Aspectos Positivos

Dentre os aspectos positivos do Pro-Reg, destacam-se os que se seguem, devido exclusivamente a existência do Programa e que podem ser caracterizados como inovadores, de longo alcance e de profundidade no tratamento das questões regulatórias, por parte das ARs e dos Ministérios:

1. **Programa de Fortalecimento de Competências em Gestão e Regulação**. Realizado em parceria com a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) e o Fórum de Recursos Humanos das Agências Reguladoras, para desenvolver competências de servidores públicos que trabalham com o tema da regulação, de modo a contribuir para a melhoria da qualidade do sistema regulatório, bem como aperfeiçoar o modelo institucional das agências reguladoras. **Aspecto positivo**: ampla assistência com 1.381 participantes divididos em 46 turmas e, no total de cursos ofertados, a assistência foi de mais de 3.500 funcionários de Ministérios, agências reguladoras e órgãos de defesa do consumidor.

2. Continuidade e sustentabilidade assegurada: O Programa consolidou a agenda regulatória no Brasil e, considerando seu êxito, a Casa Civil da Presidência da República já o inseriu no Plano Plurianual (PPA) para execução com recursos locais.

3. **Ampla divulgação, sinergia e conhecimento internacional do Programa através de Cooperações Técnicas e Parcerias**. (i) Com o *Office of Information and Regulatory Affairs (OIRA/USA)*, no diálogo de parcerias entre o Brasil e os EUA realizado pelo Ministério de Relações Exteriores, em conjunto com o Departamento de Estado Americano, em 2011 e 2012, no diálogo regulatório promovendo a cooperação e o intercâmbio de experiências entre o OIRA e a Aneel nos estudos de análise AIR e adoção de medidores inteligentes no Brasil e na vídeo conferência, do OIRA com todas as ARs federais, realizada na Embaixada Americana no Brasil; (ii) Com a Associação Brasileira de Agências de Regulação (ABAR), na melhoria da qualidade da regulação no Brasil, na participação de representantes das ARs estaduais e municipais nos eventos de capacitação do Pro-Reg e na articulação da participação de palestrantes internacionais nos Congressos Brasileiros sobre Regulação da ABAR; (iii) Com a União Européia, no intercâmbio e cooperação em análise AIR, através de visitas técnicas, *worshops*, seminários, cursos de capacitação, *shadowing etc.*; (iv) Com a Embaixada do Reino Unido, envolvendo visitas técnicas (2010 e 2011), *shadowing* no *Regulatory Policy Comittee*, duas edições do Curso Avançado em Metodologias de análise AIR, ministrado por professores da *National School of Government (2012)*, na avaliação do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel, com a utilização da metodologia Análise Multicritério, pelo professor Carlos Bana da Universidade de Lisboa (2012), no worshop com empresários "*Building Bridges: Regulatory Reform and Business in Brazil*", em parceria com a AMCHAM, CNI, Conselho Empresarial de Medicina e Saúde e Associação Comercial do Rio de Janeiro e no Registro Eletrônico em Saúde, conduzido pela ANS (2013); (v) Com a AMCHAM, na pesquisa sobre a percepção dos empresários sobre a qualidade da regulação no Brasil; (vi) com os órgãos de defesa do consumido e (vii) Com os países da América Latina, na reunião no México, com representantes do Chile, Colômbia, Costa Rica, México e Peru, no estabelecimentos das bases de uma cooperação regional em melhoria da qualidade regulatória (2011), na declaração de *Nuevo León*, de criação da Rede Latino-Americana de Melhoria Regulatória e Competitividade (LATIN-REG) (2011), na realização dos I e II Seminário Latino-

Americano sobre Experiências Exitosas em Regulação (2012) e na realização das I e II Reuniões da Rede Latino-Americana de Melhoria Regulatória e Competitividade (2012).

## b) Aspectos Negativos

O principal empecilho à execução financeira do Pro-Reg como planejado, foi a limitação das dotações orçamentárias das Unidades da Presidência da República ao início da execução do Programa. Isso levou à necessidade de se prorrogar o prazo do último desembolso do Programa em 18 meses. O Anexo 1 mostra o atraso dos desembolsos planejados em relação aos desembolsos executados do Programa primeiro por indefinições políticas e, segundo, por limitação de recursos orçamentários, superadas estas ao longo da execução do Programa em função da melhoria da situação fiscal do País.

Além disso, o Seminário de Encerramento, realizado no dia 27 de maio de 2013, indicou os seguintes aspectos que não funcionaram bem durante a execução do Programa: (i) os acordos para a implementação de produtos sem a governança direta do Pro-Reg; (ii) instrumentos de desempenho e garantia de recursos para as ARs; e (c) seleção de dirigentes (embora com estudo realizado pelo Pro-Reg); ; ; (iii) a falta de uma discussão mais aprofundada das fronteiras entre a autonomia das ARs e a supervisão de suas atividades regulatórias; (iviii) a limitação do aprofundamento de temas especializados, como no caso da AIR; ; (v) a limitação de oferta de vagas nos cursos de capacitação para atender a demanda; (vi) cursos muito teóricos e distantes da realidade de algumas ARs; (vii) a falta de debate com os membros do SNDC; (viii) a falta de representantes das ARs nas oficinas de Regulação e Defesa do Consumidor; (ix) a falta de *feedback* para as ARs, sobretudo nos casos das pesquisas em que as mesmas haviam sido envolvidas; (x) o foco exclusivo nas ARs, reduzindo a capacitação prevista dos Ministérios em formulação de políticas; e (xi) a ausência, não generalizada, de representantes dos Ministérios no debate regulatório.

Embora estas últimas questões continuem pendentes, o Programa colocou a regulação em outro marco de qualidade e institucionalidade, consolidando a inserção da regulação na agenda de políticas públicas do País.

## c) O Quê Falta Fazer

Dados os múltiplos resultados obtidos pelo Pro-Reg, a análise do que falta fazer será divida em dois aspectos: um de definição do que falta fazer por análise do estado da arte dos produtos associados aos eixos I,II,III e IV, do Marco Lógico original e outra por análise da correspondente divisão dos eixos em produtos, tal como indicado no Anexo 5.

As principais conclusões associadas ao cumprimento das metas do Programa, bem como do que falta fazer são: (i) de acordo com o estado da arte de cumprimento das metas até dezembro de 2012, as metas relativas aos Eixos I, II, III e IV do Programa, relativamente ao Marco Lógico original, foram substancialmente cumpridas; (ii) o mesmo pode-se afirmar com relação ao estado da arte do cumprimento das metas dos Eixos I, II, III e IV quando vistos pelo desdobramento das mesmas em produtos, como tratado no PMR do Banco; e (iii) exceto o Produto **P5**, relativamente à proposta de criação de uma Instância Colegiada Independente de Assessoramento ao Poder Executivo, que não depende exclusivamente do Executor e poderá demandar um tempo maior de discussão com os atores envolvidos, os demais produtos poderão ter suas metas cumpridas na sua plenitude, a curto prazo, com a continuidade da execução do Programa, como previsto pelo Mutuário.

Na continuidade do Programa, o Pro-Reg dispõe de um bom acervo de resultados de estudos, diagnósticos, e definições elaborados por consultorias especializadas e disponibilizados no site do Programa (Anexo 1)

Além disso, o Seminário de Encerramento, realizado no dia 27 de maio de 2013, indicou os seguintes aspectos quanto à prioridade do que falta fazer: (i) os instrumentos de gestão e monitoramento de políticas e a definição da instância de assessoramento em temas regulatórios; (ii) a institucionalização de indicadores de qualidade regulatória e a introdução de um programa anual com metas específicas; (iii) a demanda ainda existente de capacitação e treinamento em regulação básica e avançada; (iv) promoção de um ciclo mais intensivo de cooperação técnica e intercâmbio com países da América Latina e Caribe; (v) a continuidade dos comitês Gestor e Consultivo; e (vi) foco em qualidade regulatória na qualificação do corpo diretor das ARs.

## d) Desempenho do Mutuário/Agência Executora

| | | | |
|---|---|---|---|
| [**X** ] Muito Satisfatório (MS) | [ ] Satisfatório (S) | [ ] Insatisfatório (I) | [ ] Muito Insatisfatório(MI) |

A Agência Executora do Programa se empenhou ao máximo no cumprimento das obrigações do Contrato de Empréstimo, como indicado nos Relatórios Semestrais de Progresso submetidos ao Banco. O desempenho do Executor contribuiu em grande parte para que o Programa se constitua num referencial obrigatório de regulação no País. Antes da execução do empréstimo BID para o Pro-Reg, o ambiente regulatório no País era muito diferente, difuso, com iniciativas pontuais e setoriais e falta de confiança e colaboração entre as partes envolvidas. Em que pese a existência da Associação Brasileira de Agências de Regulação (ABAR), desde o final da década de 90, a discussão da regulação no País ocorria somente a cada período de dois ou três anos, em seminários nacionais daquela organização. Além disso, da relação internacional do Programa com entidades reconhecidamente avançadas no tema, construiu-se um relacionamento de dupla via que será de grande utilidade para ações futuras. Como indicado no parágrafo **§ III.(a)**, o Programa gerou externalidades muito positivas nesse campo.

### e) Desempenho do Banco

| Desempenho do Banco | | | |
|---|---|---|---|
| [ **X** ] Muito Satisfatório (MS) | [ ] Satisfatório (S) | [ ] Insatisfatório (I) | [ ] Muito Insatisfatório(MI) |

Tal como indicado no Anexo 3, o Banco supervisionou e deu a assistência necessária ao Executor para o alcance dos resultados do Pro-Reg.

## V. Sustentabilidade

### a) Análise de Fatores Críticos

O principal determinante da sustentabilidade do Programa constituiu a decisão da Casa Civil da Presidência da República de sua inclusão no Plano Plurianual e a ser financiado com recursos propios.

O Seminário de Encerramento, de 27 de maio de 2013, indicou as seguintes atividades relacionadas com os fatores críticos de sustentabilidade dos resultados: (A) Probabilidade de Manutenção dos Resultados - (i) alta, dado que o ambiente institucional criado é suficiente; (ii) alta, exigindo ramificações do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor (SNDC); (iii) alta, dado a internalização nas ARs dos temas de transparência, participação social e análise AIR; (iv) média, com apoio da alta administração, mas com poucos recursos para a mobilização; (iv) média pois depende da vontade, cobrança das ARs e condições de execução; (v) média pois depende da vontade política do centro de decisões do Governo Federal e do grau de *enforcement* sobre a melhoria regulatória no País; (vi) média porque depende da transparência, participação e *accountability* dos órgãos do poder executivo e de outras esferas de governo; e (vii) média pois depende de uma instância interinstitucional de monitoramento, com a participação dos atores relevantes; (B) Atividade que Devem ser Continuadas - (i) a capacitação das ARs e dos Ministérios, por no mínimo mais 4 anos ou até o amadurecimento dos mesmos; (ii) a definição de uma política clara de qualidade regulatória, com uma instituição coordenadora e a troca de experiências internacionais; (iii) o monitoramento da qualidade regulatória, até o alcance das metas; (iv) a implementação da análise AIR e a troca de experiências semestrais, por mais 2(dois) anos; (v) o uso da rede governamental de melhoria regulatória e a criação de eventos anuais ou bianuais de discussão; (vi) o sistema de monitoramento e avaliação das políticas públicas; (vii) embora fora da governabilidade do Pro-Reg, a implantação do sistema de seleção da alta gerência das ARs; (viii) a melhoria dos processos de consultas públicas e a ampliação do uso de agendas regulatórias; e (ix) o Pro-Reg expandido para os Estados e as campanhas de comunicação.

### b) Riscos Potenciais

A sustentabilidade dos resultados do Pro-Reg dependerá da continuidade do Programa, por parte do Governo Federal, uma vez que a demanda ainda é grande, bem como dos desdobramentos do aprendizado adquirido pelos 3.538 servidores das ARs, até então.

Além disso, o Seminário de Encerramento, de 27 de maio de 2013, indicou os seguintes riscos: (i) o baixo nível de *enforcement* e um modelo dependente dos altos dirigentes; (ii) a descontinuidade do Pro-Reg; (iii) a descontinuidade das consultorias especializadas em análise AIR; (iv) a falta de adesão das ARs ou perda de credibilidade dos seus núcleos fomentadores ou fragmentação e compartimentalização das iniciativas; (v) a falta de prioridade para qualidade regulatória e da estabilidade das regras; (vi) a falta de autonomia das

ARs e o excesso de intervenção estatal; (vii) a falta ou perda de recursos humanos, financeiros e desinteresse dos altos dirigentes; (viii) a falta de percepção quanto à necessidade de melhoria contínua; (ix) a dificuldade de implementação de produtos cuja governança depende de acordos do Pro-Reg com outras instâncias de governo; (ix) as alterações estruturais nas ARs e retrocessos institucionais; e (x) a demora na redução dos custos e na melhoria da qualidade dos serviços.

### c) Capacidade Institucional

A boa execução do Pro-Reg, devido à elevada capacidade técnico-administrativa da equipe executora, contribuiu fortemente para a melhoria da capacidade institucional em regulação, não só das ARs Federais e Ministérios, mas também, em menor intensidade, das ARs Estaduais e Municipais, bem como dos órgãos de controle como o TCU e o Ministério Público Federal e setores especiais do Sistema Nacional de Defesa dos Consumidores (SNDC).

Além disso, o Seminário de Encerramento do Contrato do Empréstimo BID, de 27 de maio de 2013, indicou os seguintes aspectos com relação à capacidade das ARs e dos outros beneficiários de sustentar os resultados: (i) alta, no caso das ARs, pela capacidade técnica instalada e pela compatibilidade com suas atividades de fiscalização; (ii) limitada, dos demais órgãos, por restrições financeiras; (iii) depende do nível de governança de cada uma das ARs; (iv) depende do quadro de pessoal completo, capacitado e orçamentos adequados; (v) depende de assistência, como no caso da análise AIR, para consolidar os resultados obtidos até então; (vi) depende de marcos legais de melhorias regulatórias; (vii) depende do alinhamento entre política e regulação setoriais; (viii) depende de decisão política sobre o papel e modelo regulatório desejado do País, fora da governança das ARs; e (ix) depende dos recursos orçamentários alocados ao Pro-Reg para dar continuidade às ações de capacitação em AIR, gestão e regulação, além de outras atividades.

| Classificação de Sustentabilidade (SU) | | | |
|---|---|---|---|
| [ ] Muito Provável (MP) | [ **X** ] Provável (P) | [ ] Pouco Provável | [ ] Improvável (I) |

## VI. Monitoramento e Avaliação

### a) Informações sobre Resultados

Nos termos da Cláusula 4.03 (c) foi elaborado uma Avaliação Final do Programa que, além de abordar o contexto e a descrição do mesmo, apresentou uma análise das atividades realizadas, a evolução do comportamento dos indicadores de finalidade e propósito e suas respectivas metas para o objetivo geral e para os objetivos específicos e, ao seu final, os produtos do Pro-Reg. O presente PCR incorpora os resultados deste trabalho.

### b) Monitoramento Futuro e Avaliação *Ex-Post*

Não há previsão para que seja realizada uma avaliação *ex-post* do Programa.

## VII. Lições Aprendidas

a) Lições aprendidas relacionadas a formulação do Programa: (i) estabelecimento de um modelo de governança dos projetos que crie uma rede de apoio à sua execução sem gerar entraves burocráticos; (ii) importância de se contar com uma estratégia de sensibilização e de disseminação do conhecimento (criação da rede de regulação, por exemplo); (iii) apoio da sociedade civil é fundamental para a sustentabilidade dos projetos; e (iv) adoção de uma abordagem transversal à regulação, inovadora à época, sem tratar de temas setoriais o que poderia ser interpretado como uma interferência pelas agências reguladoras.

b) Lições aprendidas relacionadas na execução do Programa: (i) importância da qualidade e estabilidade da equipe técnica; (ii) uso na medida do possível da capacidade instalada do país que pode levar a reduções de custo além da consolidação e fortalecimento da mencionada capacidade; (iii) importância de se adotar uma abordagem flexível para apoiar os executores assim como capacitá-los nas políticas de aquisições e finanças do Banco; e (iv) necessidade de serem utilizadas redes de multiplicadores para atender os diferentes quantitativos de demanda por capacitação das ARs.

## Anexos

**Anexo 1** Listado de Estudos e Consultorias

**Anexo 2** Ata do Seminário de Encerramento

Anexo I – Agenda do Seminário de Encerramento

Anexo II – Lista de Presença

Anexo III – Questionário de Avaliação Final

Anexo IV – Resultados do Pro-Reg

Anexo V – Apresentação da Síntese das Respostas do Questionário e Contribuições Adicionais

**Anexo 3** Avaliação do Mutuário

**Anexo 4** Alteração do Contrato de Empréstimo: Remanejamento de categorias e Prorrogação do Prazo de último Desembolso

**Anexo 5** Arranjo Institucional, Estrutura e Quantitativos do Programa (PMR 2012 em anexo)

## Anexo 1
## Lista de Estudos e Consultorias

1. Diagnóstico do Processo de Formulação e Análise de Políticas Públicas em mercados Regulados, elaborado pelo consultor Humberto Martins.
2. Estudos para Subsidiar a Estruturação de Uma Unidade de Coordenação, Acompanhamento e Avaliação de Assuntos Regulatórios, elaborados pelos consultores Wladimir Ribeiro e Sebastian Azumendi.
3. Definição da Estratégia de Implantação e Institucionalização da Análise do Impacto Regulatório, pela consultora Alketa Peci.
4. Concepção da Rede Governamental da Regulação, baseada em solução TIC, elaborada pelo consultor Humberto Martins.
5. Concepção da Estratégia de Implantação e Institucionalização de Análise AIR, elaborada pelo consultor Enrique Saravia.
6. Propostas de Atos Normativos para Implantação da Análise AIR, elaboradas pela consultora Patricia Sampaio.
7. Estudo "Desenvolvimento e Implantação de Um Sistema de Seleção de Diretores e do Pessoal de Gerência Superior das ARs", elaborado pela consultora Alketa Peci.
8. Conformação do Modelo de Dados do Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor(SINDEC), elaborada pela consultora Maria Tereza Alves.
9. Orçamento das ARs Federais, elaborado pelo consultor Ilvo Debus.
10. Diagnóstico Alocação dos Quadros Efetivos, Comissionados e Terceirizados das ARs Federais, elaborado pelo consultor James Giacomi.
11. Estudo "Contratos de Gestão Firmados pelas ARs Federais", elaborado pelo consultor Ilvo Debus.
12. Estudos "Organização e o Funcionamento das Ouvidorias das ARs", elaborado pelos consultores José Paoli e Caio Marini.
13. Estudo "Agências de Melhoramento e Controle Regulatório na Experiência Internacional: Opções para o Brasil", baseado nos casos das agências de melhoramento regulatório do Mexico, Estados Unidos, Reino Unido, Canadá, Austrália e Coreia do Sul.

**ATA DO SEMINÁRIO DE ENCERRAMENTO DO CONTRATO DE EMPRÉSTIMO BID 1811/OC-BR**

Brasília, 27 de maio de 2013.

O Seminário de Encerramento do Contrato de Empréstimo BID 1811/OC-BR, para o Programa de Fortalecimento da Capacidade Institucional para Gestão em Regulação (Pro-Reg), foi realizado no dia 27 de maio de 2013, na Representação do BID, na SEBN Quadra 802, Bloco F, Lote 39, em Brasília – DF. O Contrato de Empréstimo do Programa havia sido firmado entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, em novembro de 2007.

Compareceram ao evento 22 (vinte e duas) pessoas, conforme lista de presença em anexo: Especialistas e Consultores do BID, Técnicos da Unidade Executora da Casa Civil e representantes das Agências Reguladoras, Ministérios e demais entidades beneficiárias do Programa.

A mesa foi composta pelo Sr. Rodrigo Augusto Rodrigues, Subchefe Adjunto da Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Públicas Governamentais da Casa Civil da Presidência da República, Sr. Jadir Dias Proença, Coordenador Técnico do Pro-Reg e a Sra. Claudete Camarano, Especialista Setorial do BID (ICS/CBR) e Chefe do Projeto.

Abrindo os trabalhos do Seminário, a Sra. Claudete Camarano agradeceu a presença de todos e enfatizou que o objetivo do Seminário é a oportunidade do Banco e do Mutuário ouvirem dos beneficiários do Programa: o quê funcionou bem, o quê não funcionou bem, como garantir a sustentabilidade do que foi implantado, o quê se precisa, o quê falta fazer e quais as principais lições aprendidas. Afirmou, também, tratar-se de compromisso contratual e que as respostas a essas questões serão disponibilizadas no site do BID, como insumos para a preparação de novos empréstimos para projetos no Brasil e no exterior. Disse que este evento marca o término da aplicação dos recursos do BID e não o fim do Programa, o qual deverá continuar com recursos do Governo Federal. Concluiu suas palavras desejando êxito ao evento.

A seguir o Sr. Jadir Proença, Coordenador do Pro-Reg, reafirmou a continuidade do Programa, com recursos do Tesouro Nacional e apresentou os principais resultados do mesmo, com relação aos Eixos 1 a 4 definidos no Marco Lógico.

No Componente 1, do fortalecimento da capacidade de formulação e análise de políticas:

1. O diagnóstico do processo de formulação e análise de políticas públicas em mercados regulados, elaborado pelo consultor Humberto Martins.

No Componente 2, de melhoria da coordenação e alinhamento estratégico entre políticas setoriais e o processo regulatório:

1. O livro: Brasil – Fortalecendo a Governança para o Crescimento;
2. O estudo para subsidiar a estruturação de uma unidade de coordenação, acompanhamento e avaliação de assuntos regulatórios, elaborado pelo consultor Wladimir Ribeiro;
3. O estudo para subsidiar a estruturação de uma unidade de coordenação, acompanhamento e avaliação de assuntos regulatórios, elaborado pelo consultor Sebastian Azumendi;
4. A definição da estratégia de implantação e institucionalização da análise de impacto regulatório, elaborada pela consultora Alketa Peci;
5. A concepção da rede governamental de regulação, elaborado pelo consultor Humberto Martins;
6. O livro: Contribuições para a Melhoria da Qualidade da Regulação no Brasil;
7. A proposta de atos normativos para implantação da análise AIR no Brasil, elaborada pela consultora Patricia Sam;
8. O livro: Melhoria da Regulação no Brasil – o papel da participação e do controle social;
9. As nove edições do curso avançado em regulação realizado em Washington, DC e ministrado pelo IBI da GWU;
10. As cinco edições do curso: Regulação – Teoria e Prática ministrado pelos professores Martin Lodge da London School of Economics and Political Science e Kai Wegrich da Hertie School of Governance.

No Componente 3, de fortalecimento da autonomia, transparência e desempenho das ARs:

1. O estudo sobre o desenvolvimento e implementação de um sistema de seleção de diretores e do pessoal de gerência superior das ARs, elaborado pela consultora Alketa Peci;
2. A conformação do modelo de dados do SINDEC, elaborada pela consultora Maria Tereza Alves;
3. O orçamento das ARs, elaborado pelo consultor Ilvo Debus;
4. O Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, elaborado pela consultora Alketa Peci;
5. O diagnóstico da alocação dos quadros efetivos comissionados e terceirizados das ARs federais, elaborado pelo consultor James Giacomoni;

6. O estudo sobre os contratos de gestão firmados pelas ARs federais, elaborado pelo consultor Ilvo Debus;
7. As 46 turmas do Programa de Fortalecimento de Competências em Gestão e Regulação, realizado em parceria com a ENAP e o Fórum de Recursos Humanos das ARs;
8. O curso Abuso da Posição Dominante, ministrado pelo Prof. Massimo Motta da Barcelona School of Economic;
9. O curso Regulação e Advocacia da Concorrência, ministrado pela Professora Lúcia Helena Salgado da UERJ;
10. Seminários internacionais;
11. O livro: Experiências Exitosas em Regulação na América Latina e Caribe;
12. Os projetos-piloto de assessoria e capacitação em análise AIR.

No Componente 4, de apoio com mecanismos para o exercício do controle social

1. O estudo sobre a organização e o funcionamento das ouvidorias das ARs, elaborado pelo consultor José Paoli;
2. O estudo sobre a organização e funcionamento das ouvidorias das ARs, elaborado pelo consultor Caio Marini;
3. As seis edições do Curso Regulação e Defesa do Consumidor, em parceria com o DPDC, FNECDC e IDEC.
4. As cooperações com o OIRA/USA e ABAR;
5. Os diálogos setoriais com a União Europeia, a Embaixada Reino Unido, a Câmara Americana de Comércio Brasil – EUA AMCHAM;
6. A Rede Latin-Reg e os seminários Latino-Americanos sobre Experiências Exitosas em Regulação.

Ao concluir a sua apresentação, o Sr. Jadir Proença apresentou um quadro das perspectivas futuras de atuação do Pro-Reg.

Dando continuidade a convite da Sra. Claudete Camarano, o consultor do BID, Sr. Ricardo Pinheiro, apresentou a síntese das respostas aos questionários enviados previamente às entidades beneficiárias do Programa. A partir de uma indicação dos resultados do Programa, monitorados pelo Banco, o questionário visou colher dos beneficiários impressões e respostas às 5 (cinco) perguntas básicas indicadas anteriormente. Informou, ainda, que a síntese elaborada levou em conta os 23 questionários recebidos. Dado representar 10 Agências Reguladoras Federais, 5 (cinco) Ministérios e 8 (oito) Entidades de Governo e Associações, a amostra foi considerada extremamente robusta. Explicou, ainda, que a metodologia a ser utilizada na apresentação seria abrir a discussão para receber as impressões e contribuições dos participantes do Seminário, logo após a apresentação dos resultados de cada ponto relevante do questionário.

Informou, também, que não se trataria de buscar consensos sobre as respostas sintetizadas e as novas e, sim, sugestões que porventura não tivessem sido consideradas.

O Seminário se estendeu por todo o dia e as contribuições adicionais foram anotadas com o apoio das Sras. Kátia Sousa do BID e Carla Beatriz de Paulo do Pro-Reg.

As principais conclusões, para cada uma das perguntas do questionário, com as contribuições adicionais dos participantes do Seminário são as seguintes:

## 1. O QUÊ FUNCIONOU BEM?

1. O envolvimento das ARs no planejamento das atividades.
2. Os cursos ou treinamentos: (i) Regulação - Teoria e Prática; (ii) Avançado em Política Regulatória; e (iii) visitas de intercâmbio de experiências, no Brasil e no exterior.
3. O ambiente criado de reflexão e debate sobre a regulação.
4. A qualidade dos produtos oferecidos, em especial os projetos pilotos de análise AIR.
4. As publicações e o material bibliográfico disponibilizados.
5. A iniciativa das ARs em dar continuidade aos projetos pilotos de análise AIR e, além disso, institucionalizar o uso do instrumento.
6. Embora não prevista, a capilaridade das ações com as ARs estaduais e municipais.
7. Embora com quadro reduzido, o apoio e a disponibilidade permanente da equipe do Pro-Reg.
8. O *network* entre capacitados e entre os mesmos e os instrutores.
9. O estabelecimento de um novo padrão de referência para funcionamento das ARs, inexistente antes do Programa.
10. A internalização, em outras áreas de governo, do alcance das atividades das ARs em gestão da regulação, proporcionando melhor definição das fronteiras de responsabilidades, a exemplo do TCU.
11. O legado do Pro-Reg como um esboço de governança regulatória.

## 2. O QUÊ NÃO FUNCIONOU BEM?

1. Os acordos para a implementação de produtos, sem a governança direta do Pro-Reg: (i) instância colegiada de supervisão; (ii) instrumentos de desempenho e garantia de recursos para as ARs; e (iii) seleção de dirigentes.
2. A falta de uma clara e consensuada opção do governo pela melhoria das práticas regulatórias e novas metodologias de avaliação da regulação.
3. A falta de ambiente para se rediscutir o modelo de regulação por ARs.

4. A falta de uma discussão mais aprofundada das fronteiras entre a autonomia das ARs e a supervisão de suas atividades regulatórias.
5. A limitação do aprofundamento de temas especializados, como no caso da análise AIR.
6. A falta de experiência internacional de alguns colaboradores externos.
7. A limitação de oferta de vagas nos cursos de capacitação frente à elavada demanda.
8. Alguns cursos muito teóricos e distantes da realidade de algumas ARs.
9. A falta de um maior debate com os membros do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor (SNDC).
10. A falta de representantes das ARs nas oficinas de Regulação e Defesa do Consumidor.
11. A falta de *feedback* para as ARs, sobretudo nos casos das pesquisas em que as mesmas haviam sido envolvidas.
12. O foco exclusivo nas ARs, reduzindo a capacitação prevista dos Ministérios em formulação de políticas.
13. A ausência, não generalizada, de representantes dos Ministérios.
14. A falta de implantação da rede governamental de melhoria regulatória.

## 3. QUAL A PRIORIDADE DOS PRODUTOS NÃO OBTIDOS?

1. Os instrumentos de gestão e monitoramento de políticas e a definição da instância de assessoramento em temas regulatórios.
2. A institucionalização de indicadores de qualidade regulatória e a introdução de um programa anual com metas específicas.
3. A demanda ainda existente de capacitação e treinamento em regulação básica e avançada.
4. Promoção de um ciclo mais intensivo de cooperação técnica e intercâmbio com paises da América Latina e Caribe.
5. O fortalecimento dos comitês Gestor e Consultivo.
6. Foco em qualidade regulatória na qualificação do corpo diretor das ARs.
7. A ampliação da rede governamental de melhoria regulatória e o diagnóstico dos Procons, no atendimento aos consumidores.

## 4. SUSTENTABILIDADE

Qual a capacidade das ARs e outros beneficiários de sustentar os resultados?

1. Alta, no caso das ARs, pela capacidade técnica instalada e pela compatibilidade com suas atividades de fiscalização.

2. Alta, dado a internalização nas ARs dos temas de transparência, participação social e análise AIR.
3. Limitada, dos demais órgãos, por restrições financeiras.
4. Depende do nivel de governança de cada uma das ARs.
5. Depende de quadro de pessoal completo, capacitado e orçamentos adequados nas ARs.
6. Depende de assistência, como no caso da análise AIR, para consolidar os resultados obtidos até então.
7. Depende de marcos legais de melhorias regulatórias.
8. Depende do alinhamento entre política e regulação setoriais.
9. Depende de decisão política sobre o papel e modelo regulatório desejado do País, fora da governança das ARs;
10. Depende dos recursos orçamentários alocados ao Pro-Reg para dar continuidade às ações de capacitação em AIR, gestão e regulação.

Qual a probabilidade de que existam condições para manter as ações, produtos, efeitos e futuros impactos iniciados pelo Pro-Reg?

11. O ambiente criado é suficiente.
12. Alta, exigindo ramificações do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor (SNDC).
13. Alta, dado a internalização nas ARs dos temas de transparência.
14. Média, com apoio da alta administração, mas com poucos recursos para a mobilização.
15. Depende da vontade, cobrança das ARs e condições de execução.
16. Depende da vontade política do centro de decisões do Governo Federal e do grau de *enforcement* sobre a melhoria regulatória no País.
17. Depende de decisão política sobre o papel e modelo regulatório desejado do País.
18. Depende da transparência, participação e *accountability* dos órgãos do poder executivo e de outras esferas de governo.
19. Depende de uma instância interinstitucional de monitoramento, com a participação dos atores relevantes.

O que deve ser continuado para assegurar a sustentabilidade dos resultados?

20. A capacitação das ARs e dos Ministérios, por no mínimo mais 4 anos ou até o amadurecimento dos mesmos.
21. A definição de uma política clara de qualidade regulatória, com uma instituição coordenadora e a troca de experiências internacionais.
22. O monitoramento da qualidade regulatória, até o alcance das metas.
23. A implementação da análise AIR e a troca de experiências semestrais, por mais 2 anos.

24. O uso da rede governamental de melhoria regulatória e a criação de eventos anuais ou bianuais de discussão.
25. O sistema de monitoramento e avaliação das políticas públicas.
26. Embora fora da governabilidade do Pro-Reg, a implantação do sistema de seleção da alta gerência das ARs.
27. A melhoria dos processos de consultas públicas e a ampliação do uso de agendas regulatórias.
28. O Pro-Reg expandido para os Estados e as campanhas de comunicação.

Quais os riscos/ameaças que afetam a sustentabilidade?

29. O baixo nível de *enforcement* e um modelo dependente dos dirigentes.
30. A descontinuidade do Pro-Reg.
31. A descontinuidade das consultorias especializadas em análise AIR.
32. A falta de adesão das ARs ou perda de credibilidade dos seus núcleos fomentadores ou fragmentação e compartimentalização das iniciativas.
33. A falta de prioridade para qualidade regulatória e a estabilidade das regras.
34. A falta de autonomia das ARs e o excesso de intervenção estatal.
35. A falta ou perda de recursos humanos, financeiros e desinteresse dos dirigentes.
36. A falta de percepção quanto à necessidade de melhoria contínua da regulação.
37. A dificuldade de implementação de produtos, cuja governança depende de acordos do Pro-Reg com outras instâncias de governo.
38. As alterações estruturais nas ARs e retrocessos institucionais.
39. A demora na redução dos custos e na melhoria da qualidade dos serviços.

## 5. QUAIS AS PRINCIPAIS LIÇÕES APRENDIDAS?

Na formulação

1. A estratégia prevista de sensibilização e disseminação do conhecimento foi bem sucedida.
2. O caráter de dialogar com os parceiros para adesão vis-à-vis uma abordagem coercitiva atraiu as ARs.
3. A necessidade de prever governança sobre os resultados do Pro-Reg, com acordos e compromissos com as ARs e Ministérios, para potencializar os resultados.

4. A necessidade de fortalecer parceria do Pro-Reg com os diversos órgãos governamentais e envolver as ARs estaduais e municipais.
5. A necessidade de prever meios para melhorar a coordenação entre os responsáveis pelas políticas setoriais e os processos regulatórios.
6. A necessidade de buscar acordos para equilibrar a autonomia das ARs com o controle e a avaliação dos seus resultados.

Na execução

7. O amadurecimento progressivo dos debates sobre regulação no País.
8. A confirmação de que, quando bem estruturado, é viável gerar convencimento e consenso em torno de novas idéias.
9. A melhor utilização do modelo de governança do Pro-Reg, por comitês.
10. A importância do envolvimento da sociedade organizada.
11. O avanço na implementação da rede teria contribuído para perenizar o trabalho da melhoria regulatória.
12. Um maior debate sobre a simplificação administrativa dos atos de regulação teria antecipado a redução dos seus custos.
13. O projeto de comunicação para diferentes públicos, com campanhas de divulgação nacional, teria envolvido mais a sociedade.
14. A eficácia de prever consultorias específicas, como nos projetos pilotos.
15. A necessidade de prever cursos de especialização, mestrado e doutoramento em regulação.
16. O bom resultado da capacitação do Executor, por parte do Banco, no uso das políticas BID nas aquisições do Pro-Reg.
17. O acúmulo de experiências e melhoria da capacidade, fundamentais para a continuidade do Pro-Reg em bases mais avançadas.
18. A necessidade de serem utilizadas redes de multiplicadores para atender os diferentes quantitativos de demanda por capacitação das ARs.

Iniciativas possíveis de serem reaplicadas

19. O programa como um todo, a bem do interesse público.
20. O salto de qualidade regulatória e o esboço da governança regulatória obtidos.
21. A expansão das atividades de capacitação do programa, para atender demandas regionalizadas, em todo o País.
22. A capacitação e treinamento dos servidores com instrumentos práticos e teóricos sobre a regulação, como iniciativas de fomento à reflexão.
23. O treinamento e os eventos dos atores diretamente envolvidos.
24. A cooperação técnica e o intercâmbio de experiência com outros países.
25. A criação de uma rede de regulação para interação de diferentes organismos, como por exemplo entre as ARs e os Ministérios.

26. O trabalho do Grupo Técnico (GT) de qualidade regulatória.
27. O monitoramento dos indicadores de qualidade regulatória, como meio de *enforcement* sobre as ARs na implantação de melhorias.
28. O resultado obtido de maior visibilidade das ARs junto ao Poder Executivo, órgãos de controle e à sociedade civil.

Além disso, as percepções gerais de desempenho do cumprimento das metas do Programa e do desempenho da Unidade Executora, por parte dos beneficiários, foram as seguintes:

| **Desempenho no Cumprimento das Metas/Desempenho da Unidade Executora** | | | | |
|---|---|---|---|---|
| | Plenamente | Parcialmente | Não Atingiu | Não Respondeu |
| **Objetivo Geral** | 30,4% | **69,6%** | - | - |
| **Objetivo Específico 1** | - | **86,9%** | 8,6% | 4,3% |
| **Objetivo Específico 2** | 8,6% | **78,2%** | 13,0% | - |
| **Objetivo Específico 3** | 8,6% | **86,9%** | - | 4,3% |
| **Objetivo Específico 4** | 4,3% | **91,3%** | 4,3% | - |
| | | | | |
| | Muito Satisfatório | Satisfatório | Insatisfatório | Muito Insatisfatório |
| **Desempenho da Unidade Executora** | 30,4% | **69,6%** | - | - |

Ao final, a Sra. Claudete Camarano agradeceu a todos pela presença, participação e contribuições apresentadas e deu por encerrado o Seminário.

Brasília, 27 de maio de 2013.

JADIR DIAS PROENÇA
Coordenador Técnico do Pro-Reg

CLAUDETE CAMARANO
Chefe de Projeto
Especialista de ICS/CBR do BID

Anexos:

Anexo I – Agenda do Seminário
Anexo II – Lista de Presença
Anexo III – Questionário de Avaliação Final
Anexo IV – Apresentação dos Resultados, pelo Executor
Anexo V – Apresentação da Síntese das Respostas do Questionário e Contribuições Adicionais, pelo BID

**Anexo I**

**SEMINÁRIO DE ENCERRAMENTO DO CONTRATO DE EMPRÉSTIMO 1811/OC-BR**

**Agenda do Seminário**

**Data**: dia 27 de maio de 2013.

**Local:** Representação do BID no Brasil – SEBN Quadra 802 – Bloco F – Lote 39, Brasília (DF).

**Duração:** 1 (um) dia.

Abertura

09:00h – Palavras do BID – Propósito do Seminário.

09:15h – Palavras do Representante da Casa-Civil da República Federativa do Brasil, resultados e expectativas do Seminário, com apresentação do principais resultados do Programa.

09:45h – Explicação da Metodologia de Trabalho (ver Notas de 1 a 4 abaixo) – consultor do BID

**10:00h às 10:15h Coffee-break**

Apresentação e Incorporação de Novas Sugestões nos Resultados do Questionário (RQ)

10:15h às 10:30h – Apresentação dos RQ Ítem 1. Objetivos Gerais e Específicos do Programa.

10:30h às 11:00h – Discussão

11:00h às 11:15h – Conclusões

11:15h às 11:30h - Apresentação dos RQ Ítem 2. Implementação do Programa – O que funcionou bem, o que não funcionou bem e o desempenho do Executor.

11.30h às 12:00h – Discussões

12:00 às 12:15h – Conclusões

**12:15h – 14:30h Intervalo**

14:30h às 14:45h - Apresentação dos RQ do Ítem 3 – Sustentabilidade do Programa.

14:45h às 15:15h – Discussões

15:15h às 15:30h – Conclusões

15:30h às 15:45h - Apresentação dos RQ do Ítem 4 – Lições Aprendidas.

15:45h às 16:15h – Discussões

16:15h às 16:30h – Conclusões

**16:30h – 16:45h Coffee Break**

16:45h Conclusões, Agradecimentos e Encerramento dos Trabalhos

*Notas:*

1. *O Seminário é a oportunidade em que o Banco e o Mutuário colhem dos beneficiários do Programa as impressões do que funcionou bem, o que não funcionou, o que falta fazer, o desempenho do executor, a sustentabilidade dos resultados e as lições aprendidas, para realimentar futuras iniciativas.*
2. *O Seminário prevê um trabalho prévio, da Casa Civil e do consultor do BID, da distribuição de um questionário, da compilação dos resultados e do envio aos participantes. Um dos questionários, a ser preenchido pelo Executor, responderá pelo seu ponto de vista.*
3. *A metodologia a ser utilizada de incorporação das novas sugestões prevê a apresentação dos resultados compilados em Power Point e o tempo para que os participantes possam incluí-las. A dinâmica das discussões prevista é indicativa, podendo optar-se por uma divisão em subgrupos. No caso de subgrupos, deverá ser escolhido um coordenador-relator e um secretário de apoio e os seus resultados serão apresentados ao Plenário.*
4. *Os resultados do Programa, a compilação dos resultados dos questionários recebidos e as novas contribuições dos participantes deste encontro, bem como a lista de presença serão insumos da Ata do Seminário de Encerramento.*

**ANEXO II**
**SEMINÁRIO DE ENCERRAMENTO DO PROGRAMA BID 1811/OC-BR**

**LISTA DE PRESENÇA**

Seminário de Avaliação do PRO-REG
27 de maio de 2013

Lista de Presença - Manhã / TARDE

PRO-REG
PROGRAMA DE FORTALECIMENTO DA CAPACIDADE INSTITUCIONAL PARA GESTÃO EM REGULAÇÃO

| Nome | Instituição | Correio Eletrônico | Assinatura |
|---|---|---|---|
| Anamaria Bastos e Silva | Anatel | anamaria@anatel.gov.br | AnaBSilva |
| HALDANE FAGUNDES LIMA | ANEEL | HALDANE@ANEEL.GOV.BR | |
| Paula Beatriz de Paula | PRO-REG | carlo.paulo@presidencia.gov.br | Carlo B. P. |
| RICARDO PINTO PINHEIRO | BID | ricardopi@globo.com | |
| Kátia D. Sousa | BID | katias@iadb.org | |
| CLAUDETE CAMARGO | BID | claudetec@iadb.org | |
| JADIR DIAS [illegible] | MMA civil/PR | jadir.[illegible]@presidencia.gov.br | |
| VINICIUS BENEVIDES | ABAR | vinicius.benevides@adasa.df.gov.br | |
| Thiago Augusto Zeidan Vilela de Araújo | MMA | THIAGO.ARAUJO@MMA.GOV.BR | Thiago Zeidan Araújo |
| Maridel Piloto de Nuremha | TCU | maridelpn@tcu.gov.br | |
| Marcelo Souza Azevedo | CNI | mazevedo@cni.org.br | |
| RAQUEL BREDA DOS SANTOS | ANA | raquel.breda@ana.gov.br | |
| Tiago Sousa Pereira | ANAC | tiago.pereira@anac.gov.br | Tiago Sousa Pereira |
| Gustavo Henrique Trindade da Silva | ANVISA | gustavo.trindade@anvisa.gov.br | |
| Rodrigo Augusto Rodrigues | Casa Civil - PR | RRODRIGUES@PRESIDENCIA.GOV.BR | |
| PEDRO IVO | ANVISA/PRO-REG | PEDRO.RAMALHO@ANVISA.GOV.BR | |
| Simone Schenkman | ANS | simone.schenkman@ans.gov.br | Simone Schenkman |
| Leandro dos Reis Lucas | SENACON/MJ | leandro.lucas@mj.gov.BR | |
| Ana Paula Harumi Higa | Antaq | ana.higa@antaq.gov.br | |
| Juliana Kirinse | Amcham | juliana.kirinse@amcham.com.br | |

**ANEXO II**
**SEMINÁRIO DE ENCERRAMENTO DO PROGRAMA BID 1811/OC-BR**

**LISTA DE PRESENÇA**

Seminário de Avaliação do PRO-REG
27 de maio de 2013

PRO-REG
PROGRAMA DE FORTALECIMENTO DA CAPACIDADE INSTITUCIONAL PARA GESTÃO EM REGULAÇÃO

Lista de Presença - Manhã

| Nome | Instituição | Correio Eletrônico | Assinatura |
|---|---|---|---|
| NARA KOHLSDORF | ANTT | nara.kohlsdorf@antt.gov.br | |
| PAULO VINICIUS OLIVEIRA | CADE | PAULO.OLIVEIRA@CADE.GOV.BR | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |

**ANEXO III**

**SEMINÁRIO DE ENCERRAMENTO DO CONTRATO BID 1811/OC-BR**

**QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO FINAL**

**IDENTIFICAÇÃO**

Agência Reguladora/ Regulado/ Órgãos de Defesa da Concorrência e do Consumidor/ Ministério/ Outros:

_____

_____

Responsável pelas Informações/Cargo:

_____

_____

Há quanto tempo você está ou foi envolvido com o PRO-REG?

_____

## 1.OBJETIVOS GERAL E ESPECÍFICOS DO PROGRAMA PRO-REG

| INFORMAÇÕES DO MONITORAMENTO DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA | | | |
|---|---|---|---|
| **Objetivo Geral (Finalidade) – Melhorar as condições gerais para a competição e o investimento privado no Brasil** | | | |
| Impactos planejados | LB(2006) | Meta(2013) | Obtido |
| Indicador de qualidade regulatória ampliado | 0,35 | 0,65 | 0,68 |
| **Objetivo Geral (Propósito) – Melhorar a qualidade da regulação realizada pelas agências do governo federal** | | | |
| Impactos planejados | LB(2006) | Meta(2013) | Obtido |
| Índice global de competitividade – pilar institucional | 3,38 | 3,72 | 3,8 |
| Índice geral de competitividade – pilar infra-estrutura | 3,20 | 3,45 | 4,0 |
| Subíndice de autonomia e transparência | 0,19 | 0,35 | 0,28 |

1.1 Na sua opinião, o PRO-REG atingiu a finalidade de melhorar as condições gerais para a competição e investimento privado no Brasil, por intermédio da melhoria da qualidade da regulação realizada pelas Agências do Governo Federal?

Plenamente ☐ Parcialmente ☐ Não atingiu ☐

Comentários:_____

_____

_____

_____

_____

| INFORMAÇÕES DO MONITORAMENTO DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA | | | | |
|---|---|---|---|---|
| **Objetivo Específico 1 - Fortalecimento da Capacidade de Formulação e Análise de Políticas** | | | | |
| **Produtos Planejados** | **LB 2006** | **Meta 2012** | **Produtos Obtidos 2012** | **Produtos Obtidos 2008- 2012** |
| P1 funcionários dos Ministérios capacitados em formulação e análise de política[1] | Zero | 1.000 | 1.137 | 3.538 |
| P2 diagnóstico de processos de formulação e análise de políticas públicas em mercados regulados, formulado | Zero | 1 | 1 | 1 |
| P3 sistema de monitoramento e avaliação de políticas públicas em mercados regulados, desenvolvido | Zero | 1 | 0 | 0 |
| **Objetivo Específico 2 - Melhoria da coordenação e do alinhamento entre as políticas setoriais e o processo regulatório** | | | | |
| **Produtos Planejados** | **LB 2006** | **Meta 2012** | **Produtos Obtidos 2012** | **Produtos Obtidos 2008- 2012** |
| P4 proposta de Unidade de Coordenação de assuntos regulatórios, elaborada | Zero | 1 | 0 | 1 |
| P5 proposta de instância colegiada independente de assessoramento ao Poder Executivo em temas regulatórios, elaborada | Zero | 1 | 0 | 0 |
| P6 rede governamental de melhoria regulatória, concebida | Zero | 1 | 0 | 1 |
| P7 proposta de implantação da análise AIR, elaborada | Zero | 1 | 1 | 1 |

[1] Esse valor inclui também servidores de agências reguladoras federais, estaduais e municipais, bem como servidores do Tribunal de Contas da União e da Procuradoria Geral da União

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| P8 instrumentos de gestão que apóiem acordos sobre objetivos das políticas setoriais, o desempenho das agências e a garantia de recursos, concebida | Zero | 1 | 0 | 0 |
| P9 eventos de capacitação de funcionários das Agências e Ministérios sobre instrumentos de gestão, realizados[2] | Zero | 1 | 5 | 16 |
| **Objetivo Específico 3 - Fortalecimento da autonomia, transparência e desempenho das agências reguladoras** | | | | |
| **Produtos Planejados** | **LB 2006** | **Meta 2012** | **Produtos Obtidos 2012** | **Produtos Obtidos 2008- 2012** |
| P10 programas de capacitação de funcionários em AIR, realizados | Zero | 5 | 5 | 15 |
| P11 sistema de seleção da alta gerência das Agências Reguladoras baseado em requisitos, implementado | Zero | 1 | 0 | 0 |
| P12 mapa de risco para prevenção de irregularidades e tratamento de conflito de interesse, concebido | Zero | 1 | 0 | 0 |
| P13 programas de capacitação em processos administrativos e gestão por resultados realizados | Zero | 2 | 0 | 0 |
| P14 Cursos sobre Gestão Pública e Regulação, realizados[3] | Zero | 21 | 21 | 46 |
| **Objetivo Específico 4 - Apoio aos mecanismos para exercício do controle social** | | | | |
| **Produtos Planejados** | **LB 2006** | **Meta 2012** | **Produtos Obtidos 2012** | **Produtos Obtidos 2008 - 2012** |
| P15 campanha de comunicação institucional de educação em regulação, realizada | Zero | 1 | 0 | 0 |
| P16 diagnóstico das capacidades institucionais dos PROCONS estaduais, formulado | Zero | 1 | 0 | 0 |
| P17 estudo sobre indicadores do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, elaborado | Zero | 1 | 0 | 1 |
| P18 eventos de capacitação das ouvidorias realizado | Zero | 3 | 0 | 0 |

[2] Inclui o Curso Avançado em Regulação, ministrado pelo *Institute of Brazilian Issues and Public Management* em Washington/DC, Curso Regulação Teoria e Prática, Curso Regulação e Advocacia da Concorrência, entre outros.

[3] É composto pelos cursos do Programa de Fortalecimento de Competências em Gestão e em Regulação, parceria entre o PRO-REG e a ENAP

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| P19 eventos de capacitação de funcionários de entidades públicas de defesa do consumidor realizados[4] | Zero | 2 | 2 | 6 |
| P20 eventos de capacitação de funcionários das Agências em temas de transparência, prestação de contas e participação social | Zero | 2 | 0 | 0 |
| **Componente Administração e Custos Financeiros** | | | | |
| **Produtos Planejados** | **LB 2006** | **Meta 2012** | **Produtos Obtidos 2012** | **Produtos Obtidos 2008 - 2012** |
| P21 Relatório de Monitoramento e Avaliação | Zero | 1 | 0 | 0 |

1.2 Na sua opinião, o PRO-REG atingiu os objetivos específicos citados anteriormente?

1.2.1. Fortalecer a capacidade dos ministérios de formular políticas setoriais que afetam os mercados sujeitos a regulação e de supervisionar a sua implementação.

Plenamente ☐ Parcialmente ☐ Não atingiu ☐

Comentários:_____

1.2.2. Promover a coordenação e o alinhamento entre as políticas e os processos de regulação setoriais.

Plenamente ☐ Parcialmente ☐ Não atingiu ☐

Comentários:_____

1.2.3. Melhorar o desempenho institucional das Agências Reguladoras Federais promovendo a autonomia e transparência.

Plenamente ☐ Parcialmente ☐ Não atingiu ☐

Comentários:_____

[4] É composto pelo Curso Regulação e Defesa do Consumidor e pela Oficina Temática sobre Regulação e Defesa do Consumidor

_____
_____

1.2.4 Melhorar a participação civil no controle da transparência e naqualidade regulatória.

Plenamente ☐ Parcialmente ☐ Não atingiu ☐

Comentários:_____
_____
_____
_____
_____

## 2. IMPLEMENTAÇÃO

2.1 Descreva, de quais produtos (produtos P1 a P21) do Programa você foi ou é beneficiário?

Comentários:_____
_____
_____
_____
_____

2.2 Na sua opinião, o que você acha que funcionou bem em termos da oportunidade e da qualidade dos produtos que você foi ou é beneficiário e por quê?

Comentários:_____
_____
_____
_____
_____

2.3 O que você acha que não funcionou bem em termos da oportunidade e da qualidade dos produtos que você foi ou é beneficiário e por quê?

Comentários:_____
_____
_____
_____
_____

2.4 Qual a prioridade dos produtos que não foram obtidos pelo Programa e que produtos novos você indicaria como necessários, no caso de iniciativas similares no futuro?

Comentários:_____
_____
_____
_____
_____

2.5 Classifique o desempenho da Unidade Executora do PRO-REG, em termos da sua contribuição para o desempenho geral do Programa e o alcance de seus objetivos.

Muito Satisfatório ☐ Satisfatório ☐ Insatisfatório ☐ Muito Insatisfatório ☐

Comentários:_____

_____

_____

_____

_____

## 3 SUSTENTABILIDADE

3.1 Comente sobre a capacidade da Agência Reguladora ou outro beneficiário para sustentar os resultados do Programa PRO-REG.

Comentários:_____

_____

_____

_____

_____

3.2 Quais ações, serviços e/ou produtos deveriam seguir sendo apoiados e durante quanto tempo, a fim de assegurar a sustentabilidade dos resultados iniciados/obtidos pelo PRO-REG?

Comentários:_____

_____

_____

_____

_____

3.3 Qual a probabilidade de que existam condições necessárias para manter as ações, serviços, produtos, efeitos e futuros impactos iniciados pelo PRO-REG?

Comentários:_____

_____

_____

_____

_____

3.4 Quais os riscos/ameaças à continuidade que podem afetar a sustentabilidade dos resultados obtidos pelo PRO-REG, e como os mesmos poderiam ser administrados?

Comentários:_____

_____

_____

_____
_____

## 4 OUTRAS LIÇÕES APRENDIDAS

4.1 Lições aprendidas, ao longo do processo de formulação e execução do Programa PRO-REG, que poderão ser utilizadas na concepção e na execução de operações futuras, elaboradas pela Casa Civil da PR, Unidade Executora do Programa.

Comentários:_____
_____
_____
_____
_____

4.2 Descreva, no seu modo de ver, as lições aprendidas no processo de execução do Programa PRO-REG, que poderão ser utilizadas na concepção e execução de operações futuras.

Comentários:_____
_____
_____
_____
_____

4.3 Do seu modo de ver, quais iniciativas realizadas no Programa PRO-REG foram consideradas como exitosas e passíveis de serem reaplicadas.

Comentários:_____
_____
_____
_____
_____

PRO-REG

PROGRAMA DE FORTALECIMENTO DA CAPACIDADE INSTITUCIONAL PARA GESTÃO EM REGULAÇÃO

# ANEXO IV
# SEMINÁRIO DE ENCERRAMENTO DO CONTRATO DE EMPRÉSTIMO BID 1811/OC-BR

## RESULTADOS DO PRO-REG


*Jadir Dias Proença*

*Coordenador Técnico do PRO-REG*

Subchefia de Análise e Acompanhamento de políticas Governamentais – SAG

Casa Civil da Presidência da República

# Agenda

O PRO-REG

- Origem e características
- Recursos
- Eixos de atuação
- Estrutura

Atividades e produtos

Execução do Programa: resultados

Perspectivas

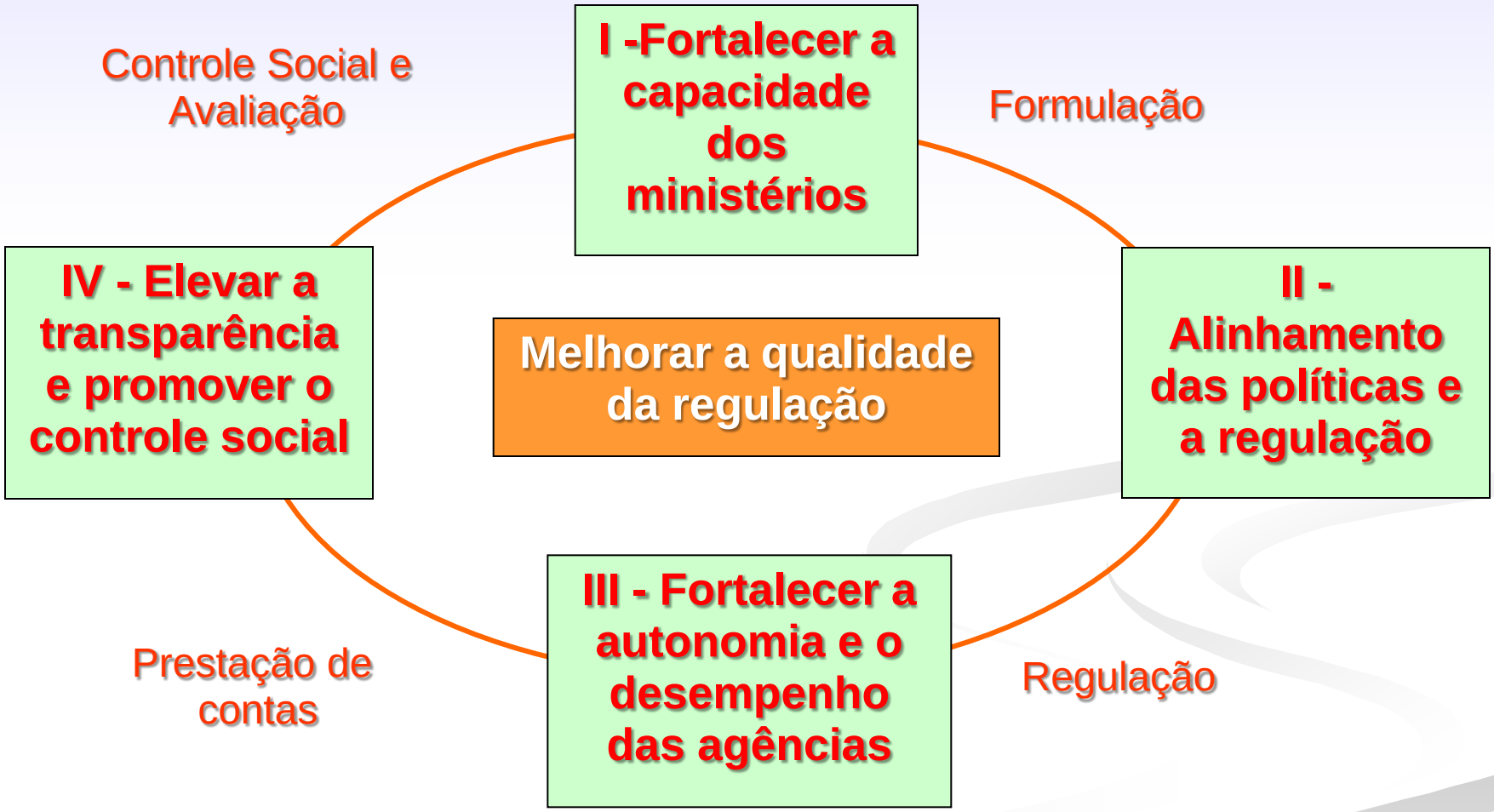
# Origem e características

- Objetivo: melhorar a qualidade da regulação Federal;
- Aprovado pelo Senado em dezembro de 2006;
- Instituído pelo Decreto nº 6.062, de 16 de março de 2007;
- Prazo original de duração: 36 meses;
- Contrato de empréstimo entre o Brasil e o BID (23/11/2007);
- Recursos: US$ 6,7 mi (US$ 3,85mi do BID e US$ 2,85mi de contrapartida)

# Orçamento

| Categoria de investimento | Orçamento Vigente (US$) | | Valor Executado (US$) | |
|---|---|---|---|---|
| | BID | Local | BID | Local |
| 1 - Fortalecimento da capacidade de formulação e análise de políticas | 110.000,00 | 36.0000,00 | 22.394,41 | 31.982,16 |
| 2 - Melhoria da coordenação e alinhamento estratégico entre políticas setoriais e processo regulatório | 2.248.000,00 | 1.520.000,00 | 1.883.350,93 | 1.077.698,54 |
| 3 - Fortalecimento da autonomia, transparência e desempenho das agências reguladoras | 1.208.000,00 | 957.000,00 | 495.609,28 | 774.962,93 |
| 4 - Apoio aos mecanismos para o exercício do controle social | 244.000,00 | 181.000,00 | 116.072,34 | 47.428,51 |
| 5- Custos Concorrentes - Avaliação | 39.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 6 - Custos Financeiros | 0,00 | 140.000,00 | 0,00 | 96.687,97 |
| 7- Gerenciamento e Administração | 0,00 | 7.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| 8- Imprevistos | 0,00 | 9.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| Total por fonte = | 3.850.000,00 | 2.850.000,00 | 2.517.426,96 | 2.028.760,11 |
| Total = | 6.700.000,00 | | 4.546.187,07 | |
| Pari-Passu = | 57,46 % | 42,54 % | 55,37% | 44,63% |

# Estrutura Conceitual



# Principais Atores

**Órgãos centrais**
CC, MF/SEAE, MP/SEGES
(Comitê Gestor)

**Ministérios Setoriais**
(Comitê Consultivo)

**BID**

**Coordenação instituições regulatórias do Governo Federal**

**Agências Reguladoras, MJ/SDE e CADE**
(Comitê Consultivo)

**Fornecedores:**
pesquisadores, estudiosos, consultores, universidades e centros de capacitação

**Instituições de Defesa do Consumidor**
SBDC = MJ/DPDC, Procon, Soc. Civil, MPF, Defensoria Pública

# Estrutura

**Comitê Gestor do PRO-REG**

Composição: (representantes)

- Casa Civil da Presidência da República (coordenador)
- Ministério da Fazenda
- Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Competência:

- Definir o direcionamento estratégico e as prioridades do PRO-REG
- Coordenar e supervisionar o andamento do Programa
- Articular com os órgãos envolvidos

# Estrutura

**Comitê Consultivo do PRO-REG**

Composição: (representantes)

- Dez agências reguladoras
- Ministérios supervisores
- Ministério da Justiça
- Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE)

Competência:

- Apresentar e discutir propostas para melhoria da execução do Programa
- Colaborar para o aperfeiçoamento dos níveis técnicos das ações implementadas e contribuir para a sua efetividade
- Prestar assessoria e orientação ao Comitê Gestor e zelar pela integridade técnica do PRO-REG

# Estrutura

**Coordenação Técnica**

Composição:

- Técnicos da Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais (SAG) da Casa Civil da Presidência da República

Competência:

- Preparar as reuniões dos Comitês, promovendo os meios e apoio necessário à execução dos trabalhos, bem como prestando assistência direta aos coordenadores dos referidos comitês
- Acompanhar a implementação das deliberações e diretrizes fixadas pelos Comitês
- Elaborar minutas de relatório de desempenho do PRO-REG, a serem apreciados pelos Comitês
- Manter um sítio na internet para informações sobre o Programa

# Atividades e produtos
# Eixo 1

**Fortalecer a capacidade de formulação e análise de políticas**

**(2012) Trabalho de consultoria: Diagnóstico do processo de formulação e análise de políticas públicas em mercados regulados – Humberto Martins**

Diagnóstico do processo de formulação e análise de políticas públicas em mercados regulados com o objetivo de fortalecer a capacidade dos ministérios para formular políticas públicas que afetem os setores em que as agências reguladoras atuam, bem como realizar o acompanhamento e a avaliação da implementação e dos resultados dessas políticas.

# Atividades e produtos
# Eixo 2

**Melhorar a coordenação e alinhamento estratégico entre políticas setoriais e o processo regulatório**

**(2008) – Livro:** Brasil: Fortalecendo a Governança para o Crescimento
OCDE – Relatório sobre a Reforma Regulatória (*peer review OCDE)*

**(2008) – Seminário:** Lançamento do *Peer Review* em parceria com a OCDE

**(2008) – Consultoria (nacional): Wladimir Ribeiro** - Estudo para subsidiar a estruturação de uma unidade de coordenação, acompanhamento e avaliação de assuntos regulatórios

**(2008) - Consultoria (internacional) : Sebastian Azumendi**– Estudo para subsidiar a estruturação de uma unidade de coordenação , acompanhamento e avaliação de assuntos regulatórios

**(2008) - Consultoria (nacional): Alketa Peci** - Desenho de uma Estratégia de Implantação e Institucionalização da Análise do Impacto Regulatório

**(2009) – Consultoria: Humberto Martins** – Rede Governamental de Regulação

# Atividades e produtos
# Eixo 2

**Melhorar a coordenação e alinhamento estratégico entre políticas setoriais e o processo regulatório**

**(2009) – Livro:** Desafios da Regulação no Brasil

**(2009) – Livro:** Regulação e Agências Reguladoras: Governança e Análise de Impacto Regulatório (em parceria com a Anvisa)

**(2009) - Consultoria (internacional): Enrique Saravia** - Desenho de uma Estratégia de Implantação e Institucionalização da AIR

**(2009) – Seminário:** "Análise de Impacto Regulatório – Instrumento para o Fortalecimento da Regulação no Brasil"

# Atividades e produtos
# Eixo 2

**Melhorar a coordenação e alinhamento estratégico entre políticas setoriais e o processo regulatório**

**(2010) – Livro:** Contribuições para a melhoria da qualidade da regulação no Brasil

**(2010) – Seminário:** "Melhoria da Regulação no Brasil – o papel da participação e do controle social"

**(2010) – Trabalho de Consultoria:** Patricia Sampaio - Proposta de atos normativos para implantação da Análise de Impacto Regulatório no Brasil.

**(2011) – Livro:** Melhoria da Regulação no Brasil – o papel da participação e do controle social

# Atividades e produtos
# Eixo 2

## Curso Avançado em Regulação

•Ministrado pelo *Institute of Brazilian Business and Public Management Issues (IBI)*, vinculado a George Washington University, em Washington-DC.
•Nove edições -234 participantes entre servidores de agências reguladoras federais e estaduais, de ministérios, além de participantes da Procuradoria Geral da República, do Tribunal de Contas da União e de entidades de defesa do consumidor.

## Regulação – Teoria e Prática

• Ministrado pelos professores Martin Lodge, da *London School of Economics and Political Science*, e Kai Wegrich, da *Hertie Berlin School of Governance*,
• Cinco edições: 500 participantes de agências federais, estaduais e municipais, ministérios supervisores, Tribunal de Contas da União, Procuradoria Geral da República e de entidades de defesa do consumidor.

# Atividades e produtos
# Eixo 3

**Fortalecer a autonomia, transparência e desempenho das agências reguladoras**

**(2008) – Trabalho de Consultoria:** Alketa Peci – Estudo sobre o desenvolvimento e implementação de um sistema de seleção de diretores e do pessoal de gerência superior das agências reguladoras

**(2009) – Trabalho de Consultoria:** Maria Tereza Alves - Conformação do Modelo de Dados do Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor – Sindec

**(2010) – Trabalho de Consultoria:** Ilvo Debus – Orçamento das Agências Reguladoras

**(2010) – Trabalho de Consultoria:** Alketa Pecci – Sistema Nacional de Defesa do Consumidor (SINDEC)

**(2012) – Trabalho de Consultoria:** James Giacomoni – Diagnóstico da alocação dos quadros efetivos, comissionados e terceirizados das agências reguladoras federais

**(2012) – Trabalho de Consultoria:** Ilvo Debus – Estudo sobre os contratos de gestão firmados pelas Agências Reguladoras Federais

# Atividades e produtos
# Eixo 3

## Programa de Fortalecimento de Competências em Gestão e Regulação

•Realizado em parceria com a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) e o Fórum de Recursos Humanos das Agências Reguladoras desde 2010.
•Durante todo o período de execução do programa foram ofertadas 1381 capacitações, distribuídas em 46 turmas dos cursos abaixo:

•Introdução à Regulação
•Direito da Regulação Avançado
•Economia da Regulação
•Elaboração e Gerenciamento de Projetos
•Gestão Estratégica das Organizações Públicas
•Liderança Dinâmica no Serviço Público
•Política da Defesa da Concorrência
•Marcos e Instrumentos da Regulação Econômica
•Técnicas de Negociação do Setor Público
•Redes de Políticas Públicas: o desafio da governança
•Oficina de Negociação
•Competências Conversacionais

# Atividades e produtos
# Eixo 3

**(2012) Curso Abuso da Posição Dominante:** ministrado pelo Prof. Massimo Motta de Universidad Pompeo Fabra e Diretor da Barcelona School of Economic, em parceria com o IPEA,SDE/MJ e a Embaixada Britânica.

**(2012) Curso Regulação e Advocacia da Concorrência:** Ministrado pela Professora Lúcia Helena Salgado – UERJ

**(2012) I e II Seminário Latino-Americano e Caribenho sobre Experiências Exitosas em Regulação:**

•Realizado com apoio do BID, da Embaixada do Reino Unido no Brasil e da Associação Brasileira de Agências de Regulação – ABAR

• Contou com a participação de representantes do México, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador e Peru.

(**2012) Livro:** Experiências Exitosas em Regulação na América Latina e Caribe

# Atividades e produtos
# Eixo 3

**Assessoria técnica e capacitação em AIR**

Projetos-piloto

- Processo de sensibilização realizado junto a diretoria de todas as agências reguladoras para o desenvolvimento de projetos-piloto em Análise de Impacto Regulatório – AIR, com adesão e crescimento gradual ao longo do período;
- Atualmente, oito das dez agências reguladoras federais desenvolvem projetos-pilotos em AIR, com apoio do PRO-REG;
- Além dessas agências, em 2012, a Agência Reguladora de Serviços Público Delegados do Estado do Ceará – ARCE passou a ser a primeira agência reguladora estadual a integrar a lista dos projetos;
- Ainda, em 2012, a Secretaria de Defesa Agropecuária, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento se tornou um projeto-piloto em AIR.

# Atividades e produtos
# Eixo 4

## Apoiar os mecanismos para o exercício do controle social

**(2009) Consultoria Internacional: José Paoli** – Estudo sobre a organização e o funcionamento das Ouvidorias das Agências Reguladoras

**(2009) Consultoria Nacional: Caio Marini** – Estudo sobre a organização e funcionamento das Ouvidorias das agências

**Curso Regulação e Defesa do Consumidor**

- Realizado em parceria com o Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor (DPDC) do Ministério da Justiça, Fórum Nacional Entidades Civis de Defesa do Consumidor (FNECDC) e Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec)
- 6 Edições (Democracia e participação social em Regulação, Vigilância Sanitária, Telecomunicações, Setor Elétrico, Aviação Civil e Educação Financeira)
- Público alvo: servidores das agências reguladoras federais, das entidades civis de defesa do consumidor, de Procons, do Ministério Público e da SENACON/MJ.

www.regulacao.gov.br

# Atividades e produtos

## Cooperações e Parcerias

### *Office of Information and Regulatory Affairs – OIRA/USA*

- Diálogo de Parceria Econômica entre o Brasil e os Estados Unidos realizado pelo Ministério das Relações Exteriores em conjunto com o Departamento de Estado Americano em 2011 e 2012.
- Diálogo Regulatório: cooperação e intercâmbio entre *OIRA* e Aneel os estudos de Análise do Impacto Regulatório sobre a adoção no Brasil dos medidores de energia inteligentes.
- Em 2012 foi realizada videoconferência com o *OIRA* organizada pelo PRO-REG e Embaixada Americana no Brasil e contou com a participação de representantes de todas as agências reguladoras federais.

### Associação Brasileira de Agências de Regulação – ABAR

- Parceria para melhorar a qualidade da regulação no Brasil;
- Presença de representantes de agências estaduais e municipais nos eventos de capacitação do PRO-REG;
- Articulação dos palestrantes internacionais nos Congressos Brasileiros sobre Regulação, conduzida em parceria com o PRO-REG.

### União Europeia – Diálogos Setoriais

- Intercâmbio e cooperação – *Impact Assessment*: visitas técnicas, workshops, seminários, cursos de capacitação, *shadowing*, etc.

# Atividades e produtos
## Cooperações e Parcerias

**Embaixada do Reino Unido**

• Convênio de Cooperação para apoiar a implementação da Análise de Impacto Regulatório no Brasil

**Atividades:**

• (2010 e 2011) Visita Técnica a Londres para conhecer o sistema regulatório britânico;

•(2012) *Shadowing* no Regulatory Policy Comittee

•(2012) Duas edições do Curso Avançado em Metodologias de AIR, ministrado por Profs. da *National School of Government*;

•(2012) Avaliação do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel - PNPB, com a utilização da metodologia Análise Multicritério – Prof. Carlos Bana/IST Lisboa.

•(2013) Workshop com empresários: *"Building Bridges: Regulatory Reform and Business in Brazil"* em parceria com a AMCHAM, CNI, Conselho Empresarial de Medicina e Saúde e Associação Comercial do RJ;

•( 2013) Projeto: Registro Eletrônico em Saúde, conduzido pela ANS.

**AMCHAM – Câmara Americana de Comércio Brasil – EUA**

•Pesquisa sobre a percepção dos empresários sobre a qualidade da regulação feita no Brasil.

# Atividades e produtos

## Cooperações e Parcerias

**Rede Latino-Americana de Melhoria Regulatória e Competitividade (LATIN-REG)**

- (2011) Reunião no México: representantes do Chile, Colômbia, Costa Rica, México e Peru manifestaram interesse em criar mecanismos de ação conjunta que permitissem estabelecer as bases da cooperação regional para somar esforços e compartilhar experiências no âmbito da melhoria da qualidade regulatória.
- (2011) Declaração de *Nuevo León*: oficializa a proposta de criação da Rede Latino-Americana de Melhoria Regulatória e Competitividade (LATIN-REG)
- (2012) I Seminário Latino-Americano sobre Experiências Exitosas em Regulação em Brasília, com a participação de representantes do Peru, México, Colômbia e Chile

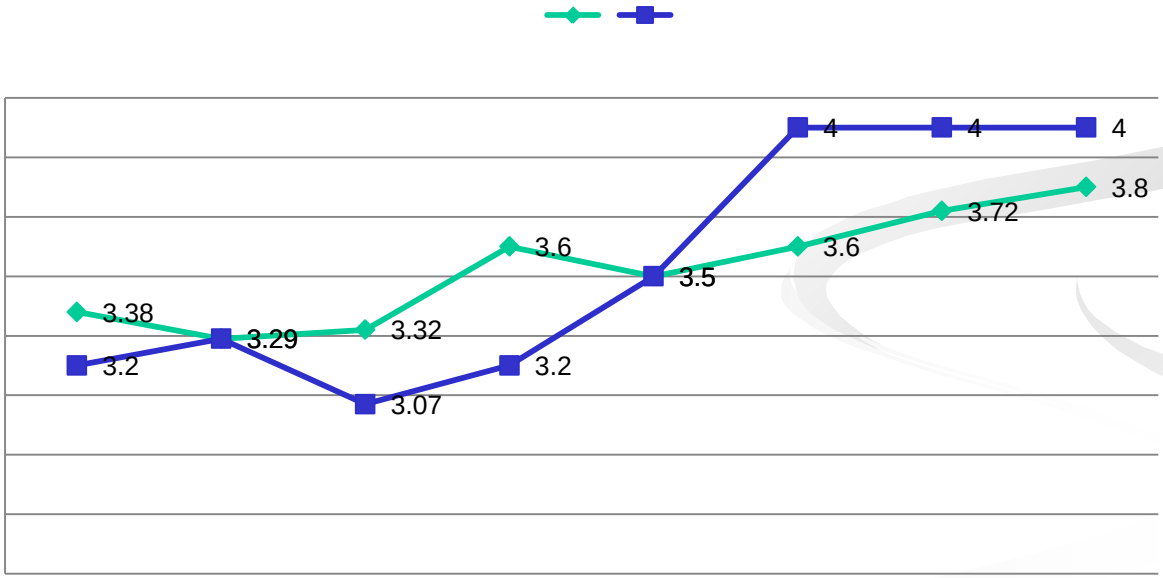
www.regulacao.gov.br

# Atividades e produtos
## Cooperações e Parcerias

- (2012) II Seminário Latino-Americano sobre Experiências Exitosas em Regulação em Brasília/DF, com a participação de representantes do México, Colômbia, Costa Rica e Equador
- (2012) I Reunião da Rede Latino-Americana de Melhoria Regulatória e Competitividade em Brasília, com a presença de representantes do México, Colômbia, Costa Rica e Equador.
- (2013) II Reunião da Rede Latino-Americana de Melhoria Regulatória e Competitividade em Brasília, com a presença de representantes do México, Peru, Costa Rica, Colômbia e Equador.

# Indicadores (Marco Lógico do Programa)
# Índice de Competitividade Global (ICG)

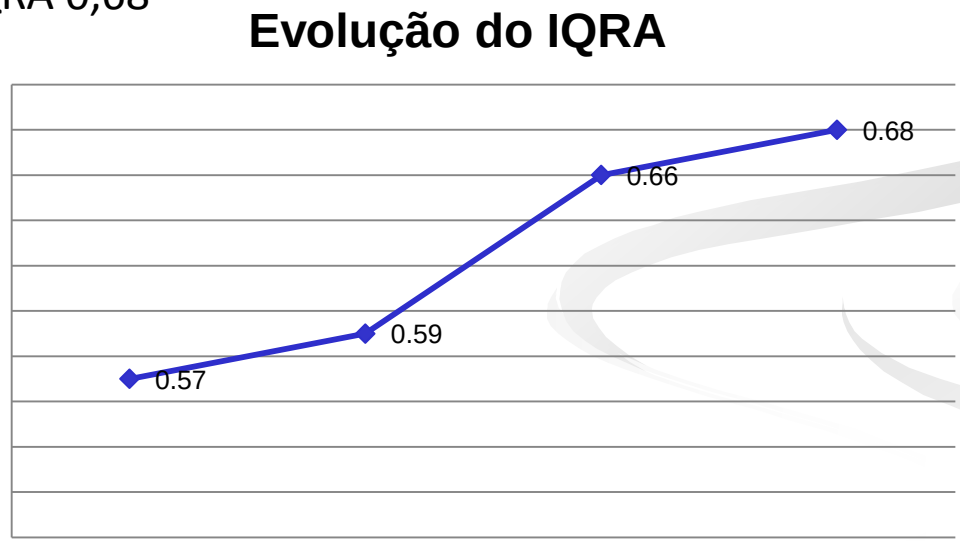
- Elaborado e publicado pelo Fórum Econômico Mundial.
- O ICG é formado por doze pilares, sendo que o PRO-REG utiliza como indicadores: o Pilar Institucional (PI) e o Pilar Infraestrutura (PIE)
- Linha de Base 2005: PI (3,38) e PIE (3,20)
- Meta para o final do programa: PI (3,72) e PIE(3,46)



# Indicadores (Marco Lógico do Programa)

## Indicador de Qualidade Regulatória Ampliado (IQRA)

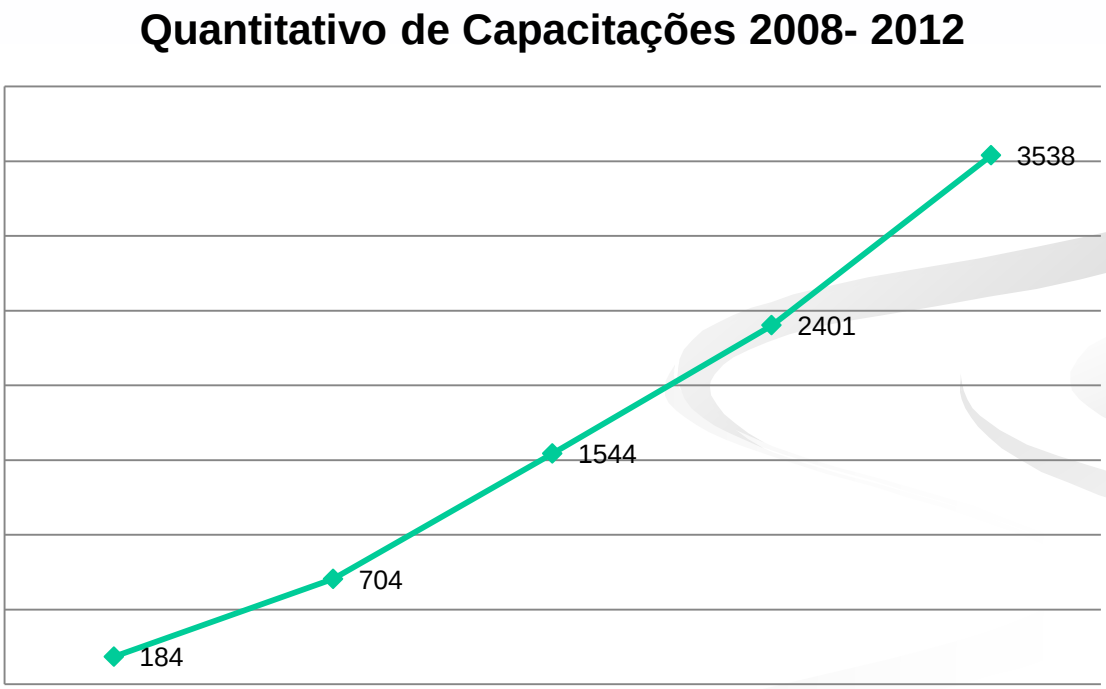
- Três dimensões de análise: Coordenação Institucional e Monitoramento, Autonomia e Transparência e Mecanismos de Consulta e Prestação de Contas. A cada dimensão é atribuído um peso.
- Dados enviados pelas 10 agências reguladoras federais
- Linha de base 2006: IQRA 0,35
- Meta para 2012: IQRA 0,68



# Indicadores (Marco Lógico do Programa)

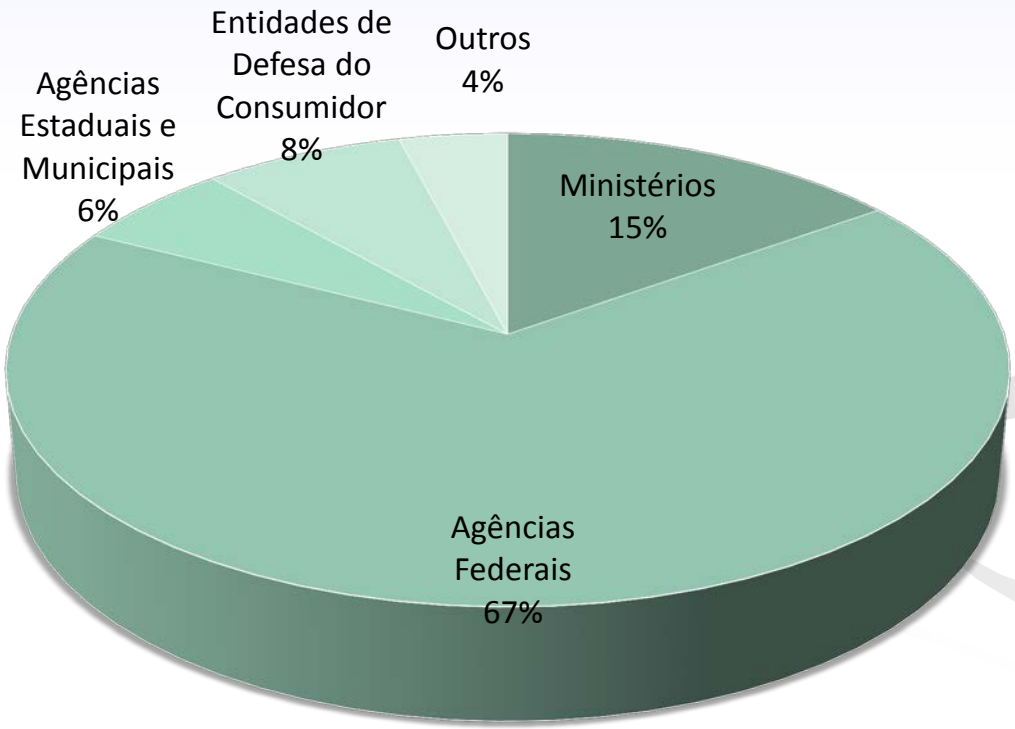
## Capacitação de Servidores Públicos

**Meta:** ao menos 80% dos 550 servidores capacitados em formulação, monitoramento e avaliação de políticas públicas em regulação aprovam os cursos.



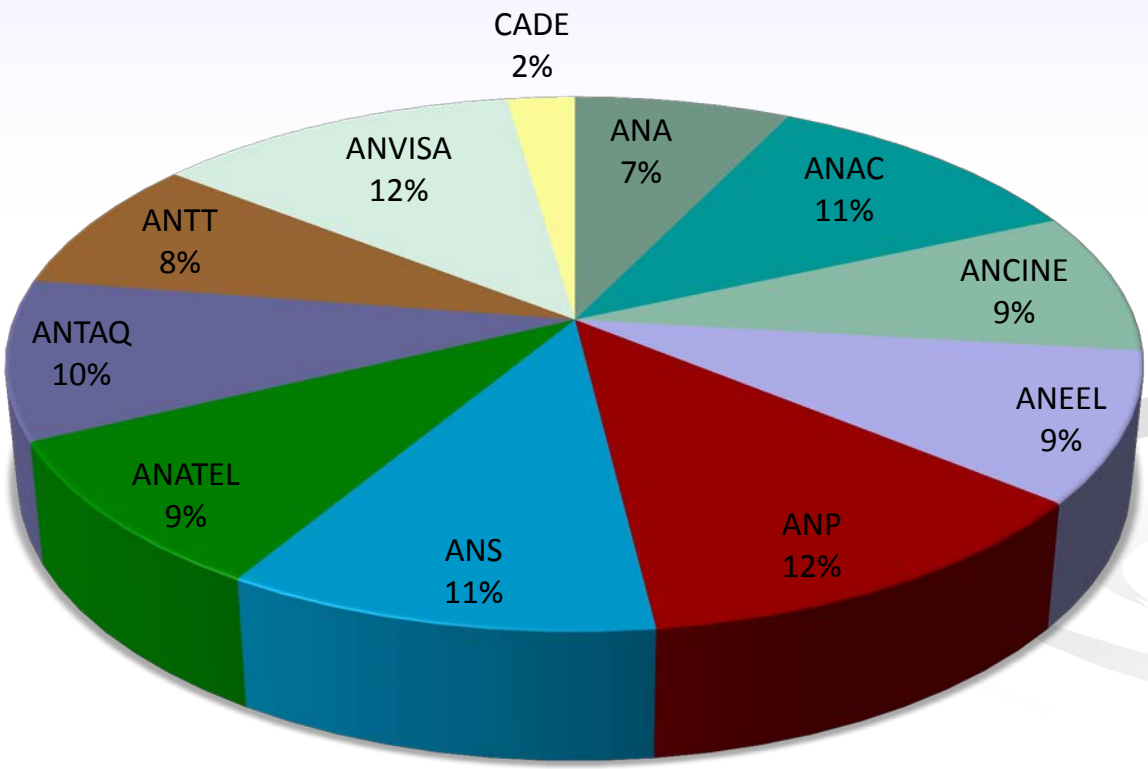
# Indicadores (Marco Lógico do Programa)

## Capacitação de Servidores Públicos



# Indicadores (Marco Lógico do Programa)

## Capacitação de Servidores Públicos



# Indicadores (Marco Lógico do Programa)

## Capacitação de Servidores Públicos

A avaliação da capacitação é feita por meio do preenchimento do questionário de avaliação de reação ao término do evento:

| | Quadriênio 2008/2012 |
|---|---|
| Número de capacitados | 3538 |
| Quantitativo dos que avaliaram | 2362 |
| Montante de avaliações positivas | 2283 |
| Percentual de avaliações positivas | 96,66% |

# Indicadores (Marco Lógico do Programa)
## Adoção de instrumentos de gestão e coordenação

**Meta:** novos instrumentos de gestão e coordenação implantados pelo menos em seis agências reguladoras ao fim de 2009.

• Desenvolvimento dos projetos-piloto em Análise de Impacto Regulatório em oito agências reguladoras federais:
ANA, ANAC, ANCINE, ANEEL, ANTAQ, ANS, ANP, ANVISA

•Elaboração e publicação de agenda regulatória: ANS, ANCINE, ANVISA, ANTT e ANP

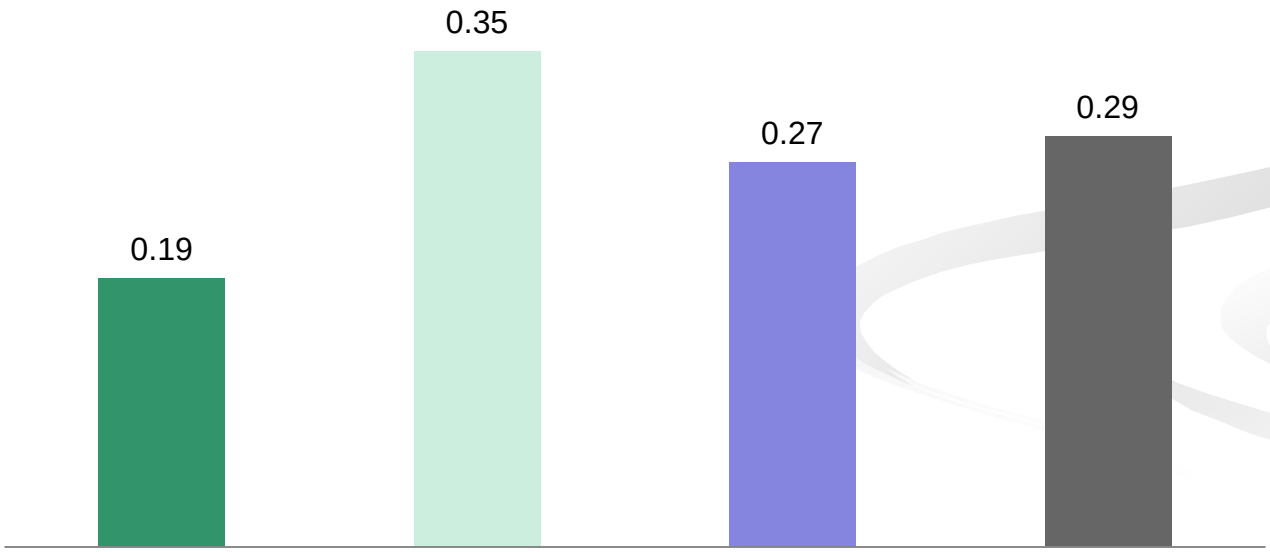
• Elaboração e publicação de carta de serviços: ANA, ANS e ANCINE

# Indicadores (Marco Lógico do Programa)

## Subíndice Autonomia e Transparência

**Meta:** Aumento de 0,19 para 0,35 do Indicador de Qualidade Regulatória Ampliado (IQRA) – Subíndice Autonomia e Transparência, até 2009.

•Dados enviados pelas 10 agências reguladoras federais



# Indicadores (Marco Lógico do Programa)

## Participação em Audiências e Consultas Públicas

**Meta:** Ampliação em 50% dos números de participantes por ano nos processos de audiências e consultas públicas nas agências reguladoras.

| | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 |
|---|---|---|---|---|
| ANA | ND | ND | ND | ND |
| ANAC | 127 | 297 | 73 | 167 |
| ANATEL | 600 | 322 | 853 | 431 |
| ANCINE | 3 | 32 | 27 | 788 |
| ANEEL | 2.905 | 703 | 1747 | 7.626 |
| ANP | ND | 19 | ND | ND |
| ANS | ND | ND | 56.409 | 3.628 |
| ANTAQ | ND | ND | 72 | 9 |
| ANTT | 68 | 89 | 146 | 304 |
| ANVISA | 114 | 261 | 1.079 | 242 |
| Total | 3.817 | 1.723 | 60.406 | 13.195 |

# Perspectivas

- ✓ Utilizar indicadores para aferir a qualidade da regulação feita por instituições com poderes regulatórios na administração pública brasileira.
- ✓ Propor a criação de um programa anual de qualidade regulatória com metas específicas, produto de pactuação entre os representantes nos Comitês Gestor e Consultivo do PRO-REG.
- ✓ Realizar estudos e pesquisas com vistas a identificar o nível de conhecimento, de habilidades e da adequação da formação dos agentes reguladores para cumprir com suas competências e atribuições.
- ✓ Promover, em articulação com as agências reguladoras, a simplificação e a racionalização da ação regulatória para aumentar a eficiência e a eficácia na formulação da política, na implementação e fiscalização da regulação.
- ✓ Aprofundar ações de sensibilização e mobilização das estruturas diretivas e técnicas da administração pública para a criação de uma “cultura regulatória”, fundamental para a melhoria da qualidade da formulação e coordenação de políticas públicas em setores regulados.

# Perspectivas

- ✓ Manter articulação com os demais Poderes da União (Legislativo e Judiciário) e com entes subnacionais da Federação (órgãos e entidades de estados e municípios);
- ✓ Desenvolver e implementar curso de Especialização em Política e Reforma Regulatória, voltado para servidores públicos das três esferas de Governo, em parceria com instituição acadêmica e com a Escola Nacional de Administração Pública - ENAP).
- ✓ Coordenar ações de capacitação com instituições reguladoras e outros atores participantes do processo regulatório e de defesa da concorrência, tais como aqueles integrantes das entidades de representação dos consumidores, dos empresários, do Tribunal de Contas da União, do Ministério Público Federal e do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, etc.
- ✓ Promover a realização de curso em 'regulação e advocacia da concorrência' para servidores públicos federais integrantes dos órgãos e entidades que compõem o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência e Agências Reguladoras.

# Perspectivas

- ✓ Realizar cursos de formação específica em regulação e articular a atuação conjunta e sinérgica das agências reguladoras para ofertar cursos de capacitação voltados para a melhoria da gestão.
- ✓ Oferecer cursos sobre técnicas e ferramentas de melhoria regulatória, tais como AIR, técnicas de consulta, metodologias quantitativas, etc.
- ✓ Apoiar as agências reguladoras no estabelecimento de cursos específicos sobre metodologias de AIR nas suas respectivas áreas de expertise.
- ✓ Promover articulação com estados, municípios e Distrito Federal para apoiar a estruturação de agências reguladoras e implementação de ferramentas para a melhoria da qualidade da regulação.
- ✓ Ampliar as atividades de cooperação técnica e intercâmbio em temas relacionados à melhoria da qualidade regulatória com os países da América Latina e Caribe, e com organismos multilaterais e instituições internacionais.

# Obrigado!

**CARLA BEATRIZ DE PAULO**
**JADIR DIAS PROENÇA**

jadir.proenca@presidencia.gov.br
Carla.paulo@presidencia.gov.br

Anexo V

SEMINÁRIO DE ENCERRAMENTO DO EMPRÉSTIMO BID 1811 OC/BR

# Apresentação da Síntese das Respostas do Questionário e das Contribuições Adicionais

**Ricardo Pinto Pinheiro**
Consultor
Banco Interamericano de Desenvolvimento

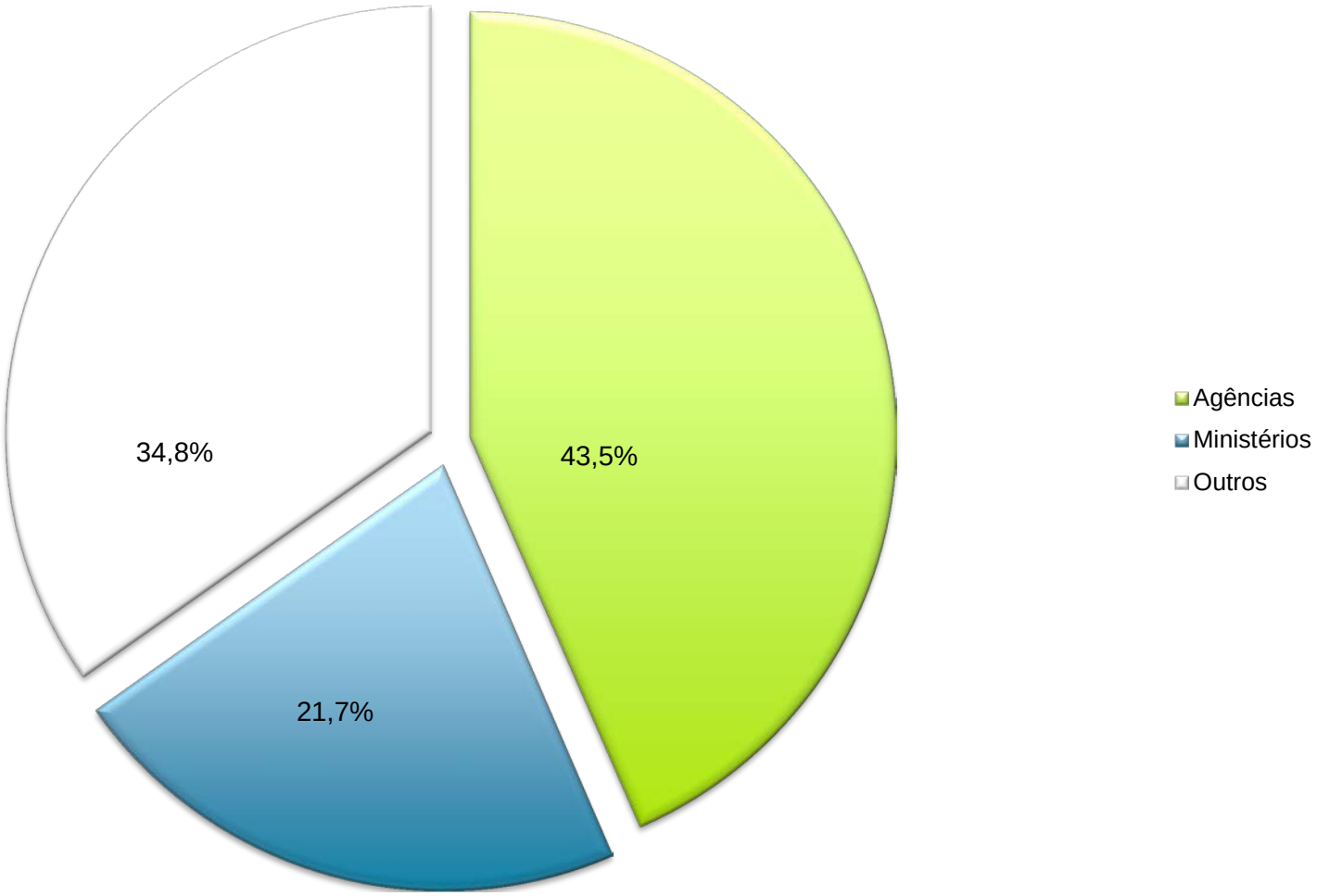
Brasília, 27 de maio de 2013

# QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO FINAL (1/2)

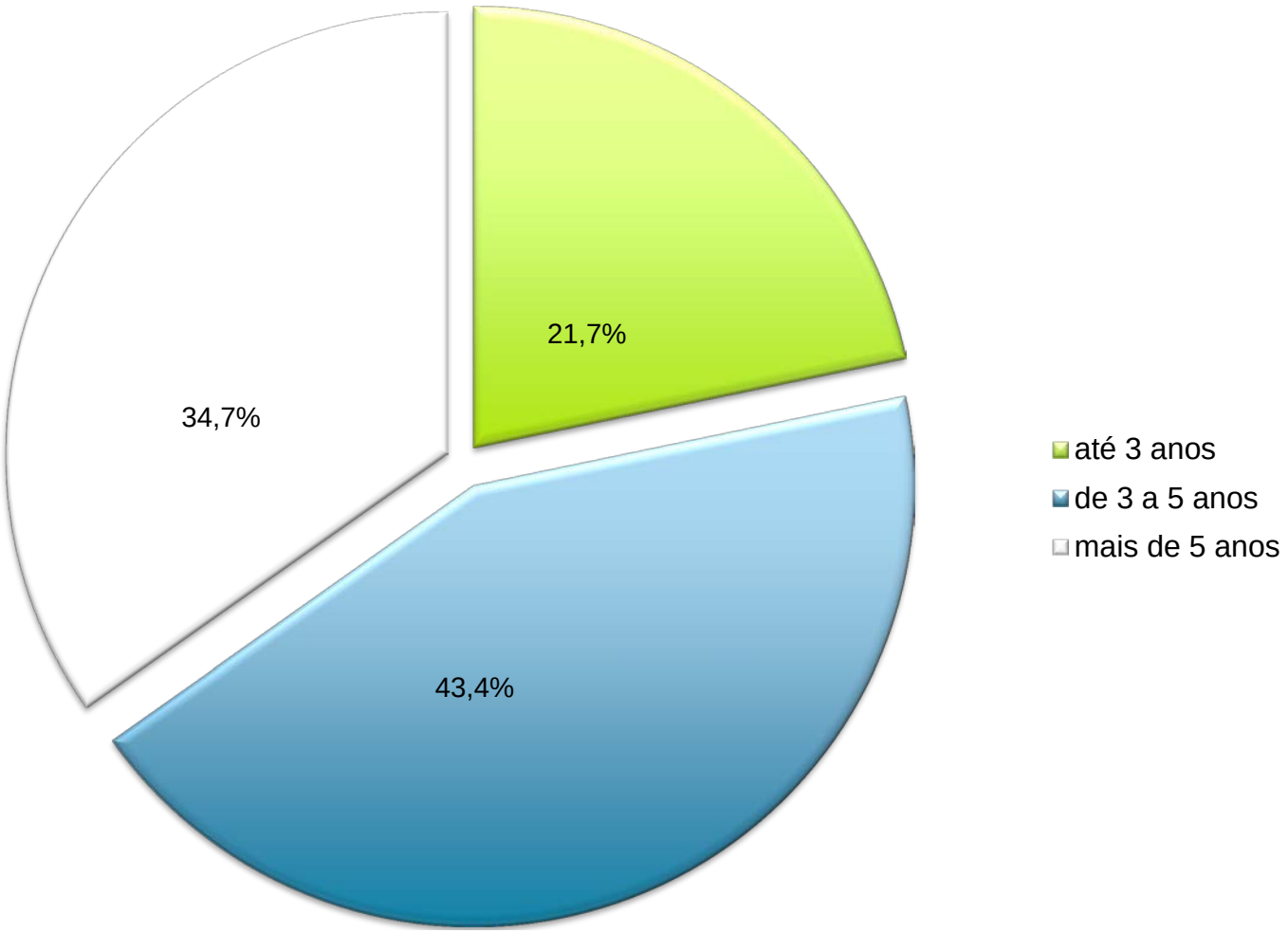
- Os seguintes beneficiários do Pro-Reg enviaram respostas ao questionário distribuido previamente:

| Agências | Ministérios | Outros | Total |
|---|---|---|---|
| ANA – Agência Nacional de Águas | MC - Ministério das Comunicações | ABAR - Associação Brasileira de Agências de Regulação | |
| ANAC – Agência Nacional de Aviação Civil | MF - Ministério da Fazenda | CADE – Conselho Administrativo de Defesa Econômica | |
| ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações | MJ - Ministério da Justiça | FNEDEC – Fórum Nacional de Entidades Civis de Defesa do Consumidor | |
| ANCINE – Agência Nacional de Cinema | MP - Ministério do Planejamento | MPF (1) – Ministério Público Federal | |
| ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica | MT - Ministério dos Transportes | MPF (2) – Ministério Público Federal | |
| ANP – Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis | | TCU – Tribunal de Contas | |
| ANS – Agência Nacional de Saúde | | Executor do Pro-Reg | |
| ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários | | | |
| ANTT – Agência Nacional de Transportes Terrestres | | | |
| ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária | | | |
| 10 | 5 | 8 | 23 |

# QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO FINAL (2/2)



# TEMPO DE CONHECIMENTO DO PRO-REG



# 1.1 FINALIDADE E PROPÓSITO DO PRO-REG (1/2)

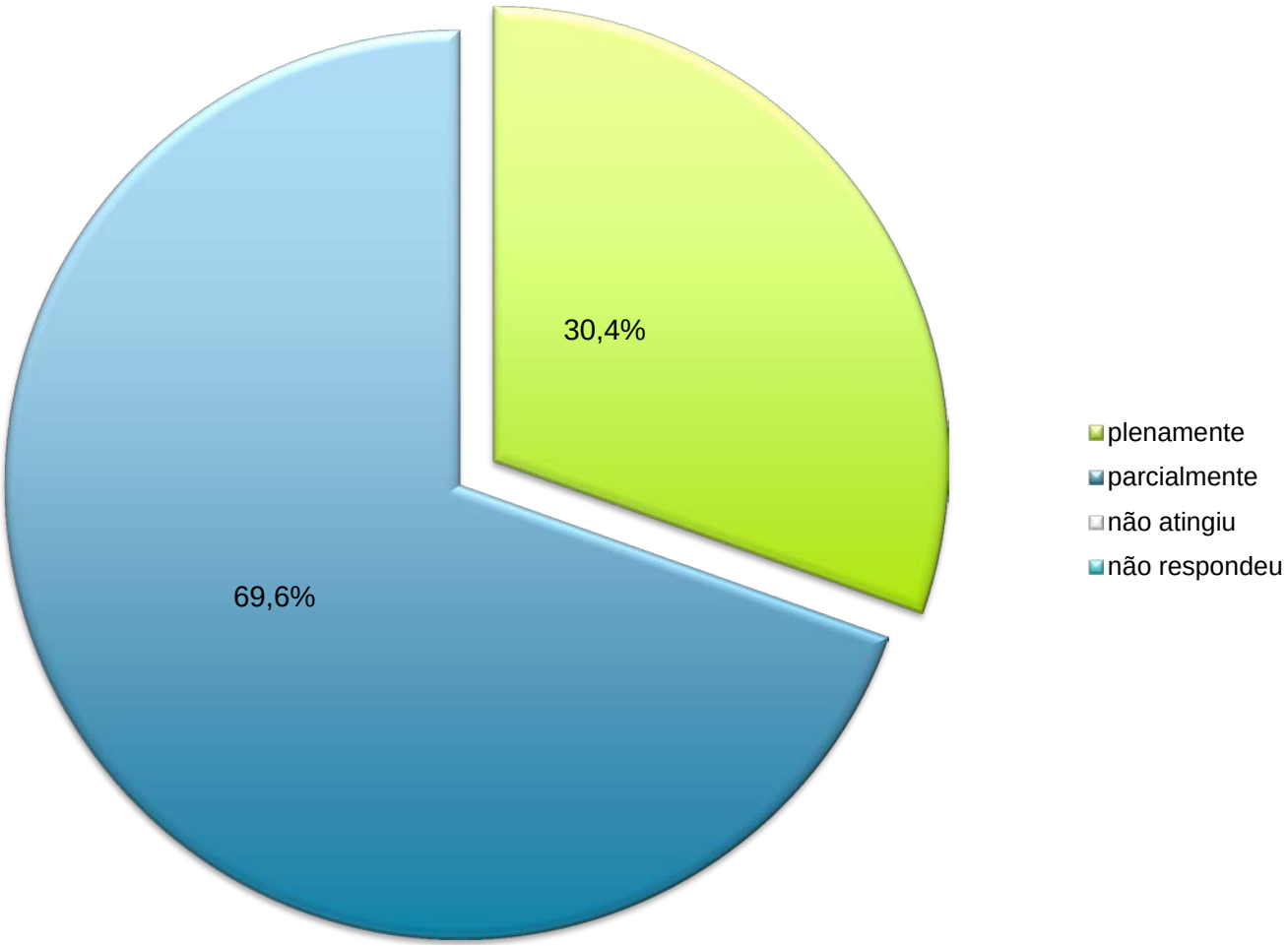
**Finalidade – Fortalecer as condições gerais para a concorrência e investimentos privados no Brasil**

| Impactos | LB(2006) | Meta | Obtido |
|---|---|---|---|
| Pilar Institucional do ICG<br>Pilar Infraestrutura do ICG<br>Nota: O ICG é o Índice de Competitividade Global formado por doze pilares | 3,38<br>3,20 | 3,72<br>3,45 | 3,80<br>4,00 |

**Propósito – Melhorar a qualidade da regulação realizada pelas ARs federais**

| Impactos | LB(2006) | Meta | Obtido |
|---|---|---|---|
| Indicador de Qualidade Regulatória Ampliado (IQRA)<br>Nota: O IQRA engloba a Coordenação Institucional e Monitoramento, Autonomia e Transparência e Mecanismos de Consulta e Prestação de Contas | 0,35 | 0,65 | 0,68 |

# 1.1 FINALIDADE E PROPÓSITO DO PRO-REG (2/2)



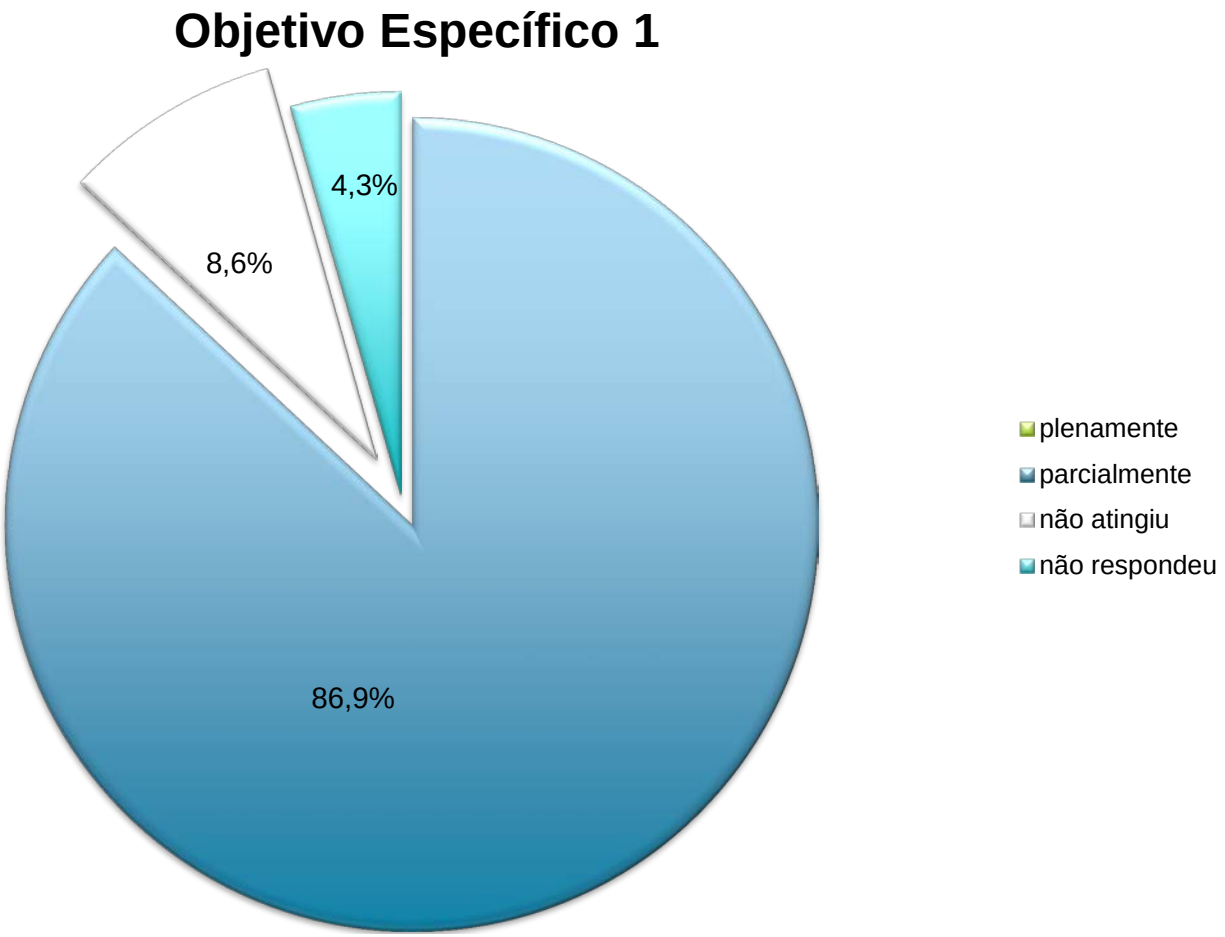
# 1.2.1 OBJETIVO ESPECÍFICO 1

**Fortalecimento da capacidade de formulação e análise de políticas**

| Produtos | LB(2006) | Meta | Obtido |
|---|---|---|---|
| P1 Servidores capacitados em formulação, monitoramento e avaliação de políticas públicas em regulação. | Zero | 1.000 | 3.538 (1) |
| P2 Diagnóstico de processos de formulação e análise de políticas públicas em mercados regulados, formulado. | Zero | 1 | 1 |
| P3 Sistema de monitoramento e avaliação de políticas públicas em mercados regulados, desenvolvido. | Zero | 1 | 0 (2) |

(1) não computado no PMR2012, do BID
(2) houve muita dificuldade de identificar interlocutores

# 1.2.1 FORTALECIMENTO DA CAPACIDADE DE FORMULAÇÃO E ANÁLISE DE POLÍTICAS



# 1.2.2 OBJETIVO ESPECÍFICO 2

**Melhoria da coordenação e alinhamento entre políticas setoriais e processo regulatório**

| Produtos | LB(2006) | Meta | Obtido |
|---|---|---|---|
| P4 Proposta de Unidade de Coordenação de assuntos regulatórios, elaborada. | Zero | 1 | 1 |
| P5 Proposta de instância colegiada independente de assessoramento ao Poder Executivo em temas regulatórios, elaborada. | Zero | 1 | 0 (3) |
| P6 Rede governamental de melhoria regulatória, concebida. | Zero | 1 | 1 |
| P7 Proposta de implantação da análise AIR, elaborada. | Zero | 1 | 1 |

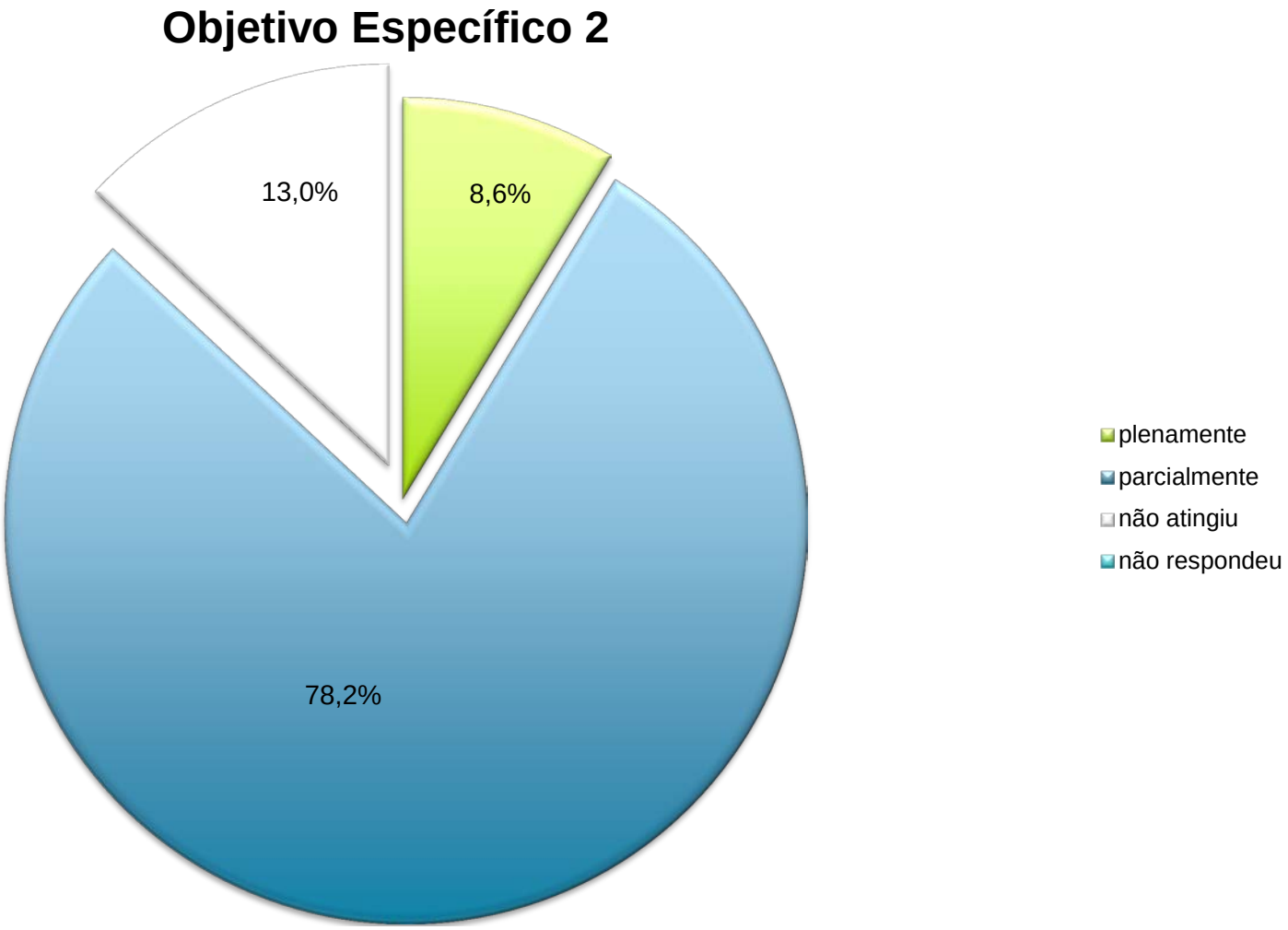
(3) foram elaborados estudos e proposta de Decreto

# 1.2.2 OBJETIVO ESPECÍFICO 2 (cont)

**Melhoria da coordenação e alinhamento entre as políticas setoriais e processo regulatório**

| Produtos | LB(2006) | Meta | Obtido |
|---|---|---|---|
| P8 Eventos de capacitação de funcionários das ARs e Ministérios sobre instrumentos de gestão, realizados. | Zero | 5 | 9 |
| P9 Instrumentos de gestão que apóiem acordos sobre objetivos das políticas setoriais, desempenho das agências e garantia de recursos, concebidos. | Zero | 1 | 19 |

# 1.2.2 MELHORIA DA COORDENAÇÃO E ALINHAMENTO ENTRE POLÍTICAS SETORIAIS E PROCESSO REGULATÓRIO



# 1.2.3 OBJETIVO ESPECÍFICO 3

**Fortalecimento da autonomia, transparência e desempenho das ARs**

| Produtos | LB(2006) | Meta | Obtido |
|---|---|---|---|
| P10 Programas de capacitação de funcionários em AIR, realizados. | Zero | 1 | 11 |
| P11 Sistema de seleção da alta gerência das ARs baseado em requisitos, implementado. | Zero | 1 | 1 |
| P12 Mapa de risco para prevenção de irregularidade e tratamento de conflito de interesse, concebido. | Zero | 1 | 0 (4) |
| P13 Programas de capacitação em processos administrativos e gestão por resultados, realizados. | Zero | 4 | 2 (5) |
| P14 Cursos sobre Gestão Pública e Regulação, realizados. | Zero | 6 | 46 (7) |

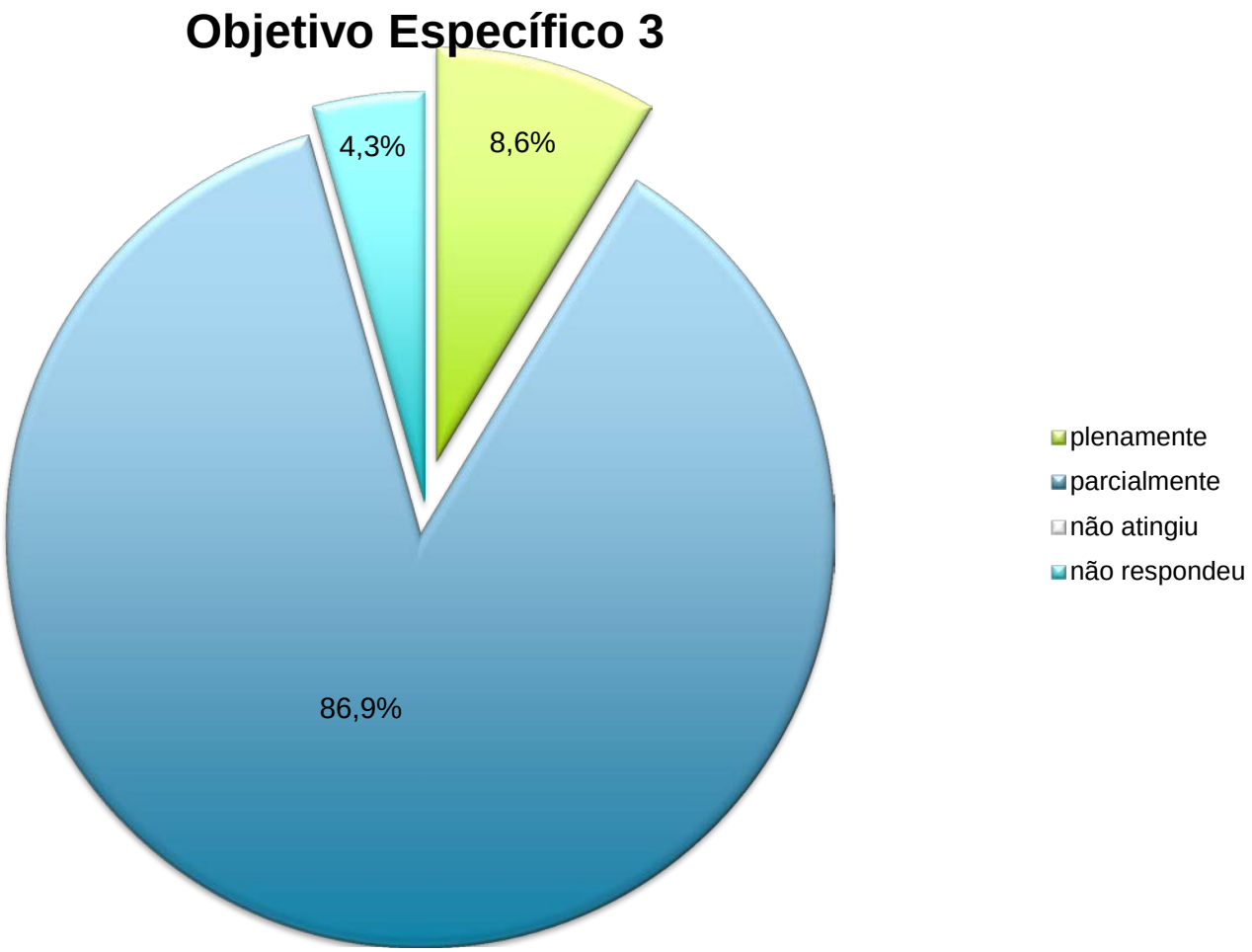
(4) não houve indicação de prioridade por parte das Ars
(5) custos muito elevados, em relação aos estimados
(7) não computado no PMR2012, do BID

# 1.2.3 OBJETIVO ESPECÍFICO 3 (cont.)

**Fortalecimento da autonomia, transparência e desempenho das ARs**

| Produtos | LB(2006) | Meta | Obtido |
|---|---|---|---|
| PXX Contratação de consultoria para diagnóstico da alocação dos quadros efetivos, terceirizados e comissionados, das ARs federais, realizada. | Zero | Zero | 1 |
| PYY Contratação de consultoria para estudo sobre os contratos de gestão das ARs federais, realizada. | Zero | Zero | 1 |

# 1.2.3 FORTALECIMENTO DA AUTONOMIA, TRANSPARÊNCIA E DESEMPENHO DAS ARs



# 1.2.4 OBJETIVO ESPECÍFICO 4

## Apoio aos mecanismos para o exercício do controle social

| Produtos | LB(2006) | Meta | Obtido |
|---|---|---|---|
| P15 Campanha de comunicação institucional de educação em regulação, realizada. | Zero | 1 | 0 (7) |
| P16 Diagnóstico das capacidades institucionais dos PROCONS estaduais, formulado. | Zero | 1 | 0 (8) |
| P17 Estudos sobre indicadores do SNDC, elaborados. | Zero | 2 | 2 |
| P18 Eventos de capacitação das ouvidorias, realizados. | Zero | 3 | 0 (9) |
| P19 Eventos de capacitação de funcionários de entidades públicas de defesa do consumidor, realizados. | Zero | 3 | 6 (10) |

(7) TdR elaborado, aquém do exigido pela Secretaria de Comunicação/ações desenvolvidas, em parte, por meio de site, boletins, livros, debates, seminários, oficinas e etc
(8) priorizada a ação de ajuste das planilhas do SINDEC
(9) não houve interesse por parte das ouvidorias
(10) não computado no PMR2012, do BID

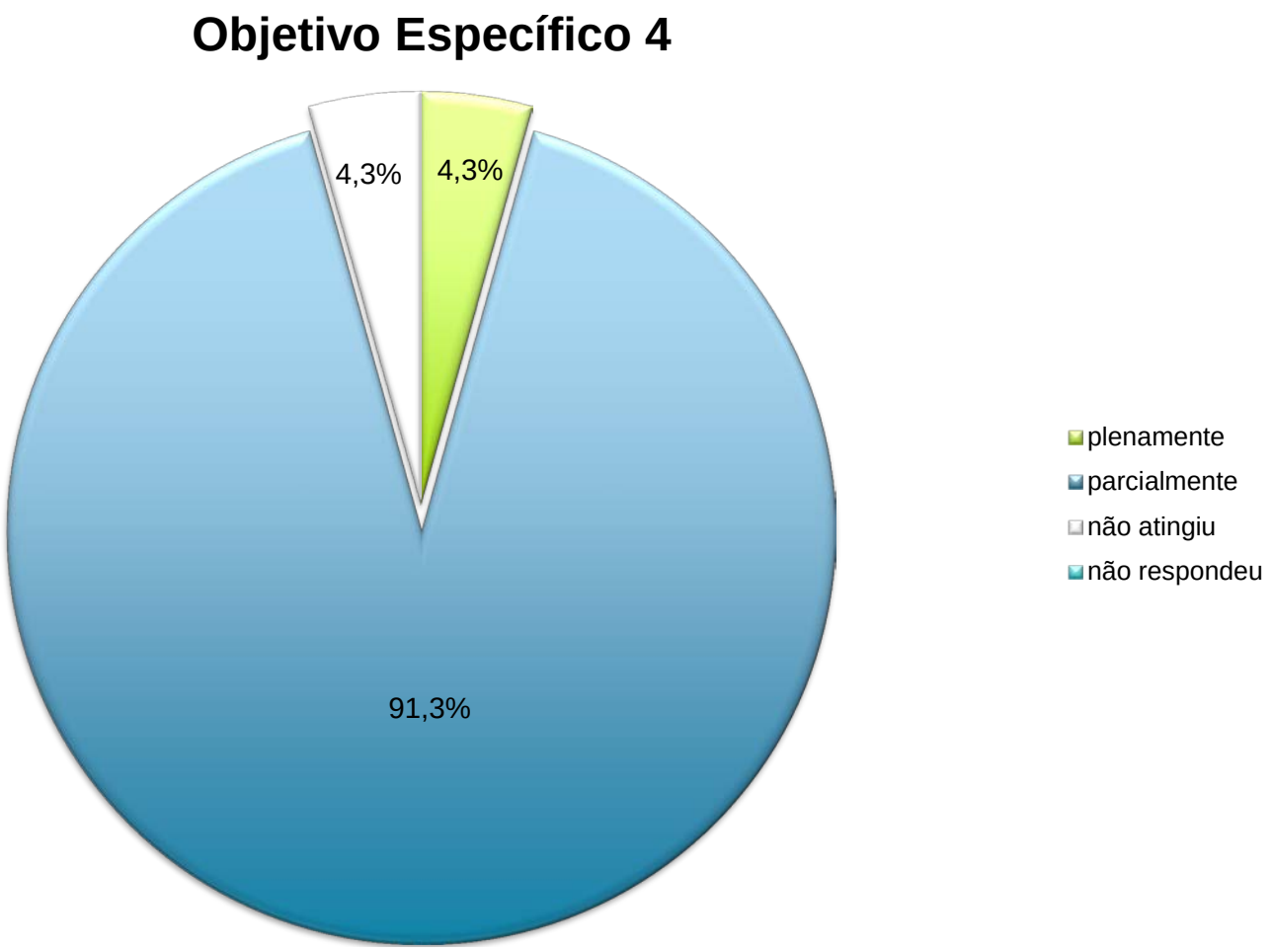
# 1.2.4 OBJETIVO ESPECÍFICO 4 (cont)

**Apoio aos mecanismos para o exercício do controle social**

| Produtos Planejados | LB(2006) | Meta | Obtido |
|---|---|---|---|
| P20 Eventos de capacitação de funcionários das ARs em temas de transparência, prestação de contas e participação social | Zero | 2 | 0 (11) |
| P21 Relatório de Monitoramento e Avaliação do Programa | Zero | 2 | 1 |

(11) tratado em várias atividades do Programa, como seminários, oficinas, workshops e encontros

# 1.2.4 APOIO AOS MECANISMOS PARA EXERCÍCIO DO CONTROLE SOCIAL



# 2.2 O QUE FUNCIONOU BEM?

- O envolvimento das ARs no planejamento das atividades.
- Os cursos ou treinamentos: (i) Regulação - Teoria e Prática; (ii) Avançado em Política Regulatória; e (iii) visitas de intercâmbio de experiências, no Brasil e no exterior.
- O ambiente criado de reflexão e debate sobre a regulação.
- A qualidade dos produtos oferecidos, em especial os projetos pilotos de análise AIR.
- As publicações e o material bibliográfico disponibilizados.
- A iniciativa das ARs em dar continuidade aos projetos pilotos de análise AIR e, além disso, institucionalizar o uso do instrumento.
- Embora não prevista, a capilaridade das ações com as ARs estaduais e municipais.
- Embora com quadro reduzido, o  apoio e a disponibilidade permanente do Pro-Reg.
- O *network* entre capacitados e entre os mesmos e os instrutores.

# 2.2 O QUE FUNCIONOU BEM? (cont.)

- O estabelecimento de um novo padrão de referência para as Ars, inexistente antes do Programa.
- A internalização, em outras áreas de governo, do alcance das atividades das ARs em gestão da regulação, proporcionando melhor definição das fronteiras de responsabilidades, a exemplo do TCU.
- O legado do Pro-Reg como um esboço de governança regulatória.

# 2.3 O QUE NÃO FUNCIONOU BEM?

- Os acordos para a implementação de produtos sem a governança direta do Pro-Reg: (i) instância colegiada de supervisão; (ii) instrumentos de desempenho e garantia de recursos para as ARs; e (iii) seleção de dirigentes.
- A falta de uma clara e consensuada opção do governo pela melhoria das práticas regulatórias e novas metodologias de avaliação da regulação.
- A falta de ambiente para se rediscutir o modelo de regulação por ARs.
- A falta de uma discussão mais aprofundada das fronteiras entre a autonomia das ARs e a supervisão de suas atividades regulatórias.
- A limitação do aprofundamento de temas especializados, como no caso da análise AIR.
- A falta de experiência internacional de alguns colaboradores externos.
- A limitação de oferta de vagas nos cursos de capacitação.
- Cursos muito teóricos e distantes da realidade de algumas ARs.

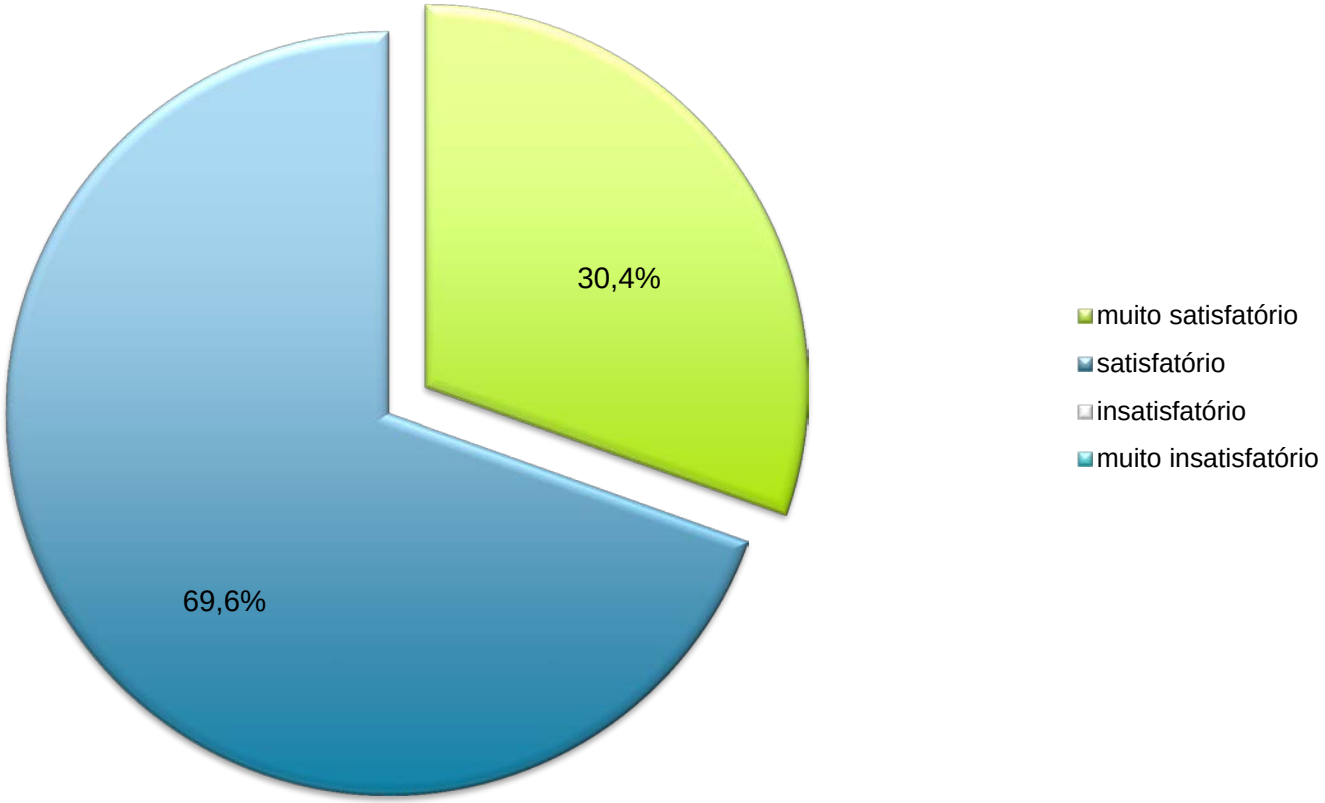
# 2.3 O QUE NÃO FUNCIONOU BEM? (cont)

- A falta de debate com os membros do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor (SNDC).
- A falta de representantes das ARs nas oficinas de Regulação e Defesa do Consumidor.
- A falta de *feedback* para as ARs, sobretudo nos casos das pesquisas em que as mesmas haviam sido envolvidas.
- O foco exclusivo nas ARs, reduzindo a capacitação prevista dos Ministérios em formulação de políticas.
- A ausência, não generalizada, de representantes dos Ministérios.
- A falta de implantação da rede governamental de melhoria regulatória.

# 2.4 QUAL A PRIORIDADE DOS PRODUTOS NÃO OBTIDOS?

- Os instrumentos de gestão e monitoramento de políticas e a definição da instância de assessoramento em temas regulatórios.
- A institucionalização de indicadores de qualidade regulatória e a introdução de um programa  anual com metas específicas.
- A demanda ainda existente de capacitação e treinamento em regulação básica e avançada.
- Promoção de um ciclo mais intensivo de cooperação técnica e intercâmbio com países da América Latina e Caribe.
- O fortalecimento dos comitês Gestor e Consultivo.
- Foco em qualidade regulatória na qualificação do corpo diretor das ARs.
- A ampliação da rede governamental de melhoria regulatória e o diagnóstico dos Procons, no atendimento aos consumidores.

# 2.5 DESEMPENHO DA UNIDADE EXECUTORA



# 3.1 QUAL A CAPACIDADE DAS ARs E OUTROS BENEFICIÁRIOS PARA SUSTENTAR OS RESULTADOS?

- Alta, no caso das ARs, pela capacidade  técnica instalada e pela compatibilidade  com suas atividades de fiscalização.
- Alta, dado a internalização nas ARs dos temas de transparência, participação social e análise AIR.
- Limitada, dos demais órgãos, por restrições financeiras.
- Depende do nivel de governança de cada uma das ARs.
- Depende de quadro de pessoal completo, capacitado e orçamentos adequados nas ARs.
- Depende de assistência, como no caso da análise AIR, para consolidar os resultados obtidos até então.
- Depende de marcos legais de melhorias regulatórias.
- Depende do alinhamento entre política e regulação setoriais.
- Depende de decisão política sobre o papel e modelo regulatório desejado do País, fora da governança das ARs.
- Depende dos recursos orçamentários alocados ao Pro-Reg para dar continuidade às ações de capacitação em AIR, gestão e regulação.

# 3.2 O QUE DEVE SER CONTINUADO PARA ASSEGURAR A SUSTENTABILIDADE DOS RESULTADOS?

- A capacitação das ARs e dos Ministérios, por no mínimo mais 4 anos ou até o amadurecimento dos mesmos.
- A definição de uma política clara de qualidade regulatória, com uma instituição coordenadora e a troca de experiências internacionais.
- O monitoramento da qualidade regulatória, até o alcance das metas.
- A implementação da análise AIR e a troca de experiências semestrais, por mais 2 anos.
- O uso da rede governamental de melhoria regulatória e a criação de eventos anuais ou bianuais de discussão.
- O sistema de monitoramento e avaliação das políticas públicas.
- Embora fora da governabilidade do Pro-Reg, a implantação do sistema de seleção da alta gerência das ARs.
- A melhoria dos processos de consultas públicas e a ampliação do uso de agendas regulatórias.
- O Pro-Reg expandido para os Estados e as campanhas de comunicação.

# 3.3 QUAL A PROBABILIDADE DE MANUTENÇÃO DOS RESULTADOS?

- O ambiente  criado é suficiente.
- Alta, exigindo ramificações do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor (SNDC).
- Alta, dado a internalização nas ARs dos temas de transparência, participação social e análise AIR.
- Média, com apoio da alta administração, mas com poucos recursos para a mobilização.
- Depende da vontade, cobrança das ARs e condições de execução.
- Depende da vontade política do centro de decisões do Governo Federal e do grau de *enforcement* sobre a melhoria regulatória no País.
- Depende da transparência, participação e *accountability* dos órgãos do poder executivo e de outras esferas de governo.
- Depende de uma instância interinstitucional de monitoramento, com a participação dos atores relevantes.

# 3.4 QUAIS OS RISCOS E AMEAÇAS À SUSTENTABILIDADE?

- O baixo nível de *enforcement* e um modelo dependente dos dirigentes.
- A descontinuidade do Pro-Reg.
- A descontinuidade das consultorias especializadas em análise AIR.
- A falta de adesão das ARs ou perda de credibilidade dos seus núcleos fomentadores ou fragmentação e compartimentalização das iniciativas.
- A falta de prioridade para qualidade regulatória e a estabilidade das regras.
- A falta de autonomia das ARs e o excesso de intervenção estatal.
- A falta ou perda de recursos humanos, financeiros e desinteresse dos dirigentes.
- A falta de percepção quanto à necessidade de melhoria contínua.
- A dificuldade de implementação de produtos cuja governança depende de acordos do Pro-Reg com outras instâncias de governo.
- As alterações estruturais nas ARs e retrocessos institucionais.
- A demora na redução dos custos e na melhoria da qualidade dos serviços.

# 4.1 LIÇÕES APRENDIDAS NA FORMULAÇÃO

- A estratégia prevista de sensibilização e disseminação do conhecimento foi bem sucedida.
- O caráter de dialogar com os parceiros para adesão vis-à-vis uma abordagem coercitiva atraiu as ARs.
- A necessidade de prever governança sobre os resultados do Pro-Reg, com acordos e compromissos com as ARs e Ministérios, para potencializar os resultados.
- A necessidade de fortalecer a parceria do Pro-Reg e os diversos órgãos governamentais e envolver as ARs estaduais e municipais.
- A necessidade de prever meios para melhorar a coordenação entre os responsáveis pelas políticas setoriais e os processos regulatórios.
- A necessidade de buscar acordos para equilibrar a autonomia das ARs com o controle e a avaliação dos seus resultados.

# 4.2 LIÇÕES APRENDIDAS NA EXECUÇÃO

- O amadurecimento progressivo dos debates sobre regulação no País.
- A confirmação de que, quando bem estruturado, é viável gerar convencimento e consenso em torno de novas idéias.
- A melhor utilização do modelo de governança do Pro-Reg, por comitês.
- A importância do envolvimento da sociedade organizada.
- O avanço na implementação da rede teria contribuído para perenizar o trabalho da melhoria regulatória.
- Um maior debate sobre a simplificação administrativa dos atos de regulação teria antecipado a redução dos seus custos.
- O projeto de comunicação para diferentes públicos, com campanhas de divulgação nacional, teria envolvido mais a sociedade.
- A eficácia de prever consultorias específicas, como nos projetos pilotos.
- A necessidade de prever cursos de especialização, mestrado e doutoramento em regulação.

# 4.2 LIÇÕES APRENDIDAS NA EXECUÇÃO

- O bom resultado da capacitação do Executor, por parte do Banco, no uso das políticas BID nas aquisições do Pro-Reg.
- O acúmulo de experiências e melhoria da capacidade, fundamentais para a continuidade do Pro-Reg em bases mais avançadas.
- A necessidade de serem utilizadas redes de multiplicadores para atender os diferentes quantitativos de demanda por capacitação das ARs.

# 4.3 INICIATIVAS PASSÍVEIS DE SEREM REAPLICADAS

- O programa como um todo, a bem do interesse público.
- O salto da qualidade regulatória e o esboço da governança regulatória obtidos.
- A expansão das atividades de capacitação do programa, para atender demandas regionalizadas, em todo o País.
- A capacitação e treinamento dos servidores com instrumentos práticos e teóricos sobre a regulação, como iniciativas de fomento à reflexão.
- O treinamento e os eventos dos atores diretamente envolvidos.
- A cooperação técnica e o intercâmbio de experiência com outros países.
- A criação de uma rede de regulação para interação de diferentes organismos, como por exemplo entre as ARs e os Ministérios.
- O trabalho do GT de qualidade regulatória.
- O monitoramento dos indicadores de qualidade regulatória, como meio de *enforcement* sobre as ARs na implantação de melhorias.
- O resultado obtido de maior visibilidade das ARs junto ao Poder Executivo, órgãos de controle e à sociedade civil.

Instituciones para la gente

BID

Banco Interamericano de Desarrollo / www.iadb.org

# ANEXO 3

# AVALIAÇÃO DO MUTUÁRIO

| Banco Interamericano de Desenvolvimento<br>Relatório de Término de Projeto – PCR 2013<br>Avaliação do Mutuário | |
|---|---|
| Nome do Projeto: Programa de Fortalecimento da Capacidade Institucional para Gestão em Regulação | |
| Número do Projeto: BR-L1047 | Número do Empréstimo: 1811/OC-BR |
| Agência(s) Executora(s): Casa Civil da Presidência da República | |
| Mutuário: República Federativa do Brasil | |
| Data de Aprovação do Projeto: 29/11/2006 | Data de Elegibilidade Total: 15/08/2008 |
| Data do Primeiro Desembolso: 06/07/2009 | Data do Último Desembolso: 16/05/2013 |
| Data de Avaliação do Mutuário: 28/05/2013 | Data da Reunião de Encerramento: 27/05/2013 |

## Classificação de Desempenho do Projeto do Mutuário

**Probabilidade de alcance dos Objetivo(s) de Desenvolvimento**

[ x ] **Muito Provável (MP)** [ ] Provável (P) [ ] Pouco Provável (PP) [ ] Improvável (I)

**Implementação do Projeto**

[ x ] **Muito Satisfatório (MS)** [ ] Satisfatório (S) [ ] Insatisfatório (I) [ ] Muito Insatisfatório (MU)

**Resultado de Sustentabilidade do Projeto**

[ x ] **Muito Provável (MP)** [ ] Provável (P) [ ] Pouco Provável (PP) [ ] Improvável (I)

**Comentários:**

## Desempenho do Mutuário

**Favor classificar seu desempenho durante a preparação e execução do projeto**

[ x ] **Muito Satisfatório (MS)** [ ] Satisfatório (S) [ ] Insatisfatório (I) [ ] Muito Insatisfatório (MU)

**Comentários: A articulação com os apoiadores externos ao Programa (Secretaria de Administração da PR, de Ministérios, do TCU, da representação de defesa dos consumidores e dos empresários) favoreceu de maneira significativa para que o Programa pudesse alcançar os objetivos propostos; além do mais foi estabelecida uma excelente parceria com a área técnica do BID, o que colaborou, também, para a boa execução das ações planejadas.**

**Favor classificar o desempenho do Banco durante a preparação e execução do projeto: Talvez mais dos que os valores alocados para o Programa por meio do Contrato de Empréstimo, mais expressivo foi apoio e a cooperação técnica ao BID ao Programa. Houve uma quase que perfeita sintonia entre o planejado e o executado e, para tanto, a presença dos representantes técnicos do BID foi de fundamental importância para levar o Programa a bom termo.**

[x ] **Muito Satisfatório (MS)** [ ] Satisfatório (S) [ ] Insatisfatório (I) [ ] Muito Insatisfatório (MU)

## Sugestões Adicionais para Melhorar o Desempenho do Banco

**Comentários adicionais/sugestões para melhoria do desempenho do Banco no futuro: Sugere-se que o Banco articule melhor a etapa inicial de execução dos projetos: a começar pela missão de arranque dos projetos; isso em razão de que a burocracia estatal tem dificuldade em aceitar os processos e procedimentos mais expeditos oferecidos pela aplicação da legislação do Banco, em contraponto à legislação, aqui, no caso, brasileira (Lei nº 8.666/1993)**

**ANEXO 4**

**ALTERAÇÃO DO CONTRATO**

I. Recomendação COFIEX nº 608, de 10 de novembro de 2010
II. CSC/CBR – 4773/210, do BID, de 16 de dezembro de 2010

**MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO**
**COMISSÃO DE FINANCIAMENTOS EXTERNOS**
**GRUPO TÉCNICO DA COMISSÃO DE FINANCIAMENTOS EXTERNOS - GTEC**

**205.ª Reunião**

**RECOMENDAÇÃO N.º** 608, 10 **de** Novembro **de 2010**

O Grupo Técnico da COFIEX, reunido em 10 de novembro de 2010, no uso de suas atribuições conferidas pelo inciso II do art.10, e do art.12 da Resolução COFIEX n.º 290, datada de 21 de setembro de 2006, referente ao Regimento Interno da COFIEX, bem como pelo art. 7.º da Resolução COFIEX n.º 291, datada de 21 de setembro de 2006, relativa ao Regimento Interno do GTEC,

**RECOMENDA**

Ao Presidente da COFIEX:

Aprovar o pleito da Presidência da República relativo ao "Projeto de Fortalecimento da Capacidade Institucional para Gestão em Regulação" - Acordo de Empréstimo nº 1811/OC-BR junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, no que diz respeito a(o): i) prorrogação do prazo de desembolso dos recursos, de até 23 de novembro de 2011 para até 23 de maio de 2013; e (ii) remanejamento de recursos entre categorias de gastos, conforme quadro anexo.

**Carlos Augusto Vidotto**
**Secretário-Executivo**

Decisão:
De acordo. Submeter ao Ministro da Fazenda, para análise e deliberação, e comunicação às demais autoridades competentes.
Em de de 2010

**João Bernardo de Azevedo Bringel**
**Presidente**

BID-BRASIL (Arquivo) 22-nov-2010-11:55- 028578-2/2

Anexo à Recomendação GTEC nº 608 , de 10 de novembro de 2010.

**Programa de Fortalecimento da Capacidade Institucional para a Gestão em Regulação**

**Contrato de Empréstimo nº 1811/OC-BR**

Quadro Remanejamento de Recursos em US$

| Categoria | Anexo A – Contrato de Empréstimo | | Remanejamento | | Situação após remanejamento | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | BID | Local | BID | Local | BID | Local |
| Fortalecimento da capacidade de formulação e análise de políticas | 259.000,00 | 505.000,00 | (148.000,00) | (470.000,00) | 111.000,00 | 35.000,00 |
| Melhoria de coordenação e alinhamento estratégico entre políticas setoriais e processo regulatório | 1.165.000,00 | 99.000,00 | 1.083.000,00 | 1.421.000,00 | 2.248.000,00 | 1.520.000,00 |
| Fortalecimento da autonomia, transparência e desempenho das agências reguladoras | 1.820.000,00 | 93.000,00 | (612.000,00) | 864.000,00 | 1.208.000,00 | 957.000,00 |
| Apoio aos mecanismos para o exercício do controle social | 697.000,00 | 1.747.000,00 | (253.000,00) | (1.666.000,00) | 244.000,00 | 181.000,00 |
| Custos Correntes - Avaliação | 39.000,00 | - | - | - | 49.000,00 | - |
| Custos Financeiros | | 350.000,00 | | (210.000,00) | | 140.000,00 |
| Gerenciamento e Administração | | 305.000,00 | | (298.000,00) | | 7.000,00 |
| Imprevistos | | 250.000,00 | | (241.000,00) | | 9.000,00 |
| | 3.850.000 | | | | 3.850.000 | |

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO
REPRESENTACION EN BRASIL

**CSC/CBR - 4773 / 2010**

Brasília, 16 de dezembro de 2010.

À Sua Senhoria a Senhora
**Sônia de Almendra Freitas Portella Nunes**
Coordenadora Geral de Operações Especiais Financeiras da União
Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN
Ministério da Fazenda
Ed. Sede – Bloco P – 8º andar – sala 805
**70048-900 Brasília -DF**

**Ref.: Empréstimo nº 1811/OC-BR. Programa de Fortalecimento da Capacidade Institucional para Gestão em Regulação – PRO-REG. Prorrogação do Prazo para Último Desembolso e Remanejamento de Recursos.**

Senhora Coordenadora,

Temos a satisfação de nos dirigir a Vossa Senhoria para informar que, de acordo com o Parecer PGFN/COF/Nº 2661/2010, de 13/12/2010 e comunicação da Secretaria do Tesouro Nacional, de 08 de Dezembro de 2010 por meio do Parecer nº 1893/2010/GEOPE/CODIP/STN, a COFIEX autorizou a prorrogação do prazo de desembolso referente ao Programa de Fortalecimento da Capacidade Institucional para Gestão em Regulação, até 23 de maio de 2013, assim como o remanejamento de recursos entre as categorias de investimento.

Sendo assim, a presente comunicação tem por finalidade formalizar a modificação aqui indicada. Portanto, muito agradeceríamos a gentileza de nos devolver uma das vias da presente correspondência devidamente assinada, formalizando desta forma, a referida modificação, que entrará em vigor na data em que tenha assinado o último dos signatários, conforme indicado.

Ministério da Fazenda
Fls: 684
Secretaria-Geral/COF

CBR-4773/2010

Sem outro particular, aproveitamos a oportunidade para reiterar nossos protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

**Fernando Carrillo-Flórez**
Representante do BID no Brasil

De acordo:
Mutuário:
Nome: Sonia Dib de Souza e Silva
Cargo: PROCURADORA DA FAZENDA NACIONAL
Data: 05 JAN 2011
Local: Brasília - DF

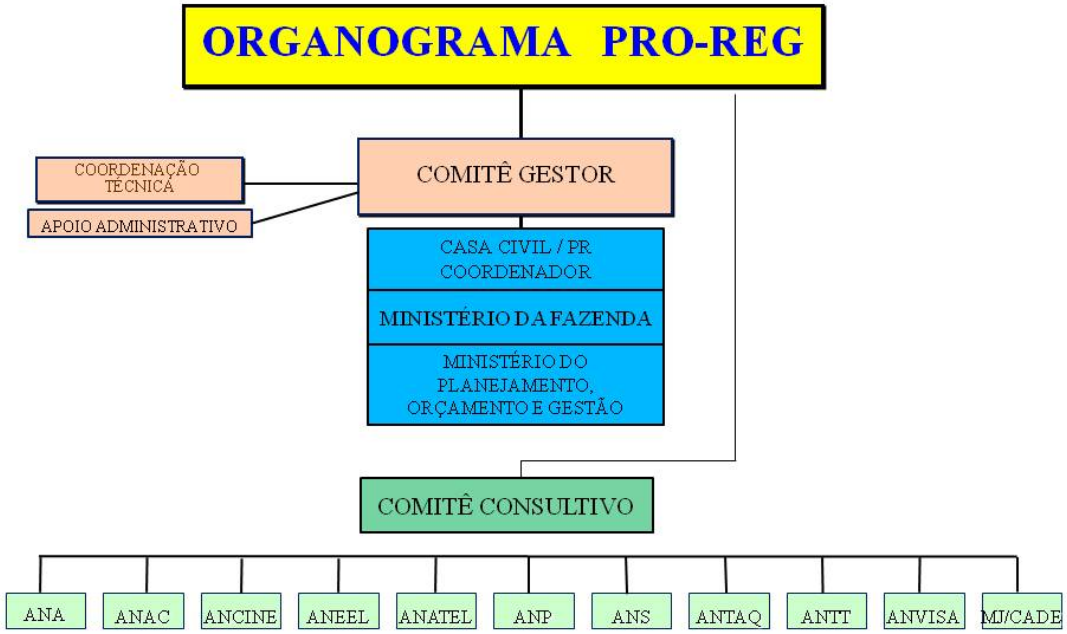
c.c: SEAIN
CASA CIVIL
ICS/MCS
FIN

COORDENAÇÃO - GERAL DE OPERAÇÕES FINANCEIRAS DA UNIÃO
É CÓPIA FIEL DO ORIGINAL
EM 05/01/2011
Maria Santana Chagas
ID/SIAPE 0095320

**ANEXO 5**

**ARRANJO INSTITUCIONAL E QUANTITATIVOS DO PROGRAMA (PMR 2012 EM ANEXO)**

## 1. ARRANJO INSTITUCIONAL DO PROGRAMA




### O Programa

O Programa de Fortalecimento da Capacidade Institucional para Gestão em Regulação (PRO-REG), foi instituido pelo Decreto 6.062 de 16 de março de 2007, com a finalidade de contribuir para a melhoria do sistema regulatório, da coordenação entre as instituições que

participam do processo regulatório exercido no âmbito do Governo Federal, dos mecanismos de prestação de contas e de participação e monitoramento por parte da sociedade civil e da qualidade da regulação de mercados.

**O Comitê Gestor (CGP)**

Tal como indicado no Decreto o Comitê Gestor do PRO-REG é composto por um representante titular e suplente, dos seguintes órgãos: (I) Casa Civil da Presidência da República; (II) Ministério da Fazenda; e (III) Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

**O Comitê Consultivo (CCP)**

Da mesma maneira, o Comitê Consultivo do PRO-REG é composto por um representante, titular e suplente, de cada uma das agências reguladoras referidas em anexo à Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004, e dos Ministerios aos quais estão vinculadas, do Ministério da Justiça e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).

**O Apoio Técnico-Administrativo**

O apoio técnico-administrativo ao PRO-REG será de responsabilidade da Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais da Casa Civil da Presidência da República.

**As Agências Reguladoras (ARs)**

As Agências Reguladoras Federais indicadas no anexo da Lei nº 10.871, são as seguintes:

ANA, ANATEL, ANCINE, ANEEL, ANP, ANS, ANTAQ, ANTT, ANVISA e ANAC

A base legal de criação das Agências Reguladoras Federais, por ordem de criação, é a seguinte:

| **Agência** | **Base Legal e Data de Criação** |
|---|---|
| Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL | Lei nº 9.427, de 2 de dezembro de 1996 |
| Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP | Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997 |
| Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL | Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 |
| Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA | Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999 |
| Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS | Lei nº 9.961, de 26 de janeiro de 2000 |
| Agência Nacional de Águas - ANA | Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000 |
| Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ | Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 |

| | |
|---|---|
| Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT | Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 |
| Agência Nacional de Cinema - ANCINE | Medida Provisória nº 2.228-1 de 6 de setembro de 2001 |
| Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC | Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005 |

**O CADE**

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) é uma autarquia federal, vinculada ao Ministério da Justiça, que exerce, em todo o Território nacional, as atribuições dadas pela Lei nº 15.529/2011.

O CADE tem a missão de zelar pela livre concorrência no mercado, sendo a entidade responsável, no âmbito do Poder Executivo, não só por investigar e decidir, em última instância, sobre a matéria concorrencial, como também fomentar a disseminar a cultura da livre concorrência. Atua em três funções: (i) preventiva – analisar e posteriormente decidir sobre as fusões, aquisições de controle, incorporação e outros atos de concentração econômica entre grandes empresas que possam colocar emm risco a livre concorrência; (ii) repressiva – investigar, em todo o território nacional, e posteriormente julgar cartéis e outras condutas nocivas à livre concorrência; e (iii) educacional e pedagógica – instruir o público em geral sobre as diversas condutas que possam prejudicar a livre concorrência; incentivar e estimular estudos e pesquisas acadêmicas sobre o tema, firmando parcerias com universidades, institutos de pesquisa, associações e órgãos do governo; realizar ou apoiar cursos, palestras, seminários e eventos relacionados ao assunto; editar publicações, como a Revista de Direito da Concorrência e cartilhas.

## 2. QUANTITATIVOS DO PROGRAMA

Os Quadros I e II a seguir apresentam os quantitativos do Programa, bem como uma análise do que falta fazer, tanto segundo o Marco Lógico original, como segundo os Produtos do PMR, associados ao Marco Lógico original:

| **Quadro I - O quê falta fazer, segundo o Marco Lógico original** |
|---|

| Objetivo | Indicador e Meta ao final do Programa | Estado da Arte |
|---|---|---|
| Eixo I – Fortalecer a capacidade dos ministérios em formular, monitorar e avaliar políticas setoriais que afetam mercados regulados | Indicador: servidor capacitado<br>Meta: Ao menos 80% dos 550 servidores capacitados | Resultado: 3.538 servidores capacitados<br>Análise: **Meta cumprida e largamente superada**. |
| Eixo II – Melhorar o alinhamento entre as políticas setoriais e os processos regulatórios | Indicador: nº de agências com novos instrumentos de gestão e coordenação<br>Meta: Ao menos 6 (seis) agências federais | Resultado: 8 (oito) agências federais implantaram novos instrumentos de gestão<br>Análise: **Meta cumprida** |
| Eixo III – Fortalecer a autonomia, transparência e desempenho das agências reguladoras | Indicador: Índice Qualidade Regulatória Ampliada – Subíndice Autonomia e Transparência<br>Meta: De 0,19 para 0,35 | Resultado: 0,29<br>Análise: **Meta não cumprida**, em que pese estar em evolução |
| Eixo IV – Apoiar os mecanismos para o exercício do controle social | Indicador: Número de participantes em audiências públicas<br>Meta: Ampliação de 50%, ano após ano. | Resultado: 4 (quatro) agências superaram a meta<br>Análise: **Meta cumprida parcialmente** |

| **Quadro II - O quê falta fazer, segundo os produtos do PMR, associados ao Marco Lógico original** | | | |
|---|---|---|---|
| **Objetivo** | **Indicador** | **Meta** | **Obtido dez 2012** |
| Eixo I | **P1** Funcionários dos ministérios capacitados em formulação e análise de política<br>**P2** Diagnóstico de processos de formulação e análise de | 1.000<br>1 | 3.538<br>1 |

| | | | |
|---|---|---|---|
| | políticas públicas em mercados regulados, formulado<br>**P3** Sistema de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas em mercados regulados, desenvolvido | 1 | 0 |
| Eixo II | **P4** Proposta de Unidade de Coordenação de assuntos regulatórios, elaborada<br>**P5** Proposta de instância colegiada independente de assessoramento ao Poder Executivo em temas regulatórios, elaborada<br>**P6** Rede governamental de melhoria regulatória, concebida<br>**P7** Proposta de implantação da análise de AIR, elaborada<br>**P8** Instrumentos de gestão que apóiem acordos sobre objetivos das políticas setoriais, o desempenho das agências e a garantia de recursos, concebida<br>**P9** Eventos de capacitação de funcionários das Agências e Ministérios sobre instrumentos de gestão, realizada | 1<br>1<br>1<br>1<br>5<br>1 | 1<br>0<br>1<br>1<br>9<br>19 |
| Eixo III | **P10** Programas de capacitação de funcionários em AIR, realizados<br>**P11** Sistema de seleção da alta gerência das Agências Reguladoras baseado em requisitos, implementado<br>**P12** Mapa de risco para prevenção de irregularidades e tratamento de conflito de interesse, concebido<br>**P13** Programas de capacitação em processos administrativos e gestão por resultados realizados<br>**P14** Cursos sobre Gestão Pública e Regulação realizados<br>PXX Contratação de consultoria para diagnóstico da alocação de quadros efetivos, terceirizados e comissionados, das ARs federais, realizada<br>PYY Contratação de consultoria para estudo sobre os contratos de gestão das ARs federais, realizada | 1<br>1<br>1<br>4<br>6<br>0<br>0 | 11<br>1<br>0<br>2<br>46<br>1<br>1 |

| | | | |
|---|---|---|---|
| Eixo IV | **P15** Campanha de comunicação institucional de educação em regulação, realizada<br>**P16** Diagnóstico das capacidades institucionais dos PROCONS estaduais, elaborado<br>**P17** Estudo sobre indicadores do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, elaborado<br>**P18** Eventos de capacitação das ouvidorias realizado<br>**P19** Eventos de capacitação de funcionários de entidades públicas de defesa do consumidor realizados<br>**P20** Eventos de capacitação de funcionários das Agências em temas de transparência, prestação de contas e participação social | 1<br>1<br>2<br>3<br>3<br><br>2 | 0<br>0<br>2<br>0<br>6<br><br>0 |
| Outros | **P21** Relatório de Monitoramento e Avaliação | 2 | 1 |

Conclusões:

1. De acordo com o estado da arte do Quadro I <u>as metas relativas aos Eixos I, II, III e IV do Programa, relativamente ao Marco Lógico original, foram substancialmente cumpridas</u>.

2. O mesmo pode-se afirmar com relação ao estado da arte do Quadro II em que os Eixos I, II, III e IV foram associados a produtos, tal como se monitora o Programa pelo PMR (ver PMR de 2010 – 2º período, logo a seguir).

3. Exceto o Produto **P5**, relativamente à proposta de criação de uma Instância Colegiada Independente de Assessoramento ao Poder Executivo, que não depende exclusivamente do Executor e poderá demandar um tempo maior de discussão com os atores envolvidos, os demais produtos poderão ter suas metas cumpridas nos próximos anos, na sua plenitude, com a continuidade da execução do Programa, como previsto pelo Mutuário.

# RELATÓRIO DE MONITOREIO DE PROGRESSO

BR-L1047 - Strengthening of Institutional Capacity for Regulatory Management
2012 2º período com fechamento em (7-Mai-2013)
Última Atualização do PMR: 01/04/2013

Banco Interamericano de Desenvolvimento - IDB

Escritório de Planejamento Estratégico e Efetividade no Desenvolvimento
Validado pelo Chefe de Divisão: 02/04/2013
Validado pelo Representante do País: 12/04/2013

## Dados Básicos

### Fundos Disponíveis (US$)

| | Empréstimo |
|---|---|
| Atual | 3.850.000,00 |
| Desembolsado | 2.509.199,71 |
| % Desembolsado | 65,17 |
| Saldo | 1.340.800,29 |

### Datas

| | | | |
|---|---|---|---|
| Data Aprovação: | 29-nov-2006 | Prazo Último Desembolso Original: | 23-nov-2011 |
| Data Assinatura: | 23-nov-2007 | Prazo Último Desembolso Vigente: | 23-may-2013 |
| Data Efetivação: | 23-nov-2007 | Extensão acumulada (meses): | 18 |
| Data Elegibilidade: | 15-ago-2008 | Extensão especial (meses): | |
| Data Primeiro Desembolso: | 06-jul-2009 | | |

### Dados Gerais

| | | | |
|---|---|---|---|
| Número da Operação: | 1811/OC-BR | | |
| Executor: | CASA CIVIL DE LA PRESIDENCIA DE LA REPUBLICA DE BRASIL | | |
| Chefe de Equipe: | Camarano, Claudete | | |
| Tipo Operação: | INV - Investimento | Operação Relacionada: | |
| Subtipo de Operação: | SEF - Sector Facility | | |
| Instrumento de Crédito: | Investment | | |
| Mutuário: | REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL | | |
| Setor: | REFORM / MODERNIZATION OF THE STATE-TRANSPARENCY AND ANTI-CORRUPTION | | |
| Estágio: | Approved | Status de Projeto: | DI |

### IDB-8 Mandatos de Financiamento

( ) Investimentos áreas pobres
( ) Reforço na igualdade social

### IDB-9 Metas de Empréstimos

( ) Países pequenos e vulneráveis
( ) Redução da pobreza e aumento da equidade
( ) Alterações climáticas, energia sustentável e sustentabilidade ambiental
( ) Cooperação e integração regional

### Fonte

| | |
|---|---|
| Original BID: | 3.850.000,00 |
| Corrente BID: | 3.850.000,00 |
| Pari-passu: | 57,00 |
| Cofinanciamento/País: | 2.850.000,00 |
| Período de Amortização (meses): | 186 |

### Custo Total do Projeto

| | |
|---|---|
| Original Estimado: | 6.700.000,00 |

### Categoria do impacto social

Categoria do impacto social: C(R)

### Reformulação

( ) Os objetivos do projeto foram reformulados?
Data da Aprovação pela Diretoria:

### Avaliação (dados importados do DEM)

( ) Reflexivo (antes/depois)

### Desempenho Econômico

Wondershare™

( ) Pouco experimental
( ) Experimental
( ) Custo-eficácia
( ) Taxa de retorno econômico

## Dados Básicos

**Objetivo do Projeto:**
**Melhorar a qualidade da regulação de mercados exercida pelo Governo Federal**

## Impactos

**Impacto:** Qualidade da regulação geral exercida pelo Governo Federal melhorada

| Indicador | Unidade Medida | Linha Base | Ano Linha Base | | Final do Projeto |
|---|---|---|---|---|---|
| Indicador de Qualidade Regulatória Ampliada (IQRA) das agências reguladoras federais | Índice | 0,35 | 2006 | PA | 0,65 |

## Meios de verificação e observações de indicadores de Impactos

| | |
|---|---|
| **Impacto:** | Qualidade da regulação geral exercida pelo Governo Federal melhorada |

| Indicador | Unidade Medida | Meios de Verificação | Observações |
|---|---|---|---|
| Indicador de Qualidade Regulatória Ampliada (IQRA) das agências reguladoras federais | Índice | Informe do Comite Gestor do Programa | |

## Resultados

| | |
|---|---|
| **Resultado:** | Calidad de la regulación sectorial realizada por las agencias del Gobierno Federal mejorada. |
| **Observações:** | Em decorrência do Programa, 4 agências reguladoras federais (entre 10) estão implantando análise de impacto regulatório. |

| Indicador | Unidade Medida | Linha Base | Ano Linha Base | | Acumulado 2007 - 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | Final do Projeto |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Índice Global de Competitividade - Pilar Institucional | Índice | 3,38 | 2006 | P | | 3,50 | 3,72 | 3,72 | 3,72 | 3,72 | 3,72 |
| | | | | A | | | 3,58 | | 3,80 | | |
| Índice Geral de Competitividade - Pilar Infra-estrutura | Índice | 3,20 | 2006 | P | | 3,50 | 3,46 | 3,46 | 3,46 | 3,46 | 3,45 |
| | | | | A | | | 4,02 | | 4,00 | | |
| Súbíndice de Autonomia e Transparência | Subíndice | 0,19 | 2006 | P | | 0,26 | 0,35 | 0,35 | 0,35 | 0,35 | 0,35 |
| | | | | A | | | 0,25 | | 0,29 | | |

## Meios de verificação e observações de indicadores de Resultados

| | |
|---|---|
| **Resultado:** | Calidad de la regulación sectorial realizada por las agencias del Gobierno Federal mejorada. |
| **Observações:** | Em decorrência do Programa, 4 agências reguladoras federais (entre 10) estão implantando análise de impacto regulatório. |
| | |
| | |

| | | | |
|---|---|---|---|
| Índice Global de Competitividade - Pilar Institucional | Índice | Gobal Competitiveness Report of the World Economic Forum | (melhoria de 10%) |
| Índice Geral de Competitividade - Pilar Infra-estrutura | Índice | Global Competitiveness Report of the World Economic Forum | (melhoria de 8%) |
| Súbíndice de Autonomia e Transparência | Subíndice | Informe del Comite Gestor del Programa | |
| | | | |

## Produtos

| Produto | Unidade Medida | | | Acumulado 2007 - 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | Final do Projeto |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Título Componente: Fortalecimento da Capacidade de Formulação e Análise de Políticas** | | | | | | | | | | |
| Funcionarios dos Ministerios capacitados em formulação e análise de políticas | Funcionários | | P | | | | 1.000 | | | 1.000 |
| | | | A | | | 1.544 | 1.034 | | | |
| Diagnóstico dos processos de formulação e análise de políticas públicas em mercados regulados formulado | Diagnóstico | | P | | | | 1 | 1 | | 1 |
| | | | A | | | | | 1 | | |
| Sistema de monitoria e avaliação de políticas públicas em mercados regulados desenvolvido | Sistema | | P | | | | 1 | 1 | | 1 |
| | | | A | | | | | | | |
| **Título Componente: Melhoria da Coordenação e Alinhamento entre Políticas Setoriais e Processo Regulatório** | | | | | | | | | | |
| Proposta de Unidade de Coordenação de assuntos regulatórios elaborada | Proposta | | P | | | | 1 | | | 1 |

| | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Proposta de Unidade de Coordenação de assuntos regulatórios elaborada | Proposta | | A | | | 1 | | | | |
| Proposta de instância colegiada independente de assessoaramento ao Poder Executivo em temas regulatórios elaborada | Proposta | | P | | | | 1 | | | 1 |
| | | | A | | | | | | | |
| Rede governamental de melhoria regulatória desenhada | Rede | | P | | | | 1 | 1 | | 1 |
| | | | A | | | | | 1 | | |
| Proposta de implantação da Análise de Impacto Regulatório (AIR) elaborada | Proposta | | P | | | | 1 | | | 1 |
| | | | A | | | 1 | | | | |
| Eventos de capacitação de funcionários das agencias e Ministerios sobre instrumentos de gestão realizados | eventos de capacitação | | P | | | | 1 | 1 | | 5 |
| | | | A | | | 1 | 3 | 5 | | |
| Instrumentos de gestão que apóiem acordos sobre objetivos das políticas setoriais, o desempenho das agências e a garantia de recursos desenhados | Instrumentos | | P | | | | 1 | | | 1 |
| | | | A | | | 1 | 18 | | | |
| **Título Componente: Fortalecimento da Autonomia, Transparência e Desempeho das Agências Reguladoras** | | | | | | | | | | |
| Programa de capacitação de funcionarios em Análise de Impacto Regulatório realizado | Programa | | P | | | | | 5 | | 1 |
| | | | A | | | 1 | 5 | 5 | | |
| Sistema de seleção da alta gerência das agências reguladoras baseado em requisitos implementado | Sistema | | P | | | | | 1 | | 1 |
| | | | A | | | | | 1 | | |
| Mapa de risco para prevenção de irregularidades e tratamento de conflito de interesse desenhado | Mapa de risco | | P | | | | | 1 | | 1 |
| | | | A | | | | | | | |
| Programas de capacitação em processos administrativos e gestão por resultados realizados | programa | | P | | | | 1 | 2 | | 4 |
| | | | A | | | 1 | 1 | | | |
| Cursos sobre Gestão Pública e Regulação realizados | Cursos | | P | | | | | 21 | | 6 |
| | | | A | | | | 19 | 21 | | |
| Contratação de consultoria para apresentação de diagnóstico da alocação dos quadros efetivos, terceirizados, comissionados das agências reguladoras federais | Consultoria | | P | | | | | | | 0 |
| | | | A | | | | | 1 | | |
| Contratação de consultoria para apresentação de estudo sobre os contratos de gestão no âmbito das agências reguladoras federais | Consultoria | | P | | | | | | | 0 |
| | | | A | | | | | 1 | | |
| **Título Componente: Apoio aos Mecanismos para o exercício do Controle Social** | | | | | | | | | | |
| Campanha de comunicação institucional de educação em regulação realizada | Campanha | | P | | | | | 1 | | 1 |
| | | | A | | | | | | | |
| Diagnóstico das capacidades institucionais dos PROCONs estaduais formulado | Diagnóstico | | P | | | | | 1 | | 1 |
| | | | A | | | | | | | |
| Estudo sobre Indicadores do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor elaborado | estudo | | P | | | | 1 | | | 2 |
| | | | A | | | 1 | 1 | | | |
| Eventos de capacitação das Ouvidorias realizados | evento | | P | | | | | 3 | | 3 |
| | | | A | | | | | | | |
| Eventos de capacitação de funcionarios de entidades públicas de defesa do consumidor realizados | eventos de capacitação | | P | | | | | 2 | | 3 |

| | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Eventos de capacitação de funcionarios de entidades públicas de defesa do consumidor realizados | eventos de capacitação | | A | | | | 1 | 2 | | |
| Eventos de capacitação de funcionarios das agencias em temas de trasnparencia, orestação de contas e participação social | evento de capacitação | | P | | | | | 2 | | 2 |
| | | | A | | | | | | | |
| **Título Componente: Administração e Custos Financeiros** | | | | | | | | | | |
| Relatório de Monitoria e Avaliação | relatório | | P | | | | 1 | 1 | | 2 |
| | | | A | | | | 1 | | | |

## Custos

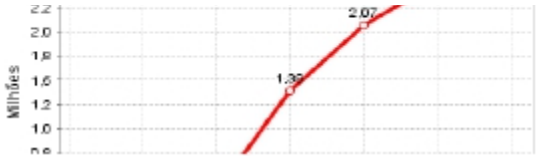
(US$ 000)

| Produtos | Custo Total US$ | | Acumulado 2007 - 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | Progresso até a Data |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Título Componente: Fortalecimento da Capacidade de Formulação e Análise de Políticas** | | | | | | | | | |
| Funcionarios dos Ministerios capacitados em formulação e análise de políticas | 60 | P | | 39 | 80 | 500 | | | |
| | | A | | | 60 | | | | 60 |
| Diagnóstico dos processos de formulação e análise de políticas públicas em mercados regulados formulado | 51 | P | | | | 200 | 51 | 22 | |
| | | A | | | | | 32 | | 32 |
| Sistema de monitoria e avaliação de políticas públicas em mercados regulados desenvolvido | 36 | P | | | | | 36 | | |
| | | A | | | | | | | |
| **Título Componente: Melhoria da Coordenação e Alinhamento entre Políticas Setoriais e Processo Regulatório** | | | | | | | | | |
| Proposta de Unidade de Coordenação de assuntos regulatórios elaborada | 62 | P | | | | 100 | | | |
| | | A | | | | 62 | | | 62 |
| Proposta de instância colegiada independente de assessoaramento ao Poder Executivo em temas regulatórios elaborada | 0 | P | | | | 100 | | | |
| | | A | | | | | | | |
| Rede governamental de melhoria regulatória desenhada | 353 | P | | | | 201 | 353 | | |
| | | A | | | | | 47 | | 47 |
| Proposta de implantação da Análise de Impacto Regulatório (AIR) elaborada | 100 | P | | | | 100 | 59 | | |
| | | A | | | 41 | | | | 41 |
| Eventos de capacitação de funcionários das agencias e Ministerios sobre instrumentos de gestão realizados | 3.167 | P | | | | 780 | 1.687 | | |
| | | A | | | 896 | 583 | 477 | | 1.956 |
| Instrumentos de gestão que apóiem acordos sobre objetivos das políticas setoriais, o desempenho das agências e a garantia de recursos desenhados | 86 | P | | | | 100 | | | |
| | | A | | | 86 | | | | 86 |
| **Título Componente: Fortalecimento da Autonomia, Transparência e Desempeho das Agências Reguladoras** | | | | | | | | | |
| Programa de capacitação de funcionarios em Análise de Impacto Regulatório realizado | 1.224 | P | | | | | 843 | 72 | |
| | | A | | | 180 | 202 | 127 | | 509 |
| Sistema de seleção da alta gerência das agências reguladoras baseado em requisitos implementado | 57 | P | | | | | 57 | | |
| | | A | | | | | 42 | | 42 |
| Mapa de risco para prevenção de irregularidades e tratamento de conflito de interesse desenhado | 75 | P | | | | | 75 | | |
| | | A | | | | | | | |
| Programas de capacitação em processos administrativos e gestão por resultados realizados | 453 | P | | | | 505 | 410 | | |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Programas de capacitação em processos administrativos e gestão por resultados realizados | 453 | A | | | 43 | | | | 43 |
| Cursos sobre Gestão Pública e Regulação realizados | 356 | P | | | | | 217 | | |
| | | A | | | | 139 | 126 | | 265 |
| Contratação de consultoria para apresentação de diagnóstico da alocação dos quadros efetivos, terceirizados, comissionados das agências reguladoras federais | 70 | P | | | | | | 48 | |
| | | A | | | | | 22 | | 22 |
| Contratação de consultoria para apresentação de estudo sobre os contratos de gestão no âmbito das agências reguladoras federais | 61 | P | | | | | | 47 | |
| | | A | | | | | 14 | | 14 |
| **Título Componente: Apoio aos Mecanismos para o exercício do Controle Social** | | | | | | | | | |
| Campanha de comunicação institucional de educação em regulação realizada | 49 | P | | | | | 49 | | |
| | | A | | | | | | | |
| Diagnóstico das capacidades institucionais dos PROCONs estaduais formulado | 59 | P | | | | | 59 | | |
| | | A | | | | | | | |
| Estudo sobre Indicadores do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor elaborado | 109 | P | | | | | 50 | | |
| | | A | | | | 59 | | | 59 |
| Eventos de capacitação das Ouvidorias realizados | 120 | P | | | | | 120 | | |
| | | A | | | | | | | |
| Eventos de capacitação de funcionarios de entidades públicas de defesa do consumidor realizados | 36 | P | | | | | | | |
| | | A | | | | 36 | 21 | | 57 |
| Eventos de capacitação de funcionarios das agencias em temas de trasnparencia, orestação de contas e participação social | 52 | P | | | | | 52 | | |
| | | A | | | | | | | |
| **Título Componente: Administração e Custos Financeiros** | | | | | | | | | |
| Relatório de Monitoria e Avaliação | 195 | P | | | | 50 | 120 | | |
| | | A | | | 50 | 25 | | | 75 |
| Total | 6.831 | P | 0 | 39 | 80 | 2.636 | 4.237 | 189 | 0 |
| | | A | 0 | 0 | 1.356 | 1.107 | 908 | 0 | 3.371 |

## Desembolsos

| Desembolsos | Financiamento BID | Desembolso Total na Data | | Acumulado | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Total BID | 3.850.000,00 | 2.509.199,71 | P | 385.000,00 | 770.000,00 | 1.000.000,00 | 1.962.000,00 | 1.018.000,00 | 1.453.000,00 |
| | | | A | | 346.117,23 | 1.042.087,01 | 684.117,74 | 436.877,73 | |



## Produtos: Progresso Físico e Financeiro Anual 2012

| Descrição | Unidade de medida | Físico | | | | Financeiro | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Planejado | Atual | Unidades Acumuladas | Unidades FDP | Planejado | Atual | Custos Acumulados | Custos FDP |
| **Fortalecimento da Capacidade de Formulação e Análise de Políticas** | | | | | | | | | |
| Funcionarios dos Ministerios capacitados em formulação e análise de políticas | Funcionários | | | | 1.000,00 | | | | 60.000,00 |
| Diagnóstico dos processos de formulação e análise de políticas públicas em mercados regulados formulado | Diagnóstico | 1,00 | 1,00 | | 1,00 | 51.000,00 | 32.000,00 | | 51.000,00 |
| Sistema de monitoria e avaliação de políticas públicas em mercados regulados desenvolvido | Sistema | 1,00 | | | 1,00 | 36.000,00 | | | 36.000,00 |
| **Melhoria da Coordenação e Alinhamento entre Políticas Setoriais e Processo Regulatório** | | | | | | | | | |
| Proposta de Unidade de Coordenação de assuntos regulatórios elaborada | Proposta | | | | 1,00 | | | | 61.808,00 |
| Proposta de instância colegiada independente de assessoaramento ao Poder Executivo em temas regulatórios elaborada | Proposta | | | | 1,00 | | | | |
| Rede governamental de melhoria regulatória desenhada | Rede | 1,00 | 1,00 | | 1,00 | 353.099,00 | 47.000,00 | | 353.099,00 |
| Proposta de implantação da Análise de Impacto Regulatório (AIR) elaborada | Proposta | | | | 1,00 | 59.365,00 | | | 100.365,00 |
| Eventos de capacitação de funcionários das agencias e Ministerios sobre instrumentos de gestão realizados | eventos de capacitação | 1,00 | 5,00 | | 5,00 | 1.687.422,00 | 477.000,00 | | 3.166.728,00 |
| Instrumentos de gestão que apóiem acordos sobre objetivos das políticas setoriais, o desempenho das agências e a garantia de recursos desenhados | Instrumentos | | | | 1,00 | | | | 86.000,00 |
| **Fortalecimento da Autonomia, Transparência e Desempeho das Agências Reguladoras** | | | | | | | | | |
| Programa de capacitação de funcionarios em Análise de Impacto Regulatório realizado | Programa | 5,00 | 5,00 | | 1,00 | 842.000,00 | 127.000,00 | | 1.224.395,00 |
| Sistema de seleção da alta gerência das agências reguladoras baseado em requisitos implementado | Sistema | 1,00 | 1,00 | | 1,00 | 57.000,00 | 42.000,00 | | 57.000,00 |

Wondershare™

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Mapa de risco para prevenção de irregularidades e tratamento de conflito de interesse desenhado | Mapa de risco | 1,00 | | | 1,00 | 75.000,00 | | | 75.000,00 |
| Programas de capacitação em processos administrativos e gestão por resultados realizados | programa | 2,00 | | | 4,00 | 409.917,00 | | | 452.917,00 |
| Cursos sobre Gestão Pública e Regulação realizados | Cursos | 21,00 | 21,00 | | 6,00 | 216.688,00 | 126.000,00 | | 355.688,00 |
| Contratação de consultoria para apresentação de diagnóstico da alocação dos quadros efetivos, terceirizados, comissionados das agências reguladoras federais | Consultoria | | 1,00 | | | | 22.000,00 | | 70.000,00 |
| Contratação de consultoria para apresentação de estudo sobre os contratos de gestão no âmbito das agências reguladoras federais | Consultoria | | 1,00 | | | | 14.000,00 | | 61.000,00 |
| **Apoio aos Mecanismos para o exercício do Controle Social** | | | | | | | | | |
| Campanha de comunicação institucional de educação em regulação realizada | Campanha | 1,00 | | | 1,00 | 48.715,00 | | | 48.715,00 |
| Diagnóstico das capacidades institucionais dos PROCONs estaduais formulado | Diagnóstico | 1,00 | | | 1,00 | 59.000,00 | | | 59.000,00 |
| Estudo sobre Indicadores do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor elaborado | estudo | | | | 2,00 | 50.000,00 | | | 109.064,00 |
| Eventos de capacitação das Ouvidorias realizados | evento | 3,00 | | | 3,00 | 120.000,00 | | | 120.000,00 |
| Eventos de capacitação de funcionarios de entidades públicas de defesa do consumidor realizados | eventos de capacitação | 2,00 | 2,00 | | 3,00 | | 21.000,00 | | 36.499,00 |
| Eventos de capacitação de funcionarios das agencias em temas de trasnparencia, orestação de contas e participação social | evento de capacitação | 2,00 | | | 2,00 | 51.721,96 | | | 51.722,00 |
| **Administração e Custos Financeiros** | | | | | | | | | |
| Relatório de Monitoria e Avaliação | relatório | 1,00 | | | 2,00 | 120.336,00 | | | 195.000,00 |
| **TOTAL** | | | | | | **4.237.263,96** | **908.000,00** | | **6.831.000,00** |
| | | | | | | | | | |

## Correlação com os resultados

| Produtos/Resultados | Calidad de la regulación sectorial realizada por las agencias del Gobierno Federal mejorada. |
|---|---|
| Funcionarios dos Ministerios capacitados em formulação e análise de políticas | X |
| Diagnóstico dos processos de formulação e análise de políticas públicas em mercados regulados formulado | X |
| Sistema de monitoria e avaliação de políticas públicas em mercados regulados desenvolvido | X |
| Proposta de Unidade de Coordenação de assuntos regulatórios elaborada | X |
| Proposta de instância colegiada independente de assessoaramento ao Poder Executivo em temas regulatórios elaborada | X |

Wondershare™

| | |
|---|---|
| Rede governamental de melhoria regulatória desenhada | X |
| Proposta de implantação da Análise de Impacto Regulatório (AIR) elaborada | X |
| Eventos de capacitação de funcionários das agencias e Ministerios sobre instrumentos de gestão realizados | X |
| Instrumentos de gestão que apóiem acordos sobre objetivos das políticas setoriais, o desempenho das agências e a garantia de recursos desenhados | X |
| Programa de capacitação de funcionarios em Análise de Impacto Regulatório realizado | X |
| Sistema de seleção da alta gerência das agências reguladoras baseado em requisitos implementado | X |
| Mapa de risco para prevenção de irregularidades e tratamento de conflito de interesse desenhado | X |
| Programas de capacitação em processos administrativos e gestão por resultados realizados | X |
| Campanha de comunicação institucional de educação em regulação realizada | X |
| Diagnóstico das capacidades institucionais dos PROCONs estaduais formulado | X |
| Estudo sobre Indicadores do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor elaborado | X |
| Eventos de capacitação das Ouvidorias realizados | X |
| Relatório de Monitoria e Avaliação | X |

## Desempenho de Produtos

**Gráfico de Índice de Performance (PI)**

**Gráfico de PI X % Desembolsado**

**Valor Agregado (EV)**

## Problemas

### Resultados

| Resultado: | Calidad de la regulación sectorial realizada por las agencias del Gobierno Federal mejorada. |
|---|---|
| **Problema** | **Comentários** |
| Cursos sobre Gestão Pública e Regulação | Os cursos sobre gest!ao pública e regulação foram realizados e custeados no ano de 2011. O custo foi de US$ 138,822 inserido em 2011 para a contabilização financeira do Projeto, e lançando no planejado em 2012. Este item será alterado em setembro/2012 assim que tivermos autorização do SPD para proceder. |
| **Período:** | **2011 2º período com fechamento em (31-Mar-2012)** |
| Componente II - Produto 2.4 | Meta realizada antes do planejado |
| **Período:** | **2011 2º período com fechamento em (31-Mar-2012)** |

### Produtos

| Produto: | Funcionarios dos Ministerios capacitados em formulação e análise de políticas |
|---|---|
| **Problema** | **Comentários** |
| Pessoal Capacitado | Durante a execução do componente 3, foram convidados/capacitados Servidores dos Ministérios, não sendo realizado custos para este produto (Componente 1) e sim ao Componente 3 |
| **Período:** | **Anteriores a 2010 2º período com encerramento em (31-Mar-2011)** |

| Produto: | Diagnóstico dos processos de formulação e análise de políticas públicas em mercados regulados formulado |
|---|---|
| **Problema** | **Comentários** |
| Perda relativa de prioridade do Componente de Formulação de Políticas | Remanejamento de recursos para o Componente de Melhoria da Coordenação e Alinhamento Estratégico entre Políticas Setoriais e processo regulatório, de maior demanda relativa. |
| **Período:** | **Anteriores a 2010 2º período com encerramento em (31-Mar-2011)** |

| Produto: | Sistema de monitoria e avaliação de políticas públicas em mercados regulados desenvolvido |
|---|---|
| **Problema** | **Comentários** |
| O Programa não obteve bom êxito nas tratativas visando a melhoria da formulação de políticas públicas, o eixo 1 do programa | Ações que estavam programadas para serem desenvolvidas junto aos ministérios supervisores, encarregados da formulação da política pública (aqui, no caso, de regulação) foram bastante prejudicadas. Isso, em grande parte, devido a dificuldades em identificar, além dos interlocutores em cada Pasta, o grupo ou grupos designados para exercer a atividade regulatória. Por essa razão não foi concebido e implementado um sistema de monitoramento de políticas públicas em mercados regulados e optou-se, somente, pela realização da outra ação prevista no Plano de Aquisições do Programa: "Diagnóstico do processo de formulação e análise de políticas em mercados regulados"; que permitirá, a partir dessa identificação, a proposição futura de um sistema de monitoramento. |
| **Período:** | **2012 2º período com fechamento em (7-Mai-2013)** |

| Produto: | Proposta de instância colegiada independente de assessoaramento ao Poder Executivo em temas regulatórios elaborada |
|---|---|
| **Problema** | **Comentários** |
| Proposta não elaborada devido a criação de órgão de supervisão regulatória | Essa ação não foi efetivada em razão da não criação do "Órgão de Supervisão Regulatória"no âmbito do Governo Federal. |
| **Período:** | **2012 2º período com fechamento em (7-Mai-2013)** |

| Produto: | Mapa de risco para prevenção de irregularidades e tratamento de conflito de interesse desenhado |
|---|---|
| **Problema** | **Comentários** |
| Agências reguladoras não relacionaram esse tópico como preferencial em seus planejamentos | Ainda que o assunto relacionado a riscos na regulação seja da maior importância, as agências reguladoras em uma escala de prioridades, não relacionaram esse tópico como preferencial em seus planejamentos, para serem desenvolvidos em articulação com o PRÓ-Reg. |
| **Período:** | **2012 2º período com fechamento em (7-Mai-2013)** |

| Produto: | Campanha de comunicação institucional de educação em regulação realizada |
|---|---|
| **Problema** | **Comentários** |
| Campanha de comunicação institucional de educação em regulação realizada parcialmente | A ação foi desenvolvida em parte por meio da melhoria da comunicação do Programa via site, participação em debates, seminários, oficinas junto a representantes de setores regulados (consumidores e empresários), a edição de boletins, etc. A dificuldade maior foi a articulação/determinação institucional que rege esse assunto no âmbito da Presidência da República, interveniência da Secretaria de Comunicação da Presidência da República, etc., além dos altos valores necessários para levar adiante a ação. |
| **Período:** | **2012 2º período com fechamento em (7-Mai-2013)** |

| Produto: | Diagnóstico das capacidades institucionais dos PROCONs estaduais formulado |
|---|---|
| **Problema** | **Comentários** |
| Redução do recursos orçamentários e financeiros | A ação não foi realizada em razão da escassez de recursos orçamentários e financeiros do Pro-Reg e, por assim ser, da iniciativa da Coordenação do Pro-Reg em articulação com o Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor –DPDC/MJ, de priorizar trabalhos na ação de "Ajuste das planilhas do Sistema de Informações de Defesa do Consumidor –SINDEC, que é operacionalizado pela rede nacional dos PROCONs. |
| **Período:** | **2012 2º período com fechamento em (7-Mai-2013)** |

| Produto: | Eventos de capacitação das Ouvidorias realizados |
|---|---|

| Problema | Comentários |
|---|---|
| Representantes dos ouvidores não demonstrou interesse na capacitação | O Programa procurou, por mais de uma vez, os representantes dos ouvidores (em especial com a Associação Nacional dos Ouvidores Públicos –ANOP) para promover eventos de capacitação e não obteve respostas para tanto. |
| **Período:** | **2012 2º período com fechamento em (7-Mai-2013)** |

| **Produto:** | **Programas de capacitação em processos administrativos e gestão por resultados realizados** |
|---|---|
| **Problema** | **Comentários** |
| Custo altíssimo para realizar a contratação de consultoria para capacitação em processos administrativos e gest!ao por resultados realizados | Foram realizadas pesquisas de mercado em 2010 e 2011 para realizar a contratação do curso, porém os preços apresentados estavam muito acima dos valores de cursos similares oferecidos pelo programa, por esse motivo, optou-se por não realizar essa atividade. |
| **Período:** | **2012 2º período com fechamento em (7-Mai-2013)** |

| **Produto:** | **Eventos de capacitação de funcionarios das agencias em temas de trasnparencia, orestação de contas e participação social** |
|---|---|
| **Problema** | **Comentários** |
| Realizados eventos mas não diretamente relacionados com o tema descrito para o produto | Ainda que não tenham sido efetivadas as ações conforme consta desse tema, foram realizados vários eventos (seminários, oficinas, workshops, encontros) tratando dos mesmos, ou abordando-os no contexto de outras iniciativas do Pro-Reg. |
| **Período:** | **2012 2º período com fechamento em (7-Mai-2013)** |

| **Produto:** | **Cursos sobre Gestão Pública e Regulação realizados** |
|---|---|
| **Problema** | **Comentários** |
| Informação sobre os custos do produto | A Coordenação do Programa informou que o custo do referido produto será informado somente no próximo período do PMR, tendo em vista que o pagamento à ENAP - Escola Nacional de Administração Pública que ministra estes cursos, é feito uma única vez e em dezembro/2012. |
| **Período:** | **2012 1º período com fechamento em (30-Set-2012)** |

## Alterações na Matriz

| Problema | Comentários |
|---|---|
| Cambio en plazos | Se prorrogou o prazo de último desembolos por 18 meses. |
| **Período:** | **2010 2º período com encerramento em (31-Mar-2011)** |

| Problema | Comentários |
|---|---|
| Cambio en impactos/resultados/productos | Atividade 2.4 do Marco Logico. Este Produto não será executado, portanto não consta do PMR. |
| **Período:** | **2011 2º período com fechamento em (31-Mar-2012)** |

| Problema | Comentários |
|---|---|
| Cambio en impactos/resultados/productos | Atividade 4.1 do Marco Logico. Este Produto não será executado, portanto não consta do PMR. Em seu lugar foi incluido o seguinte Produto: "Eventos de capacitação de funcionaros de entidades públicas de defesa do consumidor". |
| **Período:** | **2011 2º período com fechamento em (31-Mar-2012)** |

| Problema | Comentários |
|---|---|
| Cambio en impactos/resultados/productos | Atividade 4.7 do Marco Logico. Este Produto não será executado, portanto não consta do PMR. |
| **Período:** | **2011 2º período com fechamento em (31-Mar-2012)** |

## Geral

| Problema | | Comentários |
|---|---|---|
| Possibilidade de perda de prioridade do Programa por parte das novas autoridades. | | O Governo do Brasil mantém o interesse em medidas de aperfeiçoamento dos marcos regulatórios e moderniza seus instrumentos de defesa da concorrência. |
| **Período:** | **Anteriores a 2010 2º período com encerramento em (31-Mar-2011)** | |

| Problema | | Comentários |
|---|---|---|
| Mudanças de prioridades na agenda pública | | Se fará um seminário de riscos para sua mitigação e reprogramação de produtos, se necessário |
| **Período:** | **Anteriores a 2010 2º período com encerramento em (31-Mar-2011)** | |

| Problema | | Comentários |
|---|---|---|
| Inconsitência entre dados ingressados no PMR e os resultados da validação | | O prazo do Programa no PMR coincide com o prazo no LMS e o custo dos produtos é igual ao custo do Programa, embora isto não é reportado no sistema |
| **Período:** | **Anteriores a 2010 2º período com encerramento em (31-Mar-2011)** | |

| Problema | | Comentários |
|---|---|---|
| Dificuldade de execução do Componente I | | Há baixa prioridade por parte dos Ministérios em alinhar a agenda regulatória com as políticas setoriais, levando à transferência de recursos para Componentes com maior demanda e prioridade |
| **Período:** | **2010 2º período com encerramento em (31-Mar-2011)** | |

| Problema | | Comentários |
|---|---|---|
| Ajustes efetuados no PMR durante a revisão do Ciclo Março 2012 | | Durante Ciclo Março 2012 foi feita uma revisão do PMR e efetuados ajustes para adequar cocenitos de Produto e Indicador de Resultado, já que em alguns casos na Matriz de Produtos se apresentavam alguns Indicadores de Resultado constantes do Marco Lógico. |
| **Período:** | **2011 2º período com fechamento em (31-Mar-2012)** | |

| Problema | | Comentários |
|---|---|---|
| Encerramento do Programa | | Tendo em vista o encerramento do programa em 23/05/2013, as metas financeiras planejadas para o ano de 2013 serão reportadas no PMR de setembro/2013. Nesta data serão inseridas informações no “working with partners", e atualização dos dados básicos (cancelamento de recursos e o que mais for indicado pela divisão). |
| **Período:** | **2012 2º período com fechamento em (7-Mai-2013)** | |

| Problema | | Comentários |
|---|---|---|
| Custo previsto para 2013 | | Com relação ao orçamento de US$ 189.000,00 a ser utilizado em 2013, é referente ao pagamento das seguintes consultorias: i) - Componente I produto II - Diagnóstico dos processos de formulação e análise de políticas públicas em mercados regulados formulado; ii) - Componente III produto I - Programa de capacitação de funcionarios em Análise de Impacto Regulatório realizado; iii) - Componente III produtos VI e VII - Contratação de consultoria para apresentação de diagnóstico da alocação dos quadros efetivos, terceirizados, comissionados das agências reguladoras federais e Contratação de consultoria para apresentação de estudo sobre os contratos de gestão no âmbito das agências reguladoras federais, respectivamente. Estas contratações foram firmadas no ano passado com vigência até março/2013, sendo assim, ainda há valores a serem pagos este ano. |
| **Período:** | **2012 2º período com fechamento em (7-Mai-2013)** | |

| Problema | | Comentários |
|---|---|---|
| Custos abaixo do programado | | Ressaltamos que a Casa Civil (PRÓ-REG) realizou pesquisa prévia de mercado antes de efetuarem as contratações de consultoria, e consequentemente o contrato foi assinado com valor menor do que o programado. Además, tem trabalhado em conjunto com Escolas de Governo que apresentam custos bem inferiores aos de mercado. |

**Período:** 2012 2º período com fechamento em (7-Mai-2013)

## Riscos

| Id | Tipo | Descrição | Probabilidade | Impacto | Gravidade |
|---|---|---|---|---|---|
| ~~1~~ | ~~Monitoring and Accountability~~ | ~~O projeto apresenta bom sistema de acompanhamento e prioridade de política pública~~ | ~~1~~ | ~~1~~ | ~~Low~~ |
| 2 | Fiduciary | Executor já com experiência em gestão fiduciária | 1 | 1 | Low |
| 3 | Development | O projeto à metade de sua execução já alcançou quase todos seus resultados e impacto | 1 | 1 | Low |
| 4 | Reputational | O bom conceito do projeto tem trazido importantes dividendos reputacionais para o Banco | 1 | 1 | Low |
| ~~5~~ | ~~Macroeconomic and Fiscal Sustainability~~ | ~~A falta temporária de recursos atrasou a entrega de alguns produtos~~ | ~~2~~ | ~~2~~ | ~~Moderate~~ |
| 6 | Environmental and Social Sustainability | O projeto não apresenta impacto sobre estas variáveis | 1 | 1 | Low |
| 7 | Public Management and Governance | A indecisão inicial sobre a prioridade da regulação atrasou o início da execuçào do projeto | 2 | 2 | Moderate |

## Lições Aprendidas

### Gerenciamento de Projetos

**Lição Aprendida**

Estimou-se um prazo de execução do projeto que se mostrou otimista

Ocorreram atrasos na execução do projeto que requeria prazos mais longos para os processos licitatórios e execução dos respectivos contratos

1) Apoiou o executor nos processos de aquisições
2) Prorrogou o prazo de execução do Projeto com metas mais realistas

1) Estimar mais acuradamente o prazo de execução dos projetos e investir em capacitação dos organismos executores.
2) Avançar na elaboração dos Termos de Referência e das Especiifcações Técnicas antes da aprovação do projeto.

### Trabalhos em Parceria

**Lição Aprendida**

1 - Não se previa uma parceria tão profícua com a Associação das Agências Reguladoras - ABAR
2 - Parceria com o Tribunal de Contas da União - TCU e com a 3ª Câmara da Procuradoria Geral da União
3 - Interação com o setor empresarial por meio da US Chamber, Amcham Brasil e Confederação Nacional da Indústria- CNI
4 - Parcerias com o Fórum Nacional de Entidades Civis de Defesa do Consumidor –FNECDC e com o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor –Idec
5 - Cooperação com a Embaixada Britânica, com a Comisión Federal de Mejora Regulatoria –COFEMER/México e com o Office of Information and Regulatory Affairs –OIRA/EUA

6 - A ABAR tem prestado grande colaboração ao Projeto

7 - Maior proximidade com a ABAR, através inclusive do apoio de CBR ao Seminario Internacional de Regulação (2011), gerando sinergias importantes entre as partes e abrindo novos canais de diálogo.
8 - Incorporar no desenho e na execução órgãos representativos de classe, com os devidos incentivos a efeito.